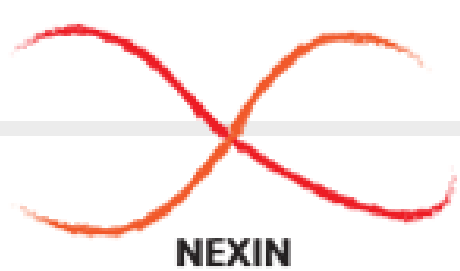


Expressões

da

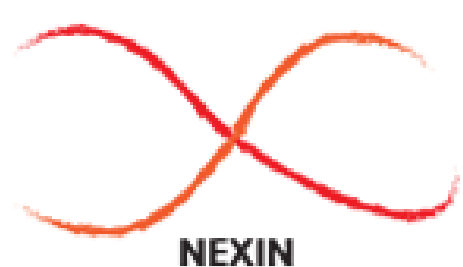
Pandemia

Fase 3



Expressões da Pandemia

Fase 3



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S271B - SAWAIA, Bader B. B976f - BUSARELLO, Flávia R.
B492 J - BEREZOSCHI, Juliana A319r - ALBUQUERQUE, Renan

Expressões da Pandemia - Fase 3. Bader Sawaia, Flávia Busarello, Juliana Berezoschi, Renan Albuquerque. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2021

14x21cm - 179 páginas.

ISBN 978-65-89677-51-2

1. Brasil, 2. Pandemia 3. Quarentena, 4. Ciências Sociais, 5. COVID-19, I-Título, II-Sumário, III-Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

COVID-19

Pandemia

Ciências Sociais

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroadó I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

OS TEXTOS APRESENTADOS NESTE LIVRO-COLETÂNEA SÃO
ORIUNDOS DE ESTUDOS E REFLEXÕES REALIZADOS
NO QUE DENOMINAMOS DE "FASE 3" DO ESPALHAMENTO
DA COVID-19 NO BRASIL.

ATÉ O FECHAMENTO DESTA PUBLICAÇÃO, ÉRAMOS O TERCEIRO PAÍS
DO MUNDO COM O MAIOR NÚMERO DE CASOS DE SARS-COV-2
E O SEGUNDO EM NÚMERO DE MORTES.

BRASIL, 30 DE AGOSTO de 2021, 22h42
MORTES: 579.574

VOLUME ESTIMADO DE MORTES SUBNOTIFICADAS: 20% ALÉM DOS
NÚMEROS OFICIAIS, INCLUINDO-SE SRAG NÃO-ESPECIFICADA.

Realização Científica

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma atividade do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores

Bader B. Sawaia
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi
Renan Albuquerque

Editoração e Identidade Gráfica

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por participantes, parceiros e apoiadores do NEXIN e do NEPAM.

Dados do NEXIN

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do NEPAM

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda dinâmicas e interações de povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

www.facebook.com/ufamnepam

APOIO CIENTÍFICO

Gostaríamos de agradecer pelo apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Ufam, que auxiliam com financiamento e apoio infra-estrutural o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM).

Também é importante destacar o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – financiadora do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE) – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que fomentam cientistas do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN), os quais descrevem parte de seus estudos nesta obra.

É necessário sublinhar a parceria que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) firmaram, a partir da Profa. Dra. Bader Sawaia e do Prof. Dr. Renan Albuquerque, no sentido de organizar o esforço científico que possibilitou este livro.

ACESSO ABERTO

Este livro foi construído com base nos preceitos Open Access Initiative (OAI), movimento instituído em 1999 por um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, com o intuito de disponibilizar gratuita, publicamente e sem restrições, produções científicas para que qualquer pessoa possa acessar, ler, baixar, copiar, distribuir ou imprimir, citando a fonte de origem.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A CRISE DO CORPO MEMORIOSO: EFEITOS PSICOSSOCIAIS DE REGISTROS INCOMPLETOS DE MORTES POR SRAG DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL (Bader B. Sawaiia, Flávia R. Busarello, Juliana Berezoschi e Renan Albuquerque).....11

Volume 11 (período julho a setembro/2020)

APRESENTAÇÃO

UMA QUEDA INTERROMPIDA (Bader B. Sawaiia).....17

LE MONDE PLEURAIT (O MUNDO ESTAVA CHORANDO)

(Joelma Santos).....20

UM GRANDE NAVIO NEGREIRO: O ESPAÇO ESCOLAR NA ATUALIDADE

(Ana Carolina Martins Gil e Gustavo de Oliveira Caparroz).....22

A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO DIREITO À SAÚDE

(Cinara Brito de Oliveira).....25

A EMA E A CLOROQUINA

(José Carlos de Oliveira).....29

SETEMBRO AMARELO: VAMOS FALAR SOBRE O SUICÍDIO?

(Gabriela Moreira).....32

Volume 12 (período dezembro/2020 a março/2021)

APRESENTAÇÃO

A FORÇA ÉTICA DO CORPO E DOS AFETOS. O CORPO QUE NÃO AGUENTA MAIS (Bader B. Sawaiia).....40

POEMA DE UM PAÍS AGONIZANTE

(Thiago da Silva Prada).....45

COMPARTILHAR: VERBO DE AÇÃO PARA A LIBERDADE?

(Juliana Berezoschi).....47

DESIGUALDADES, AFETOS E PANDEMIA: SOBRE (IM)POSSIBILIDADES DE LIBERDADE

(Péricles de Souza Macedo).....52

A SEGUNDA ONDA DO MEDO E DA ESPERANÇA: A TEMPORALIDADE PANDÊMICA

(Flávia Roberta Busarello).....56

SONHO EM MEIO A CRISE

(Alberto Rodrigues Silva).....61

A CIDADE COMO TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM

(Gabriela Moreira).....65

PERÍODO ABRIL A JULHO/2021

AMARILDO

(Tatiana Minchoni).....71

EM TEMPOS DE PANDEMIA

(Cíntia da Silva Pereira).....72

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

DESAFIOS DE UMA ASSISTENTE SOCIAL VOLUNTÁRIA DURANTE A SEGUNDA ONDA DE COVID-19 EM MANAUS/AM

(Renan Albuquerque e Jalna Gordiano).....74

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ON-LINE EM DISPUTAS JUDICIAIS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PERÍODO DA PANDEMIA: O LUTO E A LUTA

(Giseli F. Assoni).....84

MORTE E VIDA NOS DIÁRIOS DA QUARENTENA

(Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Fábio Pinheiro Pacheco e Andie de Castro Lima).....90

RETOMADA SUSTENTADA DA SEGUNDA ONDA E POPULISMO SANITÁRIO EM MANAUS

(Jesem Orellana).....97

O COTIDIANO DOS "BALDIOS" NO CENTRO ANTIGO DE MANAUS DURANTE A PANDEMIA

(Noélio Martins, Cláudia Amoêdo da Silva, Renan Albuquerque, Jalna Gordiano).....104

LUTO E CORPO

LUTO ÉTICO POLÍTICO PARA UMA PSICOLOGIA DA LUTA

(Elisa Harumi Musha).....115

ONDE ESTÁ O CORPO? A IMAGEM E A FALTA DO CORPO NA PANDEMIA

(Juliana Berezoschi).....121

O AFETO COMUM DA SAUDADE NA MORTE DE MILHÕES

(Fátima Bertini).....125

PANDEMIA E POLÍTICA

CAMPO DE EXTERMÍNIO BRASILEIRO: UM CENÁRIO ARQUITETADO

(Ana Carolina Martins Gil e Giovanna Carolina Bueno).....129

DO FANTASMA DO COMUNISMO À TIRANIA DA GRATIDÃO:
GOLPES DA SORTE PARA A AFIRMAÇÃO DA MORTE
(Flávia R. Busarello e Lívia Maria Camilo dos Santos).....134

SOBRE THANATUS E O REINO DE HADES: QUALQUER SEMELHANÇA COM
NOSSA REALIDADE NÃO É MERA COINCIDÊNCIA!
(Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo).....141

BANALIZAÇÃO DA VIDA: A SINDEMIA DO IDADISMO
(Carla de Almeida Vitória).....146

O VAZIO DAS MORTES: UMA REFLEXÃO SOBRE A COMPAIXÃO NA
NECROPOLÍTICA, SOCIEDADE NEOLIBERAL E DO CANSAÇO
(Thiago da Silva Prada).....154

POR QUE REFLETIR SOBRE ALEGRIA E FELICIDADE EM MEIO À FOME, À
CRISE SANITÁRIA E À TRAGÉDIA POLÍTICA QUE EXPERIMENTAMOS?
(Bader B. Sawaia).....165

Posfácio

UMA PALAVRA FINAL DE RESISTÊNCIA
(Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade).....177

APRESENTAÇÃO

A crise do corpo memorioso: efeitos psicossociais de registros incompletos de mortes por SRAG durante a pandemia no Brasil

Quando iniciamos a escrita dos boletins "Expressões da Pandemia", em abril de 2020, não imaginávamos que a partir daquele mês em diante escreveríamos 12 volumes e que neste momento estaríamos organizando o livro referente à "Fase 3" do projeto, que demarca setembro de 2020 a junho de 2021. Os volumes acompanharam toda a trajetória ao longo de mais de um ano e cinco meses de pandemia com uma riqueza de textos elaborados por diversas pessoas, colaboradoras e parceiras, de várias regiões do Brasil e também de alguns cantos do mundo.

Por isso, iniciamos a apresentação agradecendo a você que acompanha as narrativas relacionadas às expressões da pandemia e/ou colaborou com os livros e boletins. Lembramos: use máscara e tome as duas doses da vacina quando for a sua vez.

Os boletins registraram as quedas de ministros, a situação dos indígenas no Brasil, o aumento da miséria e da fome, além do descaso do governo com a saúde da população, entre tantos outros temas que reverberaram na vida dos brasileiros nesses últimos meses. Mas o que permanecemos contabilizando são as vidas perdidas... A conta é grande! Tanto das mortes como das cristalizações afetivas perante o cenário da pandemia. Isso, recentemente foi agudizado pela descoberta do valor da vida dos brasileiros, desses que não tiveram o direito ao isolamento e/ou enfrentam amplas dificuldades de acesso às vacinas. Principalmente dos corpos que precisaram escolher entre o medo do vírus ou o medo da fome, paradoxo cada vez mais presente no Brasil.

O afeto de desespero foi dominante em nossos corpos no primeiro semestre de 2021, pois conforme Spinoza o medo se torna desespero na ausência da dúvida (Spinoza, EIII, prop 18, esc2). Quando vimos tombar diariamente mais de 3 mil pessoas, no pico da segunda onda de contágio, assistimos a pais, mães, avós, filhos, filhas, amigos, estudantes, trabalhadores... e tantos que não puderam ter o direito de perseverar na existência pela falta de oxigênio ou leito de UTI.

A dúvida presente na flutuação de ânimo de medo e esperança foi retirada e nossos corpos foram afetados pelo desespero, afeto profundamente triste. Nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril o luto, já existente no país, foi elevado ao desespero, dado que vimos diariamente uma severa perda de vidas e uma insana corrida pela compra de oxigênio na tentativa de manter vivos aqueles que amamos.

Hoje, com mais de 550 mil mortos o governo se destaca nos quesitos imprudência, falta de investimento em campanhas de prevenção à contaminação e insumos para hospitais, assim como grandes investimentos em "tratamentos precoces com kit covid", baseado em medicamentos sem comprovação científica. Estes são alguns dos temas que compõem a tardia Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 do Senado. A comissão tem o objetivo de investigar ações do governo federal, além dos governos municipais e estaduais, tomando a atenção de muitos brasileiros.

De um lado, participantes da comissão descobrem a cada depoimento novos indícios que levam a suspeitas cada vez mais sérias, que apontam o grave descaso do governo federal com a imunização da população. O que potencializa a falta de confiança, que já era presente. Entre os tópicos, inicialmente, o kit covid, usado e defendido pelo governo federal como forma de combater o vírus ou paliativo para a "economia não parar".

A exemplo disso temos o caso de suspeita de fraude nos contratos da Covaxin, expondo uma série de provas documentais de que o governo poderia estar se beneficiando com a compra de vacinas que chegariam com atraso ao país. E ainda assistimos ao representante da federação fazendo discursos em diversas cidades brasileiras em tons de ironia à CPI, clamando pelos seus eleitores para que convoquem eleições com voto impresso. Ao mesmo tempo em que a CPI avança, tropeçamos em mais de 550 mil vidas perdidas e são feitas as "motociatas" que reforçam a falsa crença no fim da pandemia e instigam o desuso de máscaras.

Questionamos: como viver o "novo normal" em um país que está em luto diário? Vida e morte são banalizadas e amontoadas em dados dispersos e não quantificados sobre o impacto do SARS-CoV-2, provocando esquecimentos e desaparecimentos de pessoas e registros de existência. Mas os números, em verdade, são corpos que perseveravam na existência até então. Corpos memoriosos, que guardavam marcas de afetações vividas. Todavia, com o fim, essas memórias também se perdem no Brasil, tornando claro o severo impacto do excesso de mortes em todo o território nacional. Para além de pária internacional, a nação do Carnaval agora se mostra como o país da saudade e do luto pelas milhares de perdas que acumulamos nesse ano e meio de espalhamento viral mundial.

Vivemos um memoricídio da nossa população em razão do genocídio causado pela covid-19. Demarcamos aqui, porém, que a pandemia não é somente do vírus. Ao mesmo tempo em que corpos tombaram pela doença, povos indígenas, quilombolas e pobres moradores de rincões e periferias estão lutando em meio à forte angústia para manter seus territórios frente a garimpos e agronegócios ilegais, que forçam a derrocada de sociedades tradicionais e populações vulneráveis. Nesse cenário, a flutuação de nossos ânimos continua ora na medida da raiva, ora na da tristeza, ou em alguns casos segundo a pauta do medo e da esperança.

Este último afeto é reavivado em nossos corpos memoriosos quando vemos ruas serem tomadas por pessoas que, como nós, expressam a indignação da realidade vivida. Então, pensamos: seria o afeto da esperança e da utopia tomando nossos corpos e nos reavivando? Ou melhor, vemos o útil comum se formar no Brasil depois de sermos tocadas a partir das tantas mortes?

O luto se tornou um enlace em nossos corpos. Somos um país em luto e em luta para perseverar na existência desde a sua fundação. Mas agora, no cenário da pandemia, a luta se tornou o elo para podermos perseverar na existência, pois o excesso de mortes não contabilizadas é uma realidade que deve estar em discussão e análise. Assim, nos textos que seguem procuramos tornar visível a problemática da incompletude de registros datados e claros sobre pelo menos um terço além do número total de óbitos anotados até o momento no Brasil. Os registros incompletos sobre as mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave não especificada (SRAG-inespecífica) durante a pandemia no território nacional representam uma dura realidade que deve ser enfrentada pelo Estado brasileiro com o apoio de cientistas, políticos e principalmente da sociedade civil organizada.

No Brasil, a banalização no número de mortos e infectados é comemorada por cada atualização do número de "recuperados". Uma comemoração que ignora sequelados pela doença (impactos cardíacos, pulmonares ou cerebrais), além o fato de que para pelo menos cada cem pessoas que se recuperaram duas vidas tendem a ser perdidas posteriormente por doenças concorrentes à covid-19 ou pré-existentes na pessoa. No entanto, esses dados dizem respeito apenas a óbitos computados oficialmente, estimando-se que seja um terço maior o número real de mortes por covid-19 e males associados (covid-19 longa) na atualidade. São vítimas que desaparecem sem ter seus registros de falecimento esclarecidos com responsabilidade, com detalhamento, e esta coletânea tem como propósito chamar atenção para essa subnotificação e seus impactos psicossociais.

São dois momentos destacados no livro. O primeiro, com base em textos escritos antes da segunda onda de espalhamento do SARS-CoV-2; e o segundo após o avassalador volume de infecções, reinfeções e mortes que a variante gamma (P.1), detectada pela primeira vez no Japão em paciente saído de Manaus, causou em todo o país. Com isso, esperamos contribuir para o entendimento dos impactos sociais da covid-19 e tornar mais claras as razões a partir das quais o vírus tem sido mais difícil de ser enfrentado por populações originárias, tradicionais e em vulnerabilidade.

Boa leitura.

Bader B. Sawaia
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi
Renan Albuquerque

Volume 11

Julho a Setembro de 2020

Mortos no Brasil do início da pandemia até
30/09/2020: 22.371

APRESENTAÇÃO

Uma queda interrompida

11º boletim Expressões da Pandemia, novembro de 2020. Momento em que por um instante começamos a acreditar que a pandemia estava controlada. Estatísticas indicavam recuo na disseminação do SARS-CoV-2, justificando a flexibilização do isolamento e a substituição pela política do distanciamento, trazendo a certeza da esperança, alimentada nos últimos meses, de que a "volta à normalidade" estava acontecendo. Mas foi um breve alento.

A queda foi interrompida, retomando, com maior impacto, a subida. E novamente UTIs de hospitais da rede particular e pública lotaram, assim como cemitérios. Tal movimento levou analistas a refletirem sobre uma nova variante, a Gamma, criada no Brasil. A economia começava a dar indícios de recuperação, mas o vírus também recuperou força. Assim, vamos atravessando a tempestade pandêmica que evidencia a dimensão ético-política da saúde, o que significa afirmar que o direito à saúde é distribuído desigualmente e até negado a alguns, bem como usado politicamente, em demonstração de que a saúde está a serviço do poder, do jogo político. O que ocorreu com relação à celeuma criada pela presidência em relação à cloroquina e hidroxicloroquina, registrado no Boletim 1, agora é lembrado neste "Expressões da Pandemia - Fase 3" por José Carlos, intitulado "A Ema e a Cloroquina". Uma celeuma, assim como a ivermectina, que aumentou a insegurança e colocou a ciência em suspeita.

Como analisa a revista Fapesp, a pandemia fez com que a ciência voltasse ao centro de disputas políticas entre potências mundiais, e no caso do Brasil o conflito entre ciência e teorias da conspiração do Estado forjou a hesitação à vacina. Estratégias desordenadas, contraditórias em relação à pandemia, criaram insegurança e desconfiança na população (FAPESP, 20 e 21, 10/2020, ano 21, n 296).

E nós continuamos chorando, como fala a poesia de Joelma Santos, que abre o boletim no que segue: "pela possibilidade de contágio, de não ter atendimento adequado, da própria morte ou de uma pessoa querida, pela indicação de tratamentos sem comprovação científica, da perda do trabalho formal ou informal, da diminuição de salários, de perdas materiais e financeiras; assim como pela impossibilidade de permanecer em isolamento, de acessar produtos e equipamentos de higiene e proteção, da presença física de pessoas queridas e das expressões em shows, teatros, festas e grandes encontros. Assim também analisa e lembra o texto de Cinara. Chorando em razão de descaso dos governantes, politização da Anvisa e pelo tempo perdido no processo educativo das crianças que frequentam escolas públicas, como lemos no texto de Ana Carolina e Gustavo.

E aumentam raiva, desânimo, desamparo, ressentimento e tristeza. Este é um quadro de melancolia ético-política que é uma dor insuportável a nos imobilizar, mas também, e paradoxalmente, potencializar. Muitas pessoas estão se perguntando: pode existir felicidade na pandemia? Sim, é a resposta que atravessa este livro, que agrega narrativas de momentos da pandemia da segunda metade do ano passado até a atualidade. Destacamos também a felicidade spinozista, ligada ao sentimento de liberdade e potência de vida.

A poesia expressa no início deste boletim pode nos dar uma pista, pois onde existe o choro existe a capacidade de se afetar e afetar o outro, apesar do isolamento e da objetificação em que os corpos vivem. E ainda mais, existe a possibilidade desse choro ser chorado junto ao outro, ser um pranto comum. Como nos ensina Spinoza, o choro chorado junto pode virar uma alegria ao se tornar um útil comum capaz de unir o conatus em um poderoso coletivo de enfrentamento ao que nos faz chorar, às comorbidades que não aparecem no "beep", como mostra Cinara, a não ser como suicídio, cuja incidência aumentou na pandemia, conforme apresenta Gabriela.

Como nos ensina a poesia de Sérgio Vaz – o poeta das periferias – da cooperifa, o choro chorado junto contém a imaginação revolucionária. "Somos o grito de um povo que se recusa a andar de cabeça baixa e se prostrar de joelhos" (VAZ, Sérgio, 2011).

Uma nota final para nos alegrar. As eleições norte-americanas, embora não signifiquem mudanças econômicas e políticas profundas, especialmente na política internacional dos EUA, apontaram a derrota de um estilo político de implantação da servidão escancarada, a derrota da fanfarrice, das fake news, do racismo, da polarização política. Venceu o discurso da tranquilidade e apelo à união e respeito, apesar dos pesares e controvérsias.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN

Le monde pleurait

Aux carrefours il y avait peu de monde,
Les rues étaient vides,
Un air de tristesse et beaucoup de douleur
Les nuages étaient gris et nuageux
Les gens du monde entier pleuraient sans arrêt

Les masques étaient obligatoires
Ils ne pouvaient plus s'embrasser
Les télévisions étaient allumées 24 heures sur 24
Pour écouter les dernières nouvelles
De la pandémie de la Covid-19
Il n'y avait plus d'adieux
Les familles en deuil
Des écoles vides sans échos
Des hôpitaux surpeuplés de cris,
de pleurs et de douleur
Il n'y avait ni blanc ni noir,
ni riches ni pauvres.

L'immunité était dans le corps
Et non dans la classe sociale
Nous avons perdu les rêves de Maria et João,
Sans pouvoir dire le dernier adieu.

J'ai pleuré
Vous avez pleuré
Nous avons pleuré
Le monde a pleuré.

O mundo estava chorando

Na encruzilhada havia poucas pessoas,
As ruas estavam vazias,
Um ar de tristeza e muita dor
As nuvens estavam cinzentas e nubladas
Pessoas em todo o mundo choravam o tempo todo.

Máscaras eram obrigatórias
Eles não podiam se beijar mais
As TVs funcionavam 24 horas por dia
Para ouvir as últimas novidades
Da pandemia Covid-19
Não houve mais despedida
Famílias enlutadas
Escolas vazias sem ecos
Hospitais superlotados com gritos, choro e dor
Não havia branco nem preto, nem rico nem pobre.

A imunidade estava no corpo
E não na classe social
Perdemos os sonhos da Maria e do João,
Sem poder dizer o último adeus.
Eu chorei
Você chorou
Nós choramos
O mundo chorou

Joelma Santos
Licenciada em Letras Língua e Literatura Francesa
pela Universidade Federal do Amazonas.
Trabalhou no Centro de Estudo de Línguas
da Ufam e no Centro de Idiomas do Ifam

Um grande navio negreiro: o espaço escolar na atualidade

Com a chegada da pandemia questões a respeito da desigualdade social voltaram a surgir, dentre elas a exclusão de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Enquanto alunos de escolas particulares mantêm aulas via recursos e estratégias como vídeo ao vivo ou gravado, além de envio de tarefas e plataforma para tirar dúvidas, inúmeros estudantes de escolas públicas sequer têm acesso à internet. O abismo entre o ensino público e o privado ficou ainda mais evidente durante a pandemia.

Lares precisaram ser readequados para atividades escolares, necessitando de itens básicos para o acompanhamento das aulas: internet e computador ou celular. Entretanto, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 45,9 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet em 2018. Este número corresponde a 25,3% da população com 10 anos ou mais de idade. Muitos pais e mães de famílias pobres não têm opção de fazer home office, não conseguem cumprir isolamento social em razão da vulnerabilidade em que vivem e precisam sair todos dias para trabalhar, dependendo de transporte público e do senso de coletivo e empatia dos pares — o que temos visto falhar bastante, principalmente pelos seguidores deste atual desgoverno.

Ponto que reforça este abismo é explicitado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, a qual evidencia que cerca de 1,8 milhão de crianças e jovens entre 5 e 17 anos trabalham no país para a garantia da própria sobrevivência e da família. O estudo aponta outro dado importante: 71,8% das crianças de 5 a 13 anos ocupadas são pretas ou pardas. Além disso, para muitas crianças e adolescentes a única refeição do dia é a merenda escolar. Estes dados, com certeza, são muito mais preocupantes nos dias atuais, em 2021. Assim sendo, levando em conta o contexto em que estão inseridas essas crianças e adolescentes, somos convocados diretamente a abordar o tema da exclusão social.

O sofrimento ético-político "é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor de todos" (SAWAIA, 2001, p. 102). Caracteriza-se pela "dor social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade" (ID., p. 104) e é a consequência de processos de inclusão perversa que se repetem nas relações sociais.

O ambiente educacional não pode ser entendido como espaço meramente acadêmico. Com isso, entendemos que a falta de estrutura adequada gera na criança e no adolescente o sentimento de não pertencimento, de não lugar, de exclusão. A educação, portanto, é de extrema importância no desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. O governo atual, com sua política desastrosa, retira de crianças e adolescentes a habilidade da transformação de seus potenciais, fazendo com que se tornem prisioneiros de um sistema opressor. E nosso país já experimentou há décadas esse sistema, na Ditadura Militar, quando o acesso popular ao saber era proibido e o foco era instaurar medo na população e utilizar-se de censura e persuasão para limitar a liberdade de fala e ação. A preocupação atual do governo é com o lucro e com sua imagem rasa diante das mídias, pois deixar uma criança que vive em uma favela estudar é visto como prejuízo e não como investimento.

Esse passado não muito distante pode estar cada dia mais próximo, dado que o atual presidente flerta com o golpe dia após dia. Parece que a crise da pandemia fez as "cortinas de fumaça" caírem e fortaleceu o esforço governamental em calar a voz daqueles que estão vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social. A pandemia salientou o que estava latente: a educação em nosso país não é para todos, pois a retirada de direitos e identidades é marca de nossa história. Na época da invasão portuguesa, indígenas foram catequizados e suas terras foram roubadas em troca da palavra de Deus. Foram marginalizados e passaram a viver escondidos nos próprios espaços. E não foi diferente com os negros. Eles foram arrancados de seus países e suas crenças foram retiradas para satisfazer a minoria burguesa.

O espaço escolar, desde esses tristes marcos históricos, passou a ser um grande navio negreiro, onde famílias pobres são obrigadas a estar na linha de frente, porque a economia não pode parar. O lucro está acima de qualquer vida humana. Com isso, aqueles que mais sofrem são nossas crianças e adolescentes, o futuro da nação, como gostam de enfatizar no Brasil. Entretanto, que nação estamos formando ao retirar deles a liberdade de suas vozes? Negando-lhes o essencial? Ignorando suas demandas?

Elza Soares, cantando com toda a força de sua voz a música "Exu nas escolas", potencializa a circulação desses saberes silenciados e problematiza exatamente o racismo do agora, ultrapassando a questão religiosa, valorizando a pluralidade, criticando a corrupção e provocando os fazeres didático-pedagógicos. Ela, por certo, nos inspira a resistir!

As escolas se transformaram em centros ecumênicos
Exu te ama e ele também está com fome
Porque as merendas foram desviadas novamente
Num país laico, temos a imagem de César na cédula
e um Deus seja louvado. As bancadas e os lacaios do Estado.
Se Jesus Cristo tivesse morrido nos dias de hoje com ética
Em toda casa, ao invés de uma cruz, teria uma cadeira elétrica.

Ana Carolina Martins Gil
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integra a Rede Brasileira de Pesquisadores de População em Situação de Rua. É pesquisadora no projeto-piloto do Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (Technische Universität Berlin) e do Departamento de Sociologia da USP. É psicóloga clínica e professora universitária

Gustavo de Oliveira Caparroz
Psicólogo pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Nove de Julho (Uninove)

A dimensão ético-política do direito à saúde

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1949, conceituou saúde como "estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença". Apesar das críticas e por considerarem a dificuldade de se alcançar o completo bem-estar, bem como medi-lo, pois a percepção de saúde ou doença varia segundo condições histórico-culturais, notou-se que a importância está em evidenciar condicionantes psicossociais do processo saúde-doença. E foi sob essa concepção, que aponta para a necessidade de olhar dimensões que compõem a vida humana de maneira integrada, somada à necessidade de garantir esse bem comum, que se consolida, a partir de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso país, passando a saúde a ser um direito social, resultado de uma luta coletiva.

Desde então uma série de políticas foi implementada para garantir que princípios de universalidade, integralidade e equidade sejam efetivados. Essa construção, como qualquer outro processo político, não está isenta de disputa. O subfinanciamento, a baixa capacidade de atender à demanda em periferias de grandes cidades, a escassez de serviços e profissionais em territórios de povos originários e o proposital sucateamento na oferta de serviços são entraves resultantes das disputas.

Como professora da disciplina Políticas Públicas de Saúde em um curso de graduação em Psicologia, venho acompanhando Boletins Epidemiológicos Especiais referentes à covid-19, publicados semanalmente pelo Ministério da Saúde, para incorporá-los às minhas aulas. Além de serem materiais úteis para exemplificar ações de vigilância em saúde do SUS, servem de subsídio para reflexões e conseqüentes construções de conhecimento acerca do momento em que estamos vivendo, pois de acordo com Spinoza a busca pelo saber é afeto capaz de enfrentar o medo, que por sua vez está entre as paixões tristes mais vivenciadas no cotidiano.

Os BEEs apresentam a situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil e no mundo, demonstrando por meio de gráficos e tabelas os números de casos e óbitos, buscando análises detalhadas a cada boletim; estabelecem protocolos e diretrizes com informações para conter o avanço do vírus e também são componentes para avaliação de risco; apresentam objetivos do SUS e estratégias de mitigação do vírus, dentre outras questões. São mostradas variáveis por território, idade, raça/cor e sexo. Contudo, faltam análises contextuais dessas variáveis. Além disso, não constam informações sobre o impacto da pandemia para âmbitos socioeconômicos e emocionais, percebidos na vivência cotidiana e nomeados em nossos boletins como comorbidades. Estas foram agravadas pela desigualdade social e a elevação de interesses econômicos ante necessidades de saúde da população, além de ações ineficientes do poder público.

Ora, se saúde é bem estar biopsicossocial, limites de informações constantes nos BEEs revelam a necessidade da adoção de metodologias em estudos epidemiológicos que sejam capazes de superar o paradigma biologista e simplista para correlações de determinantes que afetam o processo saúde-doença. O atual contexto evidencia a interação entre adoecimento, corpo e mente, além de suscitar condicionantes sociopsicoculturais desvelados desde o primeiro Boletim "Expressões da Pandemia", conforme Sawaiia (1994)[1]:

A reação dos sujeitos aos fatores externos (quer sejam microorgânicos quer sejam fatores sócio-econômicos-ambientais), não é mera resposta do organismo (não é ação reflexa). Ela é contingencial, mediada pelo uso de signos que modelam a situação estimuladora. O homem é um animal simbólico que reage frente aos significados que ele próprio constrói historicamente, e não às coisas em si.

[1] SAWAIA. B. B. Análise Psicossocial do Processo Saúde-Doença. Rev. Esc. Enf. USP, v. 28, n1, p. 105-110, abril, 1994.

Isso não significa que adoecer ou não dependerá de uma resposta voluntarista das pessoas. Mas a adoção de estratégias de proteção contra o vírus e para o enfrentamento dos afetos tristes, para aqueles que podem e têm acesso a meios materiais necessários, dependerá dos sentidos construídos nas/pelas relações ao longo da história e na intersecção com a história da humanidade. Sentidos estes que poderão ser compreendidos e identificados segundo a base afetivo-volitiva das suas ações, como destaca Vigotski (2009)[2].

A partir de Spinoza, compreendemos nuances de afetações singulares provocadas pela possibilidade de contágio, por não ter atendimento adequado, pela própria morte ou de uma pessoa querida, pela indicação de tratamentos sem comprovação científica, pela perda de trabalho ou por diminuição salarial. E ainda por perdas materiais e financeiras, pela impossibilidade de permanecer em isolamento/distanciamento ou dificuldade de acessar produtos e equipamentos de higiene e proteção, sem presença física de pessoas queridas, de expressões e trocas físicas de carinho. Cada indivíduo sente em seu corpo e mente efeitos de afetações, o que resulta em ansiedade, melancolia, comiseração, solidão e/ou saudade, que foram os afetos mapeados em nossos boletins.

Olhar para a dimensão individual permite compreender como se singulariza o presente. Mas o enfrentamento da pandemia só será possível por meio do resgate da coletividade, não só por ser fenômeno que afeta a todos. Todas as afetações singulares se dão nas interações com outros corpos que também agem conforme o que sentem, pensam e desejam. Como afirma Sawaia, "promover saúde equivale a coordenar todas as formas de conduta que violam o corpo, o sentimento e a razão humana, gerando conseqüentemente a servidão e a heteronomia" (1995)[3].

[2] VIGOTSKI, L. S. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

[3] SAWAIA, B. B. A Dimensão Ético-Afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M; SAWAIA, B. B (orgs). Novas Veredas da Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense, 1995.

Voltando à ideia de saúde como direito, percebemos que intervir de modo eficaz no combate do processo gerador de sofrimento e/ou adoecimento, bem como no processo de promoção de saúde, requer um olhar para a dimensão ético-política, entendendo saúde como liberdade, felicidade e superação da cisão entre o pensar-sentir-agir.

A saúde como liberdade garante movimento ao corpo e à mente. Aqui a liberdade de movimento não se confunde com a defesa do direito de ir e vir, que alguns defendem atualmente em sobreposição à quarentena como estratégia de cuidado coletivo, mas em não os ter limitados por um agente externo. A saúde como felicidade, sendo esta resultante dos bons encontros e do que nos potencializa à ação, não significa que devemos estar felizes o tempo inteiro, mas que mesmo diante das situações que nos entristecem e angustiam tenhamos força criativa para enfrentá-las coletivamente. A saúde como superação da cisão entre pensar-sentir-agir, de modo que tenhamos conhecimento das afetações de situações estruturantes e possamos ser a causa das nossas ações, de modo que não fiquemos iludidos com a aparência do real.

Cinara Brito de Oliveira
Psicóloga, mestra e doutoranda em Psicologia Social pela
PUC/SP, pesquisadora do NEXIN, professora na graduação
e pós-graduação lato-sensu em Psicologia da UNISA.
Integrante do núcleo SP da Abrapso

A ema e a cloroquina

A ema é uma ave reiforme, da família dos reídeos, que vive no cerrado e possui até 170 cm de altura, sendo a maior e mais pesada ave brasileira, caracterizada por cabeça e pescoço cinza-pardacentos, partes inferiores brancas, cauda ausente e pés com três dedos. O macho possui a base do pescoço e o peito negros e é responsável pela incubação dos ovos de várias fêmeas diferentes e pelo cuidado dos filhotes[1].

A ema não utiliza a fala para se comunicar. Jair Bolsonaro, entretanto, tentou falar com uma no ano passado, oferecendo-lhe um poderoso elixir que não tinha qualquer efeito para curar o coronavírus, enfermidade que já matou mais de 550 mil brasileiros. Apesar do esforço presidencial, a ave não quis saber de conversa e fugiu apressada. O episódio, mais que emblemático, constitui-se como um dentre tantos outros atos ubuescos[2] do presidente. Noutra ocasião, a ema voltou à cena, mas dessa vez ela contra-atacou e deu uma bicada no presidente. Nem por isso ele desistiu de divulgar o que era vendido como "milagroso fármaco anticovid-19", agora não mais para a ave rebelde, mas a uma pequena legião de bolsominios.

O que está por trás da cena e de tantas outras, igualmente grotescas? Qual o não-dito do teatro do absurdo envolvendo o presidente, a ema e o remédio ineficaz no tratamento da covid-19? Para Vigotski, em todo discurso, verbal ou não, existe um subtexto. Para elucidá-lo, faz-se necessário compreender a "tendência afetiva e volitiva", isto é, as motivações de fundo por detrás das falas ou das imagens. A compreensão efetiva e plena do pensamento alheio só é possível quando descobrimos a eficaz causa afetivo-volitiva (VIGOTSKI, 2018)[3].

[1] HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro. Dicionário, RJ: Objetiva, 2009.

[2] Referência à personagem da peça Ubu-Rei (Alfred Jarry), precursor do teatro do absurdo.

[3] VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. Paulo Bezerra, 2ª ed., SP: Martins Fontes, 2018.

Para salientar o sentido que Vigotski dá ao subtexto, convém retomar o teatrólogo Stanislavski, para quem a parte substancial do subtexto está nas ideias implícitas nos escritos. O conteúdo não se restringe à dimensão lógica e racional, aponta o russo, pois a "visão interior" faz parte do subtexto, isto é, existem imagens criadas a partir da imaginação do ator. Para que o texto seja comunicado de forma eficaz, é necessária a concatenação de ambos os conteúdos, o racional e o imaginativo[4]. O subtexto se compõe da junção entre as ideias e as emoções.

A análise das ideias e das emoções presentes no subtexto da cena acima nos permite constatar algo sinistro, relacionado com a produção do "homo bolsonarus", fruto de um projeto político-antropológico que atinge não apenas a compreensão racional da realidade, mas a forma como a apreendemos, afetivamente. De acordo com Renato Lessa, as principais características do "homo bolsonarus" são a impermeabilidade à experiência e a negação do princípio de realidade.

O projeto político-ideológico subjacente à produção do homem novo, distópico, almeja o retorno da sociedade ao estado de natureza, a desconstrução das mediações institucionais e a defesa de ações individuais violentas e espontâneas contra inimigos, alvos potenciais que precisam ser abatidos. Nesse cenário, "interações humanas [deverão ser] governadas pelas vontades, pelos instintos, pelas pulsões e pela mediação artificial mínima, ou mesmo inexistente" (LESSA, 2020)[5]. Note bem! No cenário descrito, nenhuma instituição desprovida de poder material está acima do mandatário popular e da força das armas. Uma das falas do Pai Ubu, contidas na peça Ubu-Rei, de Alfred Jarry, não poderia ilustrar melhor o contexto. "Ai de quem não marchar direito! Será rebentado de pancada com torção do nariz e dos dentes e extração da língua".

[4] STANISLAVSKI, Constantin. Manual do ator. Trad Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

[5] LESSA, Renato. Homo Bolsonarus. Disponível em www.revistaserrote.com.br. Acesso em 27 jul, 2020.

Além do subtexto, faz-se necessário analisar metáforas. Na perspectiva de Heller e Fehér (1995), metáforas são constitutivas do poder político, propriamente dito, e tanto mais se mostram eficazes na medida em que insinuam significados, em vez de torná-los explícitos[6]. Alguns dos significados metafóricos do uso político da cloroquina e da hidroxiclороquina (além da ivermectina) podem ser elucidados quando analisamos o seguinte: mais que uma questão pública, a saúde deve ser tratada como algo privado, do qual até mesmo uma ema pode gozar de benefícios desde que esteja no quadro das normas ditadas pelo presidente. E assim explora-se o medo da morte não no sentido individual, mas cultural, o que implica em uma negação simbólica da finitude humana.

Outro significado metafórico, para Heller e Fehér, refere-se às exortações a cidadãos para não adoecerem, pois, somente pessoas "saudáveis" garantirão a eficiência do trabalho alienado e o dinamismo do modo de produção capitalista. Assim, o trabalhador deve subordinar-se às exigências do capital e a política da saúde deve subordinar-se à indústria (HELLER e FEHÉR, 1995). Significa que, mais que um fenômeno idiossincrático ou outro ato aberrante do presidente, o episódio da ema e da cloroquina, em seu subtexto e enquanto metáfora, expôs, mesmo lá atrás, em 2020, uma trama perversa de desmonte dos princípios democráticos. Este é um horizonte que, em vez de assustar ou paralisar nossas ações por medo de coações ou retaliações, deve, conforme Vigotski, dirigir nosso olhar para o futuro a partir de dois princípios éticos: o desejo do bem e o amor pela verdade. Em suma, nossa reflexão salienta que é preciso atravessar o abismo, ora criando linhas de fuga ora partindo para o confronto. Não como fez a ema solitária, mas junto com outros, em movimento de fortalecimento do comum.

José Carlos de Oliveira (Zeca)
Doutorando em Psicologia Social (PUC-SP)

[6] HELLER, Ágnes e FEHÉR, Ferenc. *Biopolítica: la modernidade y la liberación del cuerpo*. Traducción José Manuel Álvarez Flórez. Barcelona: Ediciones Península, 1995, p. 80.

Setembro amarelo:
vamos falar sobre o suicídio?

Trago no texto considerações sobre o suicídio em meio à pandemia. Divido a escrita em três etapas: na primeira, há informações que esclarecem o fato de sermos um ser social a partir de uma breve discussão sobre o caráter da subjetividade. Em seguida, entro na questão do suicídio ao trazer dados, definições e estatísticas. Na sequência, foco em questões relacionadas à prevenção e ao cuidado posterior ao suicídio, a pós-venção. Por último, trago contatos de canais de ajuda existentes no país.

Falar de fenômenos psicológicos é falar da sociedade, já que a compreensão do mundo interno exige a compreensão do mundo externo e vice e versa. É preciso reconhecer a importância das dimensões social e cultural no desenvolvimento de indivíduos, porque somos ao mesmo tempo produto e produtores da sociedade.

Assim, o território onde circulamos, a escola onde estudamos, o processo de formação pelo qual passamos, o bairro onde crescemos, as pessoas com quem convivemos e as influências que recebemos do mundo social por meio da cultura e da história nos tornam um ser coletivo. O tipo biológico fica em plano de fundo enquanto as complexas leis que governam o desenvolvimento social humano passam a ser as principais determinantes para sua formação. A constituição psicológica de indivíduos está diretamente relacionada ao grau de desenvolvimento das forças de produção e da organização daquele grupo do qual o indivíduo pertence. A sociedade, então, representa fator determinante na formação de personalidades de indivíduos.

Vamos agora tratar da questão da morte e do suicídio em relação à sociedade. Primeiro sublinhando que a morte em geral é um tabu. Pessoas não gostam de falar e ouvir sobre o óbito. Logo, a morte voluntária se torna um problema ainda mais complexo. Mas toda morte tem implicação na sociedade em que acontece.

Por isso, vamos aqui tratar do suicídio em seu primeiro contexto, o de uma sociedade marcada pela opressão, pela desigualdade, por competitividade e individualismo. Assim sendo, destacamos: como cuidar do suicídio sem alterar a sociedade em que vivemos?

A primeira portaria que instituiu diretrizes nacionais para a prevenção do suicídio, ou seja, aquilo que podemos considerar como sendo o início da preocupação do governo com a questão, ocorreu em 2006, no governo petista.

A partir da medida passamos a compreender, mediante dados e informações científicas, que o suicídio é um fenômeno mundial e não de um lugar ou de outro, fazendo parte da história da humanidade. O suicídio, então, ao ser entendido como fenômeno social e político, foi verificado como problema de saúde pública e gesto de autodestruição, complexo e multideterminado, resultante de uma articulação de fatores. Desta feita, não está necessariamente relacionado a doenças mentais.

Comportamento suicida é todo ato referente ao desejo de por fim à vida de maneira deliberada e voluntária, desde o pensamento e o planejamento, até a tentativa e o ato consumado. O suicídio é um direito de escolha que temos como cidadãos, mas é ação com graves implicações sociais. São múltiplas e complexas as causas do ato suicida, como a incapacidade de sentir prazer em aspectos da vida social e pessoal, a perda de sentido na vida, o desespero existencial, a sensação de solidão e a necessidade de aliviar pressões externas, como cobranças sociais, culpas, remorsos, depressão, medo, fracasso e humilhação.

Sobre sinais e riscos que pessoas potencialmente suicidas apresentam, podemos considerar como risco moderado sujeitos com ideias persistentes, intensas, incontrolláveis, vistas como alívio e/ou aceitáveis, mas sem planejamento concreto do ato. No caso do risco alto, há um plano suicida em preparação, detalhado, quando a pessoa conhece o poder letal do ato, possui meios letais para efetivar o ato ou já tomou providências para tal.

Principais Fatores de Risco de Suicídio		
Abuso físico ou sexual	Desilusão amorosa	Não aderir ao tratamento
Acesso a meio letal	Desonra	Perfeccionismo
Álcool ou outra droga	Discórdia familiar	Relações conflituosas
Alta hospitalar recente	Dor/ incapacidade	Rigidez cognitiva
Conflito de identidade	Exposição a um suicídio	Suicídio na família
Derrocada financeira	Falta de apoio social	Tentativa de Suicídio
Desemprego	Isolamento	Sofrimento Mental

Com relação à tabela, podemos fazer duas pontuações. A primeira delas é sobre o fato de a exposição a suicídio ser fator de risco para que mais uma morte aconteça. Ou seja, um suicídio aumenta a chance de outro acontecer. A segunda questão considerada fator de risco é o isolamento ou a solidão continuada.

Padrões gerais do suicídio são os que seguem.

- No mundo, ocorre um suicídio a cada 40 segundos. Média de 13 a 14 mortes por suicídio por 100 mil pessoas (taxa estável). São 800 mil mortes por suicídio por ano;

- No Brasil, cerca de 25 pessoas por dia cometem suicídio. Média de 6 a 7 mortes por suicídio a cada 100 mil pessoas (taxa que vem aumentando). São 13 mil mortes por suicídio por ano.

- Em número absoluto, o país com mais casos é a Índia, seguido de China e EUA. O Brasil está na oitava posição. Mas ao comparar a porcentagem em relação ao total da população (numero de suicídios para cada 100 mil habitantes), a Lituânia ocupa a primeira posição, seguida de Guiana, Coreia do Sul e Belarus. A Jamaica é um dos que tem a menor taxa de suicídio no mundo.

- No Brasil, o Estado com maior índice de suicídio é Rio Grande do Sul, o de menor índice é o Rio de Janeiro. São Paulo está na 18ª posição.

- Mais casos acontecem com homens jovens e adultos. No mundo, é a segunda causa de mortes entre jovens e a quarta causa entre jovens, sendo a terceira entre homens.

De acordo com dados de programas de prevenção e acolhimento, 90% dos casos de suicídio podem ser evitados se as pessoas obtiverem ajuda.

A título de curiosidade, para destacarm a influência de aspectos sociais no suicídio, no Brasil mais policiais morrem por suicídio (30 a cada 100 mil) do que por operações de trabalho (5 a cada 100 mil). Ou seja, um policial no Brasil tem cinco vezes mais chances de cometer suicídio. O fator sugere ser importante levantar aspectos relacionados à prevenção, reconhecidamente uma medida importante. Vamos a eles.

Podemos afirmar que a primeira medida preventiva é a educação. Por ser essencialmente um problema de saúde pública, é preciso haver um plano nacional que inclua educação, bem estar social e justiça. O governo deve ser responsável por criar políticas públicas que tracem planos integrados de prevenção, promoção de saúde, ações organizadoras de serviços assistenciais e públicos, habilitando profissionais para lidar com comportamentos suicidas, bem como criando estratégias de superação para condições desumanizantes impostas pela sociedade.

Para um plano de governo, é importante que se possa usufruir da correta contribuição da mídia para divulgar fatores de risco e sinais de alerta, proporcionando reflexões sobre mitos e pensamentos sobre o tema, além de instruir e instrumentalizar a população sem tabus.

É importante ressaltar que ainda precisamos superar a visão fragmentada do sujeito e promover um trabalho de forma articulada através da intervenção multidisciplinar. Não se previne o suicídio de maneira isolada. Deve-se integrar a família e outros profissionais da rede de saúde. Como uma das estratégias de prevenção, 10 de setembro foi definido pela Organização Mundial da Saúde como o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio, na intenção de dar visibilidade ao tema, conscientizar a população e divulgar canais de ajuda.

Objetivos da OMS para a prevenção de suicídio consistem em: i) identificação de fatores de risco e fatores protetivos, ii) adequada avaliação e manejo do paciente com comportamento suicida, iii) educação para população no enfrentamento de preconceitos, iv) restrição a meios letais, v) ações educativas da mídia e vi) apoio a famílias de pessoas em risco suicida.

Devemos partir da premissa de que talvez a pessoa não deseje a morte, mas sim viver de outra maneira. É frequente que a pessoa com intenção suicida procure ajuda em momentos críticos. Por isso é importante encontrar alguém com disponibilidade para ouvir e compreender sentimentos suicidas, e ainda que se disponha a saber sobre o desespero da pessoa e sobre quais pensamentos a perturbam no momento em que a morte se apresenta como saída. É o momento de se fazer presente, estar com ela e por ela.

No cuidado terapêutico à pessoa com intenções suicidas, preza-se uma prática de ressignificação do desespero existencial e busca por perspectivas de manejo de conflitos. A intenção é explorar, acolher, compreender, confirmar e acompanhar sentidos suicidas e favorecer a ampliação de maneiras para enfrentar o sofrimento. É importante levantar e conhecer fatores de proteção e saber fomentá-los.

Ao nos aproximarmos do final da discussão sobre o suicídio, vamos aqui abordar o que acontece após um suicídio consumado e como podemos cuidar daqueles que foram afetados, porque quando o suicídio se consuma, ainda há muito que ser cuidado. Esse cuidado é chamado de pós-venção, que são ações, atividades, intervenções, suporte e assistência para aqueles impactados, ou seja, os sobreviventes. Sobreviventes são todas as pessoas afetadas por um suicídio: pais, filhos, irmãos, familiares, amigos, colegas etc. O cuidado na pós-venção é ferramenta reconhecida mundialmente como componente no cuidado da saúde mental. A morte de uma pessoa não é somente um fim, é também um começo aos sobreviventes.

A Organização Mundial da Saúde estima que de 6 a 10 pessoas são severamente afetadas pelo suicídio. Existem autores que defendem que são de 28 a 50 pessoas, dependendo da idade e posição social, ou seja, fazendo uma estimativa média, por ano, temos, no Brasil, 57 mil pessoas afetadas pelo suicídio. Sentimentos e comportamentos experienciados por sobreviventes são culpa, vergonha, busca incessante de motivos acerca da perda, sentimentos de responsabilidade, rejeição e abandono, dificuldade em dar sentido à morte, autoacusações, isolamento e mudanças na dinâmica familiar.

Para tratar dessa etapa do suicídio, os objetivos da pós-venção são trazer alívio dos efeitos relacionados com o sofrimento e a perda. É preciso prevenir o aparecimento de reações adversas e complicações do luto, além de minimizar o risco de comportamento suicida nos enlutados por suicídio. Ao refletir sobre esse tipo de morte, refletimos sobre elementos da vida que essas mortes nos trazem. Qual vida e quais condições de vida queremos valorizar? A ideia mais próxima àquela que considera o ser humano como um ser social é a da transformação social, em que todos possam se sentir partícipes e ter de fato condições de transformação.

Por fim, fechamos o texto destacando a importância da oferta de ajuda voluntária ou profissional. Há no Brasil uma ampla rede de apoio por meio de telefonia, internet e atendimento presencial, como na tabela que segue:

Centro de Atenção Psicossocial (Caps)	Centro de Valorização da Vida (CVV) – tel 188 ou 141	Corpo de Bombeiros Militar – tel 193	Disque Saúde – tel 136
Pronto-socorro dos hospitais.	Unidades Básicas de Saúde (UBSs)	Unidades de pronto atendimento (Upas)	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) – tel 192

Em suma, fica claro que a tentativa de suicídio ou o próprio suicídio deixam graves consequências que precisam de atenção e cuidado. Diante disso, percebemos que a questão do suicídio afeta muitas pessoas e por isso é considerada problemática de saúde pública.

Portanto, afirmamos: cuidar da saúde mental é compartilhar e construir destinos coletivamente. É fortalecer a vida.

Gabriela Moreira
Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia
Social pela PUC-SP e integrante do NEXIN

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria da “consciência”. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p.125-142, 2000.

BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs) Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo, Cortez, 2001.

BOTEGA, N. J. Crise Suicida: Avaliação e Manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015. Pag. 160. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Saúde, Avaliação do Risco de Suicídio e sua Prevenção, Versão Profissional, Série F. Comunicação e Educação em Saúde, 1ª ed., 2016.

Conselho Federal de Psicologia. O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013.

Comportamento e Sociedade - coluna da Revista Istoé, nº 2523, de 02 de maio de 2018. Falando abertamente sobre suicídio. Centro de Valorização da Vida. PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO E SAÚDE MENTAL.

FUKUMITSU, K. O. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. 2014, volume 25, número 3, p. 268-273.

O Que é Posvenção?. Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio. Acesso: <https://vitaalere.com.br/sobre-o-suicidio/posvencao/o-que-e-posvencao/>

Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Santos, G. M. R. Reflexões sobre a relação entre território e subjetividade: da propriedade ao direito à cidade. 2018.

SANTOS L. A., KIND, L. Integralidade, intersetorialidade e cuidado em saúde: caminhos para se enfrentar o suicídio. Interface (Botucatu). 2020.

Volume 12

Dezembro de 2020 a Março de 2021

Mortos no Brasil do início da pandemia até

31/03/2021: 321.515

APRESENTAÇÃO

A força ética do corpo e dos afetos.

O corpo que não aguenta mais

A vacina chegou e uma onda de alegria e esperança tomou conta do país, o que não durou muito. Logo se constatou que estamos sem campanha de vacinação com cronograma confiável, baixo estoque de imunizantes, demora para iniciar a produção e, ao mesmo tempo, uma nova linhagem (Gamma/PL) domina o Brasil. Repete-se aqui o mesmo movimento dos afetos que apresentamos no 11º boletim "Expressões da Pandemia", em novembro de 2020. Naquele momento, estatísticas apontavam recuo na disseminação do SARS-CoV-2, motivando a flexibilização do isolamento. Entusiasmados, iniciariamos o planejamento deste boletim para falar do afeto alegria. Mas a queda de casos e mortes foi interrompida e deu-se uma subida com mais vigor, configurando-se na segunda onda, em meio a tantas outras ondas de incertezas que o país mergulha.

O medo predomina e se atualiza na constelação afetiva. Mas a esperança são as vacinas, apesar de existir sentimento de insegurança e desconfiança na população, além de revolta frente à politização da imunização, à desorganização e à falta de articulação entre governo federal e Estados. Soma-se a isso a enorme pressão da desinformação, criada por agentes políticos, como se trabalhassem para o espalhamento do vírus.

Preocupam-se mais com "nacionalidades" de fabricantes de vacinas que aquisição e distribuição. Eis o cenário de mais uma desinformação, pautada no medo do que pode exatamente nos salvar, gerando uma ambiguidade afetiva sobre um mesmo corpo: o imunizante. A pandemia persiste em meio à falsa normalidade existente. Novas variantes e "pandemias sociais" tomam conta do cenário. Como vacinar a fome? O ódio? A desigualdade social tão potencializada no contexto pandêmico? Como? É nessa flutuação de emoções que vivemos um dos tempos mais macabros da história da saúde pública brasileira.

Há medo, muito medo, com um aceno de esperanças e discretas alegrias, o qual nos ajuda a perseverar na existência. No cenário, o direito natural (Spinoza, TTP) é ameaçado pela ausência de vacinas e negacionismos. Por exemplo, questionamos: quais vacinas compõem melhor com o corpo do brasileiro? E aqui falamos do direito de perseverar na existência do corpo diante da covid-19; falamos de um corpo que parece ter se tornado mercadoria com etiqueta de nacionalidade em uma incerteza sobre os imunizantes. Nossa pergunta, então, leva à escolha de realizar este "Expressões da Pandemia - Fase 3" falando sobre liberdade e potência ética do corpo.

Ingenuidade? Alienação? Nada disso. É proposital, dado que o momento exige que se discutam os parâmetros éticos de liberdade e a diferença entre livre arbítrio e relativismos. De um lado, porque estamos no centro da celeuma sobre vacina, como indica o uso político do argumento da liberdade de escolha para se contrapor à obrigatoriedade da vacina: "ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina!". Este é o mantra presidencial. De outro, porque é preciso entender motivos que levam pessoas a defenderem o negacionismo e se oporem à vacina, mesmo tendo esta demonstrado eficácia na proteção contra o vírus.

E questionamos, novamente: por que são apoiadas informações técnicas, sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar autoridades sanitárias e promover ativismos políticos contra medidas científicas propagadas? Qual a trama afetiva do Brasil que sustenta essas ações? Atentos ao perigo de radicalismos, a defesa da vacina não nos deve deixar cegar pela euforia salvacionista, uma outra forma de negar a ciência, como alerta Trivinho (2021)[1]. Um dos grandes sofrimentos que vem se afirmando é a dor insuportável do terror sem fim de mortes e adoecimentos. Trata-se de um sofrimento que derrota a liberdade e a potência de ação, lançando-nos a uma melancolia ético-política (PESSANHA, 2020).

[1] TRIVINHO, E. A aporia do flagelo pandêmico. In Portal terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-aporia-do-flagelo-pandemico/>.

Essas questões aparentemente nos mostram a força das ideias, sendo "a mente a rainha das infâmias" e "os eventos extraordinários realizados sob a força da laringe". Ou seja, a nosso ver, a pandemia reforça a ideia de que não é o corpo o lugar do aprisionamento da alma, como o suposto no séc. XVII por Spinoza e no séc. XX por Foucault[2]. Mas o que seria então? A negação do corpo e a vitória do idealismo, bem como das narrativas, do relativismo ético e do pragmatismo da liberdade seriam respostas para isso? Tal ponto é o que questionamos, retomando Spinoza. O filósofo se preocupou em demonstrar que a ética é universal e essencial, já que buscamos o imanente do corpo para perseverar na existência. Sobre o disposto, Rancière (2021) oferece tese para pensarmos.

O que torna possível negar tudo não é o "relativismo", ou a liberdade posta em questão por mentes sérias que se imaginam os guardiões da universalidade racional. Trata-se, antes, de uma perversão inscrita na própria estrutura da nossa razão.

Assim, temos que, se alguém rejeita o óbvio, não é por ser estúpido, mal-informado ou incrédulo, mas por ter ficado satisfeito em ouvir "a verdade" que lhe agradou. Assim, interpretando a questão do negacionismo, fica manifesto que quem dissemina fake news não é ingênuo a ponto de imaginar que sejam verdadeiros os dados. Também não é cínico, a desconhecer a falsidade da informação. É, em verdade, gente que quer que seja assim porque está desejosa de ver, pensar, sentir e viver na comunidade ilusória que a ação agnotológica tece.

Portanto, a adesão ou rejeição é uma questão de desejo, vontade e prazer. Para essa gente, o erro está na estrutura da razão e não em afetos que abafariam a razão. Não se tratam de pessoas frustradas, prontas a seguir quem encarne e aponte a causa de seus ressentimentos, em contrapartida a um povo bom, consciente e racional. Tanto porque fake news não expressam sentimentos, mas sim estruturas perversas da razão.

[2] Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

São estruturas alimentadas por interesses de poder e individualismos pró-regimes de afetos específicos. Rancière, sobre o destaque, aponta que a paixão pela qual a estrutura perversa apela é a "paixão pela desigualdade, que permite a ricos e pobres encontrar uma multidão de inferiores sobre os quais, a todo custo, devem manter a superioridade". Superioridade de homens sobre mulheres, de mulheres brancas sobre mulheres negras, de trabalhadores sobre desempregados[3].

Temos um sistema de afetos que não se destina a nenhuma classe em particular e não joga com a frustração, mas, ao contrário, com a satisfação de uma condição. Incide não como sentimento de desigualdade a ser reparado, mas privilégio a ser mantido. Por isso, para enfrentar fake news não basta se munir de informações e desconstruí-las. É necessário querê-lo. Não adotamos o que as atitudes falam por obediência, mas porque ficamos satisfeitos com o que ouvimos. Tanto porque o corpo já sofreu com o primeiro impacto da pandemia. Vivenciamos a falta de bons encontros no começo e agora vivemos a escassez de vacinação e estrutura hospitalar, além de fome e medo da morte. O corpo isolado, o corpo asfixiado, o corpo faminto e o corpo amedrontado, atualmente, sofrem outra afetação: voltar à normalidade e, assim, padecer pela contaminação. Se corpos sofrem por essa nova desconfiança, a falsa normalidade tende a estar relacionada a falcatruas de planejamento e distribuição de vacinas, o que nos leva a pensar em privilégios. Como ficam os corpos que não os possuem?

Em tempos de pandemia, quem tem cuida das vacinas é rei. E quem é rei também escolhe quem pode ser vacinado, já que as regras só servem para os súditos e não para quem comanda. E isso podemos constatar quando a imunização de algumas pessoas foi antecipada neste início de 2021, apesar de estarem fora de grupos prioritários.

[3] Tradução do artigo "Les fous et les sages — réflexions sur la fin de la présidence Trump, de 14/01/2021, em Analyse Opinion Critique. In <<https://aoc.media/opinion/2021/01/13/les-fous-et-les-sages-reflexions-sur-la-fin-de-la-presidence-trump/>>. Revisão de tradução: Antoine d'Artemare e Bárbara Bergamaschi.

Houve ainda os "fura-filas". A desigualdade social atuou como protagonista em novas proporções, mesmo depois de um ano de pandemia, um ano em que poderíamos ter aprendido a nos relacionar melhor, a viver melhor.

Inspirados nessa conjuntura, alunos da disciplina "Imaginação, memória e afeto: pressupostos da liberdade na obra de Vigotski" nos ajudaram a compor textos para o "Expressões da Pandemia - Fase 3". São mestrandas/os e doutorandas/os que ajudaram na discussão, passando inclusive pelo direito de ir e vir em uma cidade, pela desigualdade, pelo medo e ainda sonhos e compartilhamentos de vida. Para elas/es, a liberdade se apresenta como esperança de futuro a ser percorrido por aqueles que compreendem seu modo de agir no mundo.

Desejamos que a leitura provoque afetos alegres e respiros diante de um contexto em que o nosso "corpo não aguenta mais" (LAPOUJADE, 2002)[4].

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN

[4] LAPOUJADE, David. O corpo que não agüenta mais. In: LINS, Daniel & GADELLA, Sylvio (orgs.). Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo? Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. pp. 81-90.

Poema de um país agonizante

O crime no Brasil compensa,
seja injúria, humilhação ou morte,
todos tem sua recompensa,
de uma vez em grande lote.

Estuprador não tem culpa,
mulheres são condenadas,
sempre há para eles uma desculpa,
as vítimas são por todos, caladas.

Uns são eleitos,
jogador de futebol vira celebridade,
outros conseguem cargos,
nenhum não se imagina dono da verdade.

Militar condenado é reintegrado,
traficante é herói de criança,
empresário acusado é honrado,
figuras de grande esperança!

Matam a mulher por saia ou futebol,
abandonam a criança por indiferença,
aguardam a morte dos idosos feito cobaias,
e nossa grande política brilha ao Sol.

Xenófobos, racistas, misóginos,
homofóbicos, machistas, intolerantes
religiosos,
hoje são consideradas,
por todos grandes qualidades!

A grande bandeira da negação,
tremula triunfante sobre nossa ciência,
pesquisa ou estudo é divagação,
vale mais a prepotência.

Viva nossa ignóbil-cracia!
este poema não tinha outra razão de ser,
senão divulgar o lema dessa nossa pátria:
morra quem tiver que morrer.

Thiago da Silva Prada
Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Publicou
"Os Céus de Van Gogh" (2014), "Da Noite Sem Fim" (2015) e
"As Feridas do Cotidiano & Algumas Belezas Frágeis" (2018).
Palestrante de cursos livres em FESPSP-SP e Teatro Satyros

Compartilhar: verbo de ação para a liberdade?

Ao longo desses meses, durante a pandemia, para aqueles que puderam seguir orientações de isolamento físico, espaços de sociabilidade se modificaram e viu-se a mudança dos encontros presenciais às telas. O mundo ao ar livre foi trocado pela livre navegação na internet. Deixamos de ter conversas à luz do dia para ter encontros sob a luz da webcam ou da tela do celular. Opinar sobre a quarentena nas redes sociais e compartilhar informações sobre o vírus tornaram-se atividades intensas, de muitas pessoas, que na maior parte do tempo também permanecem conectadas para trabalhar e/ou estudar. Cerca de 66% da população brasileira é ativa nas redes sociais, segundo a "Digital 2020 We Are Social" da Hootsuite[1].

Todavia, uma crescente onda foi se alastrando pela rede, a da desinformação. A internet, por ser espaço de sociabilidade e conexão, também se tornou campo minado de fake news, onde a disseminação de conteúdo falso tornou-se muitíssimo presente. Em contrapartida, pessoas começaram a compartilhar, via internet, cuidados além da máxima "se puder, fique em casa" e também incentivaram a transmissão de informações com isso. Redes de apoio foram fomentadas para ajudar quem não podia sair do lar. Lives de cantores afagaram o coração de isolados e chamadas de vídeo ou festas surgiram como estratégia. Além disso, outra rede iniciou processos de compartilhamento de dados fidedignos na pandemia: cientistas se uniram em uma corrida contra o tempo, publicando estudos sobre a covid-19 em termos gerais. Assim, o ato de compartilhar se tornou imperativo digital. "Eu compartilho, tu compartilhas!". Imperativo que incentivou inclusive o comércio online. E apesar de já realizarmos compras via web antes do período, o isolamento intensificou o modelo comercial. Por consequência, ampliaram-se recomendações de produtos e serviços disponibilizados em plataformas digitais.

[1] <https://wearesocial.com/digital-2020>

Em meio ao impulso de vendas online, o compartilhamento de dados sobre o trabalho precarizado de entregadores proporcionou denúncias e boicotes a empresas de serviços de entrega por aplicativos, por exemplo. E assim notamos que, no enredamento de compartilhamentos, fomos afetados por imagens e informações recebidas, seja de afetos alegres ou tristes. Desta feita, pela conjuntura, perguntamos: com o excesso de informações será que tem havido liberdade para pensar sobre elas? Conseguimos compreendê-las de fato? Somos autônomos ao receber e compartilhar informações? Será que compartilhar nas redes sociais nos liberta ou aprisiona?

Com o advento da internet, a discussão sobre liberdade parece tomar outro sentido ao tratarmos da manifestação de opinião. Isso porque a tal liberdade de expressão muitas vezes foi utilizada como escudo para situações que escamoteiam formas de racismo, machismo e transfobia. Compartilhar, na web, torna-se muitas vezes uma questão individual, reduzida a opinião a ser impulsionada por discursos de ódio. Sobre o contexto, Spinoza propõe que estudemos a liberdade como necessidade humana confrontada com formas de servidão, a aprisionar o ser na ilusão de que se é livre. Tais formas se constituem em superstições que o colocam como passivo e obediente, a desconhecer as causas de seus afetos, acreditando exercer livre-arbítrio na escolha entre uma coisa ou outra.

Para Spinoza, sair desse aprisionamento é necessário, mas para isso devemos ser causas adequadas de nós mesmos (2013, c.f. ÉTICA)[2] e não pessoas passivas, submissas a forças externas que coagem à servidão. Assim, não devemos criticar, negar ou combater afetos, mas compreender motivos que levam a ficar na ilusão da liberdade, sustentando relações de servidão. Como somos afirmação de nossa existência, para perseverar nela é preciso buscar bons encontros, aumentar assim a força de existir (a conatus).

[2] SPINOZA, Baruch. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Trad. de Tomaz Tadeu.

Marilena Chauí, em entrevista à Marcia Junges da IHU, inspirada em Spinoza, lembra que seremos ativos quando determinados por leis da própria essência. Isto é, quando formos determinados a agir por nós mesmos, por nossa causa interna. E ainda: quanto mais afecções o corpo sofre simultaneamente, mais apta estará a mente a pensar uma pluralidade de ideias de acordo com sua própria natureza. Todavia, sendo passivo o nosso corpo quando afetado por forças externas — ou seja, sendo causa inadequada do que se passa nele — nos afastamos da própria natureza.

Nesse sentido, quando compartilhamos algo nas redes sociais somos mais determinados por nós mesmos ou pelas forças externas? É possível pensar sobre imagens e informações compartilhadas em busca da compreensão das causas dos afetos? O que realmente queremos compartilhar quando trocamos informações, imagens, pela internet? Compartilhar conteúdos pela internet pode nos tornar causa ativa de nós mesmos?

Ora, em suma, aquilo que sentimos e que aumenta nossa capacidade de existir é experimentado como alegria. O que sentimos quando a capacidade de existir é diminuída é experimentado como tristeza. Ao considerar que nossos corpos sofrem essa variação da potência em encontros com outros corpos, podendo estes também serem informações e nos potencializar para alguma ação ou nos refrear, somos tomados por um intenso fluxo de afetações.

O que pode nos levar para a capacidade da mente de pensar e do corpo de agir, portanto, utilizando o botão de compartilhar, a depender do conteúdo a ser compartilhado, pode tanto nos levar a uma ação como a uma inatividade. Compartilhar tem múltiplos significados. Podemos compartilhar, tomar parte em alguma coisa, arcar juntamente, repartir ou partilhar algo com alguém, que seja informação ou ainda afetos, dores, ações e reações. É importante destacar que compartilhar é da ordem do comum, do sentido de dividir algo com o outro, que podem ser tanto situações de alegria como de tristeza.

Como exemplo do destacado, tivemos tempos atrás imagens em vídeo compartilhadas sobre a morte de um homem por violência, decorrente de suposto racismo, em loja de uma grande rede de supermercados brasileira, no Rio Grande do Sul. O caso teve repercussão e provocou ações de manifestantes. Uma das lojas da rede foi incendiada. Outra complexidade sobre a questão em análise (o compartilhamento de imagens pela web) foi a manifestação de entregadores por aplicativos. Eles pararam de trabalhar por um dia, reivindicando direitos da categoria, e foram apoiados por muita gente nas redes sociais que viram as imagens e se solidarizaram. Não podemos afirmar, nos exemplos citados, que só o compartilhamento na web proporcionou as ações. Todavia, por meio da internet as denúncias foram expostas e isso as impulsionou. Nesse sentido, o compartilhamento foi uma poderosa arma não somente de exposição da violência, mas de potência para a ação.

Para interpretar a questão retomamos Spinoza, quando o autor destaca que, para o eu existir, é necessário existir o outro, ou seja, faz-se mister o encontro, que movimenta a potência da vida. É na união de corpos em torno de um útil comum que se fortalece a ação política. Dessa forma, ideia adequada é reconhecer que outro ser humano é indispensável à minha existência e, para perseverar nela, é necessário que eu seja a causa das minhas ações. Os encontros são potencializadores nessa condição, segundo Chauí (2012, p. 21)[3]:

Um corpo, para Spinoza, é tanto mais forte, mais potente, mais apto à conservação, à regeneração e à transformação, quanto mais ricas e complexas forem suas relações com outros corpos, isto é, quanto mais amplo e complexo for o sistema das afecções corporais. A mente está intrinsecamente ligada a seu objeto porque ela não é senão operação de pensá-lo.

[3] JUNGES, Márcia. Marilena Chauí: a alegria do pensamento e liberdade. Instituto Humanitas Unisinos: Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento, São Leopoldo, v. 397, n. 1, p. 15-23, 06 ago. 2012.

Diante disso, e para compreendermos se o que compartilhamos pode nos libertar ou não, destacamos com ênfase: é necessário saber se somos causas de nós mesmos a partir de nossas afecções ou não. Pois as afecções podem tanto nos potencializar como aprisionar em causas externas a nós. Quanto mais formos afetados de alegria e termos ideias adequadas de suas causas, mais potência mental teremos para pensar e corporal para agir. Desse modo, que o compartilhar possa se tornar verbo de ação para a liberdade.

Juliana Berezoschi
Graduada em Psicologia pela FURB (Blumenau/SC).
Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.
É integrante do grupo de pesquisa NEXIN

Desigualdades, afetos e pandemia: sobre (im)possibilidades de liberdade

O Brasil é marcado por desigualdades e as origens remontam à época colonial, permanecendo inalteradas até hoje, estruturando relações sociais a partir da lógica desigual (CAMPOS et al. 2004; MEDEIROS, 2005)[1,2]. O fenômeno, de natureza complexa, multifacetada, capilarizou-se de tal modo nas estruturas sociais que suas expressões podem ser percebidas e sentidas em variados espaços e relações do cotidiano. Pode-se afirmar que as desigualdades são o problema mais relevante do país, necessitando de um olhar aprofundado de todos os atores sociais para se esboçar enfrentamento e superação a uma das principais chagas que nos assolam há séculos e que ganha força com sofisticadas reestruturações no mundo do trabalho, possibilitadas por tecnologias.

Isso pôde ser evidenciado nas configurações processadas na sociedade oriundas da covid-19, aumentando o fosso entre a minoria rica e as maiorias populares que historicamente viveram na informalidade, com a precarização do trabalho. A pandemia produziu rupturas no tecido social, agravando e intensificando desigualdades. Ela não foi vivenciada por todos os brasileiros de uma mesma forma, segundo protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS). O isolamento e as vacinas, fatores de prevenção ao vírus, não se efetivaram de maneira isonômica. Esses fatores chagaram a ser vivenciados no Brasil como privilégio, o que não é de se estranhar considerando um status quo constituído como pilar de sustentação da desigualdade que desde 1500 marca nossa sociedade, escancarando-se no presente. Isso nos leva a crer que, como existe a medicina do rico e a medicina do pobre, existe, houve a pandemia do rico e a pandemia do pobre.

[1] CAMPOS, André et al. (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil. v. 3. SP: Cortez, 2004.

[2] MEDEIROS, Marcelo O que faz os ricos. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2005. 299 p.

Todavia, um dos principais aspectos evidenciados pela pandemia foi a absurda desigualdade e isso é um dado que mostra não estarmos todos no mesmo barco. Há muitas pessoas em lanchas e há poucas em iates sofisticados. As diferentes possibilidades de vivências da pandemia para gente de distintas classes sociais, postas pelas condições concretas, viabilizou-se pelo investimento em afetos, de modo a desenhar cenários que levassem esses sujeitos a pensarem que a única saída estava em não poderem parar, porque precisavam trabalhar e, caso o fizessem, não teriam condições de sustentarem a si e aos seus.

Cabe destacar que os afetos são sentidos no nível individual, contudo são tecidos na trama social e, portanto, são políticos e cumprem papel político. Isso é evidenciado a partir de narrativas hegemônicas acerca da maneira como se deveria enfrentar a pandemia. E essas narrativas levaram, sobretudo, a classe trabalhadora a incorporar tais ideias mediante planos ideológicos, inviabilizando uma revolta popular que forçasse o poder público a garantir políticas emergenciais de subsídio econômico a famílias de baixa renda para atravessarem a pandemia protegendo-se contra o vírus.

Percebe-se a trama de afetos por meio do enlace entre o pensar, o sentir e o agir, possibilitando sentimentos e ações que ofereçam sustentação à ordem hegemônica vigente. A manutenção de estruturas de dominação passa fundamentalmente pela via dos afetos e da manipulação destes, para garantir interesses de classes dominantes. O cenário desenhado pela pandemia, que escancarou as vísceras da desigualdade e os processos de dominação históricos, leva-nos a refletir sobre (im)possibilidades de liberdade dentro do modelo de produção capitalista, que produz riqueza e miséria como forma de manutenção de sua perpetuação.

A política neoliberal oferece bases de sustentação do atual modelo de produção e tem como prerrogativa a noção de liberdade. O sujeito do neoliberalismo é proclamado livre e autônomo. Por meio de seus esforços individuais pode atingir o sucesso o fracasso. Para esse sistema, todos

os sujeitos são livres e todas as condições de desenvolvimento estão dadas, basta cada um aproveitar e atingir o melhor que puder. Mas é possível vislumbrar liberdade nesse contexto marcado por uma sociedade de classes e cuja estrutura prevê de antemão lugares distintos para distintas pessoas?

Reflexões em torno da liberdade ganham espaço em diferentes escopos teóricos de áreas do conhecimento e se constituem questão central em debates filosóficos e sociológicos. Trata-se de reflexão sem consenso, considerando a complexidade e as diferentes análises. Porém, afinal, o que vem a ser a liberdade? Somos livres ou meramente determinados por estruturas sociais e, com isso, impossibilitados de produzir a liberdade? A pandemia evidenciou a liberdade em um horizonte distante das classes trabalhadoras e somente por meio de um projeto societário de garantia de direitos a todos haverá melhores condições.

Pautados num referencial sócio-histórico, de base materialista histórico-dialética, sublinhamos que a liberdade seria a apropriação de modo igualitário dos bens produzidos historicamente pela humanidade. Condição essa que não pode ser concretizada no interior de uma sociedade marcada predominantemente pelo modelo de produção capitalista. A liberdade dentro desse referencial é o pilar sobre o qual se sustenta nosso horizonte societário, pautado na igualdade de distribuição e apropriação dos bens produzidos pela humanidade, que, na sociedade atual, é condição de privilégio, concedida a uma pequena parcela que compõe a elite do país. A liberdade, condição sine qua non para a emancipação, está no cerne da práxis em psicologia social que defendemos.

Uma práxis libertadora que gere autonomia a sujeitos. Liberdade, como aqui defendemos, não tem nada a ver com livre arbítrio, mas com a qualidade de inserção de sujeitos em espaços públicos. Não existe liberdade a não ser no espaço público. A liberdade exige a construção de um espaço público e somente inserindo-se na arena pública os sujeitos conseguem experimentar a liberdade.

A servidão consiste fundamentalmente na exclusão de significativa parcela da população de espaços comuns. Não participar da vida pública, assim, é condição de sustentação a estruturas de dominação. Constituir sujeitos resignados com a realidade e que não se revoltam com injustiças é o que mantém governos antidemocráticos no poder. A alegria é perigosa por trazer consigo um germe de revolução. A tristeza e o ódio são recursos de governos totalitários, diferentemente da perspectiva neoliberal que enaltece o espaço privado e o livre arbítrio como condições para a vivência da liberdade. Nessa perspectiva, defendemos que a liberdade é uma condição que só pode ser vivida em sua plenitude na arena pública. Ela é o espaço por excelência onde a liberdade pode se manifestar e se consolidar como horizonte utópico societário.

A partir do exposto, conclui-se que a liberdade, que conduz à humanização e à emancipação, só pode ser pensada a partir de possibilidades dadas universalmente e não por meio somente de condições particulares de existência. A liberdade que defendemos segue sendo uma utopia necessária em uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Seremos livres no dia em que o público não seja apenas privilégio de uma minoria e quando todos os sujeitos tiverem pleno acesso a todos os bens produzidos historicamente pela humanidade.

"Eles passarão, eu passarinho" .

Péricles de Souza Macedo
Psicólogo pela Uninove. Mestrando em Psicologia
Social pela PUC-SP. Bolsista da FAPEMA.
Conselheiro do CRP-MA pelo triênio (2019-2022)

A segunda onda do medo e a esperança: a temporalidade pandêmica

Quando começou a pandemia, o isolamento, única forma de proteção com eficácia reconhecida, manteve muitas pessoas em casa. Com as medidas de segurança, inúmeros sujeitos viram o espaço privado se tornar público, a casa se transformar no trabalho, na escola, na universidade e, para alguns, inclusive na academia. Além disso, houve mudanças no território de circulação cotidiana, para o território do isolamento e distanciamento. O cotidiano começou a ser vivido nas telas. A luz do sol na caminhada para o trabalho mudou para uma luz de tela de computador em jornadas home office.

A relação com o grande relojoeiro também mudou. Para alguns, o tempo da escola dos filhos se transformou no tempo em frente à tela na sala ou quarto. O tempo no metrô ou ônibus é agora o do caminhar da cama para a mesa e a cadeira. O isolamento ou distanciamento mudou as afetações que vivenciávamos antes. O tempo se diluiu em uma rotina até então desconhecida, cheia de lives e videochamadas. A medida do tempo mudou para horas defrente à tela, seja no zoom, meet, whatsapp, skype etc. O tempo-medida se transformou no tempo-tela. No entanto, o velho amigo, o tempo, continua devorador para alguns e fiel escudeiro para outros. Será? Como ficam os corpos que já vivenciaram o isolamento fruto da realidade da pandemia?

Spinoza, em sua Carta 12, fala que o tempo é imaginação. É nessa correspondência que o filósofo afirma serem a medida, o tempo e o número modos de pensar e imaginar. A partir dele, Olinda (2014) destaca que o tempo é resultado da potência da mente humana, que é confundido com os entes reais, e não da potência de Deus. No entanto, como não olhar ou ansiar pelo futuro em uma realidade pandêmica? Ou melhor, como focar somente no tempo presente?

O tempo foi diluído nas telas e no isolamento. Esse tempo-tela possui outras formas de afetação em nossos corpos, até então desconhecidas ou desconsideradas. De uma videochamada de trabalho, partimos com um "clique" para uma live, em outro "clique" para uma reunião com os amigos pelo zoom, e em um último "clique" fechamos tudo e vamos dormir. Corpos imóveis defronte à tela, onde só mãos e olhos se movimentam. Essas afetações vivenciadas no tempo-tela são diferentes. Não possuem a interação do corpo como no tempo-medida, pois os corpos não transitam nos diversos locais como antes da pandemia. Qual é o seu tempo-tela?

O filósofo, na segunda parte da "Ética", relata que o corpo é memorioso e guarda marcas de afetações já vivenciadas. Considerando isso, questionamos: como o corpo vivencia a ausência das afetações de transitar e/ou de se movimentar pelo território além do território do isolamento ou distanciamento? Como você está com a segunda onda da covid-19? A vivência do aqui e agora não é igual ao passado, onde o tempo era de circulação. O que resta é o futuro pós-pandêmico, em que finalmente poderemos fazer planejamentos. Criamos expectativas com o novo momento e alguns constroem metas na promessa de um reinício. Só que o futuro não existe como corpo, todavia se encontra cheio de imagens projetadas. Então nos resta voltar nossos olhares ao horizonte e perceber que a pandemia não acabou e nem acabará em mais um ou dois pares de meses, como tantos acreditaram. É o futuro a que devemos avaliar.

Spinoza coloca essa ideia de futuro em relação aos afetos de medo e esperança: este é uma tristeza instável, surgida de algo futuro ou passado, de cuja realização temos algumas dúvidas. Mas o presente, por sua vez, é uma alegria que se define segundo as expectativas do futuro. A temporalidade de passado e futuro está conectada à rede afetiva de medo e esperança, desta feita, pois ambos os afetos tem vínculo com o tempo.

A partir dessa ligação, temos o que segue:

Somos mais intensamente afetados, relativamente a uma coisa futura, se a imaginamos bem próxima de ocorrer do que se imaginássemos que o momento de ela vir a existir está ainda muito longe do presente. Somos, igualmente, mais intensamente afetados pela lembrança de uma coisa que imaginamos não ter se passado há muito tempo do que se imaginássemos que ela se passou há muito tempo (SPINOZA, E IV Prop 10).

Exemplificando a tonalidade afetiva apresentada por Spinoza a partir da nossa realidade da pandemia, temos que, se imaginarmos uma onda de covid-19 cada vez mais forte para este mês de março, somos intensamente afetados de medo.

De outra maneira, se acreditamos que a pandemia não passou, mas que retrocederá, somos igualmente afetados pelo medo da continuidade de uma situação que começou há pouco tempo, mas que persiste.

A vivência da segunda onda ganha intensidade diferente da situação do início de 2020, pois somos afetados de outra forma em dupla temporalidade: pelo passado de já termos vivido e nosso corpo guardar memórias de vivências (relembrações) e pela incerteza do futuro frente a algo que vivenciamos (reafetações). Na espreita da segunda onda de covid-19, corpos se mantêm nas relembrações e reafetações. E também na esperança por alguma mudança ou na ilusão das fake news.

Sendo assim, a questão temporal intensifica a flutuação de ânimo entre dois afetos intimamente ligados ao tempo - o medo e a esperança (ESPINOSA RUBIO, 1995). Spinoza (E III Prop 18 esc 1) explica que "[...] o resultado é que os afetos provindos de imagens como essas não são tão estáveis, mas ficam, geralmente, perturbados pelas imagens de outras coisas, até que os homens se tornem mais seguros da realização da coisa em questão".

Medo e esperança, assim, em conjunto, voltam a nos afetar com a segunda onda e com as imagens de nosso país com suas UTIs lotadas novamente.

Medo de voltar ao isolamento, esperança de que mais vacinas serão aplicadas, medo da crise econômica, esperança de não se contaminar e medo da perda do emprego. São incertezas agudizadas pelas crises que o país vive, dentre elas a já conhecida desigualdade social, que se materializa no aumento da fome e na perda dos lares. Como se manter vivo na segunda onda sem uma moradia?

Por se tratar de uma flutuação de ânimo, os dois afetos (medo e esperança) apresentam-se juntos, pois o filósofo holandês os considera inseparáveis. No entanto, o caráter da temporalidade do passado e do presente existe por consequência da memória (OLINDA, 2014). Ou seja, por já termos vivido a pandemia, a forma como vivenciamos o momento atual muda. Por isso, o medo é intensificado nesta segunda onda da covid-19, afinal os corpos já se afetaram em relação à pandemia e carregam imagens dessas afetações. Ao mesmo tempo que em alguns a esperança pode ser dominante, visto as notícias das vacinas, também cremos que não há medo sem esperança e nem esperança sem medo, como também não há passado sem memória, nem futuro sem presente.

Passado, presente e futuro se entrelaçam em nossas vivências humanas, pois somos potência em ato e procuramos perseverar na existência (SPINOZA, TP). Mas como perseverar quando somos reafetados pela segunda onda das diversas pandemias vivenciadas? A oscilação entre medo e esperança se intensifica nesse momento, pois nosso corpo é memorioso e somos afetados pelas incertezas do futuro. As aulas irão voltar? Haverá lockdowns mais severos? Irei me contaminar? Posso tomar vacinas, mesmo sendo item ideológico de luta pelo poder?

É nessa oscilação e incerteza que vivenciamos a insegurança, favorecendo a ansiedade e a depressão, campos férteis para a crença em fake news (superstição, segundo Spinoza). Em suma, nesse cenário, presente e futuro se compõem de dúvidas, tornando-se uma realidade também de sofrimento, fruto do medo dominante.

A segurança é decorrente da esperança e o desespero decorrente do medo (SPINOZA, E III). Ao definir a primeira, o filósofo holandês explica que esse afeto é uma alegria surgida da ausência de dúvidas, ou seja, a ausência desse afeto demonstra a presença dominante da dúvida, em relação ao presente como também ao futuro. Na segunda onda de covid-19 no Brasil observamos a esperança/dúvida tomar os corpos, pois mesmo olhando o horizonte possível e planejando em busca de possibilidades, a dúvida está presente nos corpos e conseqüentemente a ausência de segurança também o é. Ou seja, vivemos uma insegurança dominante no tempo presente e uma esperança/dúvida no tempo futuro, afetos que juntamente com o medo formam a trama que compõe a vivência da segunda onda de covid-19 no país.

Essa flutuação afetiva entre medo e esperança, insegurança e esperança/dúvida, demonstra o não direito ao futuro que vivenciamos nesse momento no Brasil. A constante ausência de segurança e a intensificação do medo e da esperança/dúvida são o enlace afetivo que demonstra as diversas pandemias, tanto da covid-19 como da desigualdade social. Com a dúvida no futuro e o presente de incertezas, flutuamos em busca de alguma segurança nesse cenário de segunda onda de covid-19. Agora, no presente, vivenciamos um sofrimento que, talvez, não era tão claro: o não direito ao futuro. Se roubarem os nossos sonhos, o que resta de nós?

Flávia Roberta Busarello
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP. Realizou período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha com financiamento da CAPES/PDSE/2019. Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social

Sonho em meio a crise

O sonho é a semente da criação, o elemento fundamental do progresso e o prelúdio de um desfecho. O sonho pode ser o impulso que nos faz seguir ou a utopia que nos faz caminhar rumo a um destino que nos apetece.

O conceito de sonho, enquanto capacidade onírica ou elemento de projeção do desejo de um futuro imaginado, foi e é estudado por diversas abordagens da psicologia. Está ligado à capacidade de absorver e projetar imagens. A partir delas, o sujeito pode experimentar a liberdade para criar narrativas e um novo mundo. Isso independe do grau de consciência, já que ocorre tanto dormindo quanto acordado.

Quando dormimos o sonho é carregado de alegorias, que muitas vezes trazem simulacros da realidade, isto é, fantasias que aparentemente tem pouco nexos causal ou lógica, mas podem ser carregadas de emoções e afetos. No sonho desperto, que remete a uma esperança, alegorias também tendem a ser carregadas de emoções e afetos, mas com um senso lógico de algo que representa o real em nossa consciência, com utopias que buscam nexos causal no sentido de um ideal.

A imaginação é parte fundamental dos sonhos e se apresenta em nuances. Para Spinoza, na *Ética II*, a imaginação é efeito da experiência dos encontros, um acúmulo de sensações e sentimentos misturados, afecções que têm poder de se fixar na consciência. Nesse sentido, o corpo tem muita relação com os sonhos, pois ele é afetado pelo mundo de modo sinestésico e reproduz tais afecções na constituição dos sonhos.

A ação de criar está atrelada a poder imaginar e construir o mundo, assim como ser construído, desenvolvendo sua potência a partir do que constrói. Tal poder, quando subjugado, aliena o sujeito de sua criação, impede a ação criadora e retira a potência do movimento do trabalho rumo à liberdade.

O conceito vygotskyano de imaginação criadora remete justamente ao poder libertador que a imaginação pode fomentar. A arte de criar exige a ação, a construção no real a partir do processo da imaginação. O poeta Ferreira Gullar dizia que "o artista cria um outro mundo mais bonito ou mais intenso ou mais significativo ou mais ordenado - por cima da realidade imediata". Então sonhar é ser livre. Sonhar de ser livre, ser livre para sonhar, sonhar para ser livre. Isto parece um jogo de palavras, mas sonhar e ser livre nem sempre ocorrem mutuamente.

A liberdade e o sonho necessariamente deveriam andar juntos, pois o servo, tal como a sua liberdade, tem seus sonhos alienados, sufocados e a imaginação de um futuro sem amarras furtada. A liberdade de imaginar um destino diferente é um bem fundamental, mas nem todos podem ter. A desigualdade social constituída em uma sociedade individualista rouba os sonhos e por consequência os desfechos. O sonho carece de união, do coletivo para se tornar realidade, pois a tomada de consciência precisa do encontro consigo, com a autonomia, mas principalmente com os outros, com o coletivo humano. Paulo Freire dizia "que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão". Já o cantor e compositor Raul Seixas dizia na música Prelúdio: "sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade".

Em união se conduzem os destinos, pois é nos encontros que nos afetamos e conhecemos o conatus da comunhão. A imaginação e por consequência o poder de sonhar junto têm muita potência. A potência da união, da junção de forças corpóreas e intelectos focados, expressa-se materialmente na realidade, pois a força coletiva é fértil. Essa fertilidade se expressa na vida em movimento, em sentido da criação e transformação de vida. A fertilidade faz com que o humano conheça sua capacidade criadora, capacidade transformadora, pois é o corpo em potência e ânimo que se apresenta. A palavra felicidade tem um conjunto de etimologias e algumas remetem à fertilidade.

O sujeito feliz é fecundo, produtivo e por isso tem ânimo, pois encontra a potência na gênese da manutenção da vida. Isto ocorre principalmente nos encontros, na relação com o outro. Um dos elementos da felicidade é a qualidade das relações e amizades que as pessoas têm.

Para Spinoza (Ética, parte 3, prop. 6), "cada coisa, à medida que existe em si, esforça-se para perseverar na existência". Em um momento de crise um grupo ou uma sociedade precisa mais do que em outros momentos se proteger e principalmente responder às dificuldades colocadas, com eficácia e expertise.

A pandemia vivida é exemplo. Ela apresenta o valor da união e expressa de modo inexorável a interdependência humana. O ser humano sendo hospedeiro e transmissor de um vírus, com baixo grau de letalidade mas alta capacidade de transmissão, colocou a sociedade em situações como nunca antes vistas.

É insofismável que só com o pensamento no coletivo, na manutenção da vida, conseguiremos perseverar na existência em um momento de crise. Momentos como este provocam reflexões sobre como estamos levando a existência e de que forma ela está nos levando. Mas o fundamental é o que a gente faz quando a crise aparece. A crise desestabiliza, fragmenta o real conhecido, e nos oferece a possibilidade de criar algo para reconectar tais fragmentos em uma nova realidade.

O sonho, mesmo que difícil, em um ambiente de profunda cisão como a crise que vivemos, é fundamental para se criar a ação, pois é preciso agir em prol da criação de novos tempos, nos quais a gente perceba que o outro é fundamental para a nossa existência. Para tudo isso, a coragem e a esperança são fundamentais.

Ter coragem em detrimento às dificuldades implica em agir rumo ao sonho que, de tão presente, se torna esperança. Por isso, recorremos a Paulo Freire mais uma vez, sobre a esperança e a ação.

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo".

Portanto é preciso sonhar, mas sonhar junto e sonhar agindo, com perseverança pois "a esperança é viva nos corações que agem, e traz calma frente a ansiedade do incerto de uma crise, pois ela tece a linha do horizonte", tal como na canção de Flávia Wenceslau:

Canção de Esperança

A Esperança
Tece a linha do horizonte
Traz tanta paz
Em reluzente e doce olhar
Que nos conforta
Quando o mar não é tão manso
Quando o que resta
É só o frio sem luar (...)
(...)Oh, Esperança
És para sempre, sempre viva
Te ofereço a minha casa pra morar
Nos meus sentidos
Quero ter os teus conselhos
Na minha voz
Eu quero sempre ir te encontrar
Se alguma coisa eu temer
Estou contando com você
Pra me dizer ao me acalmar
Que o amor jamais me deixará ...

Alberto Rodrigues Silva
Mestrando em Psicologia Social na Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUC/SP – NUPPDES

A cidade como território de aprendizagem

Proponho reflexão sobre a vida nas cidades a partir das contribuições de Spinoza e Vigotski, que ajudam na compreensão da parcela subjetiva da relação com a existência e o mundo social. De Spinoza temos discussões sobre servidão, liberdade, ética, afeto, existência, potência, alegria, tristeza, medo e esperança. De Vigotski, concentramos em motivação, criatividade, imaginação, zona de desenvolvimento proximal. Para a compreensão desses dois autores, supomos reflexões de Bader Sawaiia sobre o sofrimento ético-político e uma possível articulação da terapêutica das paixões (Spinoza) com a terapêutica estético-política (Vigotski).

Em seus escritos sobre a Ética[1], Spinoza nos faz pensar que ações revolucionárias que não desbloqueiam a parcela subjetiva implicada nas relações de servidão se tornam inócuas. É preciso destruir tudo aquilo que sustenta as relações de opressão, desigualdade e injustiça. O filósofo aponta a liberdade como sendo o contrário da servidão, ou então aquilo que pode nos livrar dela. Para Spinoza, a vida tem uma parte essencial expressa pelo desejo de ser livre e ter liberdade, liberdade esta entendida como perseverar na existência. Compreender isso é poder também entender - uma vez que o desejo pela liberdade é um fator essencial da vida humana - que a luta pela emancipação, ou seja, as ações, atitudes, pensamentos e sentimentos que nos colocam no caminho à liberdade, também é essencial à vida das pessoas, é irreprimível.

A ideia de essência não está ligada a algo fixo ou imóvel, mas a algo variável e que depende de múltiplos fatores. Depende, principalmente, da nossa relação com a existência, que gera como consequência o afeto, o qual por sua vez pode acarretar o aumento ou a diminuição da potência, aqui compreendida como uma soma da força vital da resistência com a qualidade ética da existência.

[1] SPINOZA, B. apud SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

A afetos que aumentam a capacidade de existir chamamos de alegria. Àqueles que diminuem essa capacidade nomeamos tristeza. Para Spinoza, a tristeza se relaciona a medo e este, por sua vez, tem as mãos dadas com a esperança, pois aquele que teme e que imagina que não há nada a ser feito só pode esperar.

O medo gera um corpo político que vai reproduzir essa lógica e esse sentimento nas instituições das quais faz parte. A liberdade depende da superação de um primeiro nível do conhecimento: as ideias imaginativas, que corroboram com a ilusão, com a alienação e com o conatus enfraquecido, ou seja, o afeto-paixão. A superação desse primeiro nível de conhecimento nos levará do afeto-paixão ao afeto-emoção. O afeto-emoção representa a razão do afeto ou a razão como afeto supremo. A passagem da paixão e suas implicações para a ação guiada pelo afeto-emoção é o que podemos entender como terapêutica das paixões, uma forma de tornar a existência melhor.

Vigostki[2], que entende o psiquismo como sistema integrado de funções inter-relacionadas (biologia, contexto social, cultura, etc.), ao considerar a constituição psicológica, chama atenção para o papel das emoções naquilo que é próprio do funcionamento psíquico. Indo ao contrário da ideia comum de que a emoção é inimiga da razão, Vigotski evidencia o papel da motivação para o pensamento. Um pensamento não surge do nada e nem de outro pensamento, ele surge não do encontro, mas da íntima conexão encontrada nas funções psicológicas superiores entre emoção e razão. Ao pensar, o sujeito une determinações que recebe da realidade social (regras, lógicas, imposições, ideologias) com características próprias da sua subjetividade (experiência de vida, preferências, motivos). Esse processo imaginativo ligado à criatividade é que pode nos levar à liberdade, entendida por Vigostki como produção da existência e da situação que mais tem condição de potencializar o desenvolvimento das pessoas.

[2] VIGOTSKI, L. S. apud Sawaia, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

Essa união ocorrida no pensamento entre uma parte que é social e uma parte que é subjetiva, Vigostki chama de sinalização, que resulta em um conhecimento novo, uma nova forma de enxergar as coisas e pensar possibilidades de transformação. Tal pensamento é mais complexo e mais capaz de, de fato, contribuir com o desenvolvimento da vida humana. E, assim como Spinoza com a terapêutica das paixões nos fez perceber a necessidade da ruptura com um primeiro nível de conhecimento, a sinalização de Vigotski mostra que é importante, desse encontro da subjetividade com a sociedade, surgir o novo, que também representa a superação de um nível básico do conhecimento. O surgimento dessa nova coisa, do lado subjetivo depende da motivação, dos afetos e das emoções, e do lado objetivo da possibilidade da existência de zonas de desenvolvimento proximal capazes de aumentar a potência pela qualidade da relação e da aprendizagem.

Sawaia[3], nos estudos sobre exclusão e inclusão social, aponta o efeito subjetivo das desigualdades e das situações de injustiça social. Recorrendo a Spinoza, a autora alerta sobre o bloqueio do poder de afetar e ser afetado e, com Vigotski, adverte sobre o rompimento do nexos entre mente e corpo, entre funções psicológicas e sociedade. De acordo com Sawaia, a relação do sujeito com uma existência repleta de desigualdade gera respostas afetivas que se tornam elementos essenciais para a manutenção dessa relação de desigualdade, e essas respostas afetivas são o que podemos entender como sofrimento ético-político. Tanto a terapêutica das paixões de Spinoza quanto a terapêutica estético-política de Vigotski podem servir como referência para pensarmos formas melhores de existir.

Tendo o suposto acima como base, é importante poder pensar em como a qualidade de vida nas cidades e aquilo que elas podem proporcionar como experiências sociais são capazes de gerar respostas afetivas relacionadas à liberdade e à criatividade.

[3] Sawaia, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

Por exemplo, no encontro com a cidade poderíamos vivenciar situações que nos coloquem dentro daquilo que Vigotski entende como a "vida como criação". As cidades poderiam ser grandes mestres que serviriam de recurso auxiliar e instrumento da educação. Para o russo,

[...] na cidade do futuro provavelmente não haverá um único prédio em que apareça o letreiro "escola", porque escola, que no pleno sentido da palavra significa "lazer" e destinou pessoas especiais e um edifício especial para ocupações com lazer, estará toda incorporada ao trabalho e à vida e se encontrará na fábrica, na praça pública, no museu, no hospital e no cemitério (VIGOTSKI, 2004, p. 456) [4].

Isso nos faz pensar que o processo pedagógico é a vida social ativa e, portanto, a nossa relação cotidiana com a vida, ou seja, com a cidade em que vivemos, pode se transformar em uma grande escola, em outras palavras, em vivências capazes de gerar afetos/emoções (Spinoza) ou sinalizações criativas (Vigotski). Para ilustrar as reflexões, vejamos casos da vida real:

a) A cidade de Rosário, Argentina, é conhecida como sociedade educadora, que incentiva atores da comunidade e todos os níveis de governo a terem a educação como preocupação central. Lá, há ambientes que promovem interação e aprendizagem, além de valorização dos lugares públicos para uso da população (Gestão Escolar[5], 2018). Em Rosário, encontramos projetos como a "Ilha das Invenções" (espaço de encontro para crianças e adultos investigarem e aprenderem sobre ciência, artes e tecnologia). Na localidade, há a Cidade das Crianças, onde crianças compoem um Conselho para expor suas ideias e necessidades, e também a Escola Móvel, em que crianças, adolescentes e adultos são convidados a conhecer diferentes lugares da cidade.

[4] Vigotski, L. A psicologia e o mestre In Psicologia pedagógica, 2004, Ed. Martins Fontes, cap. XIX, p. 445-464.

[5] Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2017/o-que-uma-cidade-educadora-argentina-pode-nos-ensinar>

b) Na cidade de São Paulo existem regiões próximas, do ponto de vista geográfico, mas distantes naquilo que são capazes de oferecer como possibilidade de interação e relação social. De acordo com o Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo (2019)[6], a expectativa de vida de uma pessoa que mora no distrito de Moema é de 80 anos, enquanto a expectativa de vida de uma que mora no distrito Cidade Tiradentes é de 57 anos. Segundo esse mapa, em Moema não há favelas e na Cidade Tiradentes 5% dos lares são favelas, mas há outros lugares em São Paulo em que a proporção de domicílios de favela representa cerca de 30%. Em Moema, de todas as mulheres que engravidaram no ano de 2019, apenas 0,35% tinham 19 anos ou menos. No distrito Cidade Tiradentes esse índice sobe para 16%. No bairro de Moema, onde se vive até os 80 anos, apenas 5% da população é preta ou parda, enquanto na Cidade Tiradentes, lugar onde se vive 23 anos a menos, 56% da população é preta ou parda.

O exemplo de Rosário nos faz pensar no quanto uma cidade pode estar, de fato, preparada para ser esse lugar de aprendizagem e criação da vida, rumo à liberdade. Já o exemplo de São Paulo nos mostra o quanto há ainda diferenças significativas a serem superadas, no entanto, a situação de Moema indica que as coisas na Cidade Tiradentes podem melhorar, contanto que a realidade deste lugar se aproxime da realidade do outro.

Gabriela Moreira
Psicóloga, Mestre e Doutoranda em
Psicologia Social pela PUC-SP

[6] In <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/>

Período abril a julho/2021
Mortos no Brasil do início da pandemia até
30/07/2021: 555.460

Amarildo,

Aonde amanhece?
Amarelo, amaranto
Acordou afônico
Ausente
Aparece, Amarildo!
Ainda não
Ainda acordo achando a's
As azaleias azuis
Astronautas
Amores assassinos
Araucárias
Amuletos
Aonde amanhece amarelo?

#aindaporconvicção, aonde anda todes Amarildos?

Nota contextual da escrita

Situo Amarildo como emblema e representação do luto de tantas famílias em função do excesso de vítimas da violência do Estado, escancaradamente racista, que tem como alvo principal corpos de pessoas negras. Amarildos, Marielles, Cláudias, Joãos, Lucas, Alexandres, Fernandos, filhos e filhas, pais e mães, irmãos e irmãs, companheiros e companheiras, tantos e tantas, que vêm tombando desde muito antes da pandemia. E, durante esta, são as principais vítimas fatais, porém as que menos foram vacinadas até o momento. As perguntas por Amarildo permanecem e caminham juntas com outras: quem mandou matar Marielle? Por que o senhor atirou em mim? Ele não viu que eu estava com a roupa da escola?

Tatiana Minchoni
Doutora em Psicologia pela UFSC

Em tempos de pandemia

Seu sorriso pareceu distante,
Se mostrando pela tela do celular,
Mas era o que de mais reconfortante
Nesse momento você podia dar.
O cheiro, só pela imaginação,
Das xícaras do que cada um tem a tomar,
Compartilhamos juntos, tão de longe,
Cada qual do seu devido lugar...

Abrços, beijos e afagos,
Se transvestiram de emojis e corações,
Inventamos de novo, um outro jeito
De sentir as nossas emoções...
As visitas se encurtaram no tempo,
Sem o trânsito e as quilometragens a rodar,
Aniversários comemorados à distancias,
Mas agora, todos podem participar!

Um alívio entre medos e pesadelos, a
Angústia de nada poder controlar
Ansiedade, Esperança e desespero, fazem
Parte desse novo jeito de amar...
Aprendendo a ensinar a nossa
Mente, a escolher o que ela quer reverberar,
Por mais que não estejamos tão contentes,
A fé é o que não pode nos faltar...

É um vírus, invisível, mas potente!
Desmascarando tanta desigualdade, violência e pobreza,
Dizem que ele ataca a toda e qualquer gente,
Mas como humanos, reafirmamos nossa maior nobreza.

Cíntia da Silva Pereira
Estudante de Psicologia da UNISA

Relatos de Experiência

Desafios de uma assistente social voluntária durante a segunda onda de covid-19 em Manaus/AM

O Amazonas registrou durante a segunda onda de disseminação da pandemia no Brasil uma das maiores médias mundiais para a relação população/óbitos em seu histórico de espalhamento viral desde o começo da crise do SARS-CoV-2. De fevereiro de 2020 até fim de julho de 2021, o Estado contabilizou oficialmente cerca de 13.500 mortes e criou a variante gamma, chegando a aproximadamente 3.300 mortes por milhão de habitantes (cf. ESTADÃO/D24, 2021)[1]. São dados alarmantes. Ademais, com o volume de informações do fim do primeiro semestre de 2021 recém consolidado, incluindo-se o mês de julho e as subnotificações, além da falta de testes RT-PCR e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) inespecífica (LOPES, 2020)[2] que se assemelham à covid-19, é possível supor que tivemos até 20% a mais do que esse total.

Em termos correlacionais, segundo levantamento da Universidade Johns Hopkins e do projeto "Our World in Data", ligado à Universidade de Oxford, o Peru, paralelamente, teve a pior taxa do mundo de mortos da pandemia em números relativos à população e gestou a variante lambda. São mais de 5.000 vítimas para cada milhão de habitantes no país vizinho. Assim, em âmbito comparativo, se fosse um país, o Amazonas estaria pelo menos entre as seis nações líderes do planeta em mortes por milhão de habitantes, com cerca de 4.000 óbitos projetados, considerando uma revisão séria, ampla e sistemática nos dados de mortes em excesso. Partindo do suposto, não parece incongruente supor que o conjunto de memórias traumáticas da população amazonense foi substancialmente alterado por causa da covid-19, o que também mexeu com a estimativa de vida da população local como um todo. O Amazonas regrediu a níveis de 2005, caindo de 72,51 para 69,53 anos (3,28 anos).

[1] ESTADÃO/D24. Se fosse um país, AM seria o 1º em mortes por milhão devido a Covid. In <https://d24am.com/coronavirus-no-amazonas/se-fose-um-pais-am-seria-o-lo-em-mortes-por-milhao-devido-a-covid/>. Acessos em 17 de maio de 2021.

[2] LOPES, Raquel. Brasil já pode ter superado 220 mil mortes por covid-19 em hospitais de Manaus. Folha de S.Paulo. In <https://br.noticias.yahoo.com/brasil-ja-pode-ter-superado-220-mil-mortes-por-covid-19-mostra-levantamento-164120425.html>. Acessos em 17/05/21.

Os dados são oriundos do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard e os sublinhamos por entendermos que, mais do que nunca, a ajuda humanitária se fez e ainda se faz necessária para mitigar sofrimentos psíquicos em termos gerais, seja por adoecimentos e mortes ou pela fome e desemprego, incluindo-se aqui a sobreposição de sequelas físicas e a alta dificuldade para a manutenção da vida como antes.

E acerca desse modelo de ajuda, que teve foco saúde e alimentação básicas, podemos citar que no solo amazonense atuaram tanto gigantes internacionais, como a organização Médicos Sem Fronteiras e a Unicef, quanto instituições religiosas e laicas, solidárias, de médio e pequeno porte, a exemplo do centro Cáritas Arquidiocesana e da Universidade Federal do Amazonas.

Há ainda de se endossar relatos de profissionais voluntários de saúde e bem-estar social que, no front, trabalharam em jornadas duplas e com reduzido apoio em suas ações, mas que não se furtaram a integrar esforços multidisciplinares. E é exatamente sobre a atividade deste último conjunto de pessoas que vamos nos desdobrar na narrativa deste paper.

Primeiro é mister destacar que essas pessoas, em termos de reconhecimento, mereceriam melhores condições de suporte técnico e principalmente remuneração e condições de atuação, sobremaneira por terem sido essenciais nos agudos cenários da disseminação da covid-19, quando valas coletivas (tipo trincheiras) eram abertas em cemitérios e faltavam leitos em hospitais e unidades de pronto atendimento da cidade.

Assim, como proposta de descrição, enfatizamos o trabalho de uma profissional de Serviço Social, recém-formada, mãe de dois filhos, moradora de periferia, que estudou a graduação com bolsa do Prouni em instituição de ensino superior privada. Seu nome é Jalna Gordiano e ela assina a co-autoria deste paper.

Em relato participativo para o "Expressões da Pandemia - Fase 3", ela conta que, ao trabalhar no projeto "Universidade do Bem", vivenciou particularmente a crise no abastecimento de oxigênio em Manaus — também tematizada na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado — e afirmou que o cenário de caos generalizado nessa subárea da saúde foi o que impulsionou sua decisão de atuar no voluntariado. Segundo ela, a partir do projeto Jalna construiu narrativas em forma de "diário pessoal", escritas a partir de sua realidade vivida junto à unidade de apoio à Secretaria de Estado da Saúde onde trabalhava.

Avaliamos alguns momentos chave do trabalho no voluntariado mediante sua experiência, a qual serviu de base para categorizar desafios enfrentados e dar uma mostra de um fato social total (MAUSS, 2003)[3] que impactou a sociedade. Vamos ao diário de campo de Jalna, que aponta o seguinte, inicialmente.

A chegada estava programada para 7h30. Cheguei 7h35. Aguardei até conseguir internet para entrar em contato com a profa. Francenilda [co-organizadora da ação] e com o prof. Anderson [co-organizador]. Às 8h iniciei conversa com uma usuária do SPA [Serviço de Pronto Atendimento] que aguardava para trocar de lugar com a irmã. Os familiares dos internos do SPA não têm como conseguir alimentação ali perto [zona centro-oeste]. Não há lanche. Ou melhor, até existe, mas está fechado por receio dos donos. Então ofereci um pouco de café com leite que havia trazido na minha garrafa para consumo próprio e ela aceitou. Foi o suficiente por hora. Aguardei junto ao professor Anderson a chegada da equipe de suporte, com as barracas, mesas e cadeiras. Houve atraso dessa equipe, pois o governo colocou barreiras nas principais avenidas da cidade para restringir a veiculação de cidadãos, que só podiam se locomover para atividades essenciais. Fora isso, todos deveriam permanecer em casa, a fim de evitar aglomerações e aumento do contágio (Entrevista com Jalna Gordiano, assistente social voluntária).

[3] MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dívida. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

Sobre a emergência sanitária experimentada pela equipe voluntariada, fica claro na narrativa da assistente social que a preocupação com a população não se deu somente no contexto sanitário, mas também humanitário. Existiu um teor cidadão nas ações, desde o que percebemos no pequeno gesto de compartilhamento de café com leite com uma das acompanhantes de doentes internados do SPA até rifas e cotas para aluguel de cilindros de oxigênio a internados que necessitavam de transferência a outras unidades hospitalares. Na sequência, foi explicitada por Jalna uma cena marcante porque, em certa monta, foi uma das mais dramáticas durante o segundo pico da pandemia em Manaus para muita gente, dado que abarca justo o que ponderamos em termos de transporte de pacientes e dificuldades de locomoção inter-unidades de saúde.

Do lado se fora do Serviço de Pronto Atendimento, havia um grupo composto por três mulheres que estavam exaltadas. Aguardavam a transferência de um senhor do SPA para a Delphina Aziz [HPS de referência para covid-19 em Manaus], o que não estava acontecendo, pois não havia ambulância com UTI móvel disponível. Isso as deixou nervosas e exasperadas. Apesar do ambiente externo do SPA contar com poucas pessoas, elas estão muito tensas e sem amparo. Não há quem as informe, não há onde descansem, não há onde se alimentem, nem mesmo onde comprar uma água por perto (Entrevista com Jalna Gordiano, assistente social voluntária).

A descrição da assistente social aponta para a tensão ancorada à necessidade de sobrevivência em meio ao caos. O enfrentamento às contingências, segundo a descrição, foi árduo porque perpassou por i) esgotamento psicofísico, ii) fome, iii) desinformação e iv) precariedade no atendimento de saúde. São fatores críticos que alimentaram o medo ante o maior morticínio da história amazonense desde a Revolta dos Cabanos, quando de 1833 a 1839 cerca de 3.500 indígenas e negros foram assassinados em batalhas regionais, e desde a luta contra explorações do "ciclo da borracha", em que ao menos

2 mil trabalhadores morreram enfrentando jagunços e milicianos pagos por seringueiros nos interiores do Estado. São memórias formativas que, com a situação atual, vieram à tona em modo de vivência contingencial crônica.

Entrementes, é preciso destacar que o grupo voluntariado do qual a assistente social fez parte realizou efetiva atividade de informação e esclarecimento junto ao atendimento psicossocial. Isso ajudou para a elucidação sobre o tipo de atividade executada. "Colocamos cadeiras e mesas para atender ao público e conversar com eles. Pessoas perguntavam se estávamos realizando exames e no que podíamos ajudar. Inclusive fomos confundidos com as tendas de apoio na ala externa do Hospital 28 de Agosto", destacou Jalna, pontuando acerca da infodemia (pandemia informacional) causada pelo governo federal.[4]

Um rapaz se aproximou e pediu para usar uma das mesas. Chovia bastante, choveu o dia inteiro. Ele estava com a mãe e o padrasto internados. Foram internados no dia anterior. Ele estava aflito. Acompanhava uma adolescente de mais ou menos 14 anos e uma moça com algum problema de estrabismo ou algo do tipo. Isso me chamou atenção, pois poderia haver a necessidade de um atendimento especial. Não foi o caso. Aos poucos, se aproximou e contou que era de Santos/SP, mas morava há tempos em Manaus. Eles estavam tentando, sem sucesso, transferir os dois para outro Estado. Entrei em contato com um amigo e lhes informei um número da Defensoria Pública, que lidou na ocasião com esses casos. Por sorte, não foi necessário. Conseguimos contato com o Hospital Universitário [HUGV], onde foi disponibilizado lugar ao casal. Mesmo assim, ele passou o restante do dia conosco, conversando e se informando. Ficou claro para mim que as pessoas não sabiam onde procurar atendimento e nem eram bem comunicadas sobre isso (Entrevista com Jalna Gordiano, assistente social voluntária).

A incerteza difundida entre familiares também se espraiava em geral, entre médicos, enfermeiras, atendentes, residentes etc.

[4] STEINMETZ, Alexander e ALBUQUERQUE, Renan. A covid e a couvade: crenças agnotológicas sobre a covid-19 à luz da epidemiologia de ideias. Preprint. academia.edu/

De um lado, havia protocolos marcados por cientistas da área, baseados em evidências e orientações. De outro, chavões controversos de um presidente e de grande parte de ministros e apoiadores, que repetiam negacionismos em torno de desregramentos inerentes à pandemia.

O Ministério da Saúde e as próprias Secretarias de Saúde do Estado e do Município, ante o caos discursivo no Brasil, seguiam cambaleantes e sem propor quadros sistemáticos, organizados e fidedignos, contínuos, de ações de mitigação da covid-19. Inclusive o ineficaz e perigoso "kit covid" continuava a ser incentivado pelo ministro Pazuello e pelo presidente Bolsonaro. Documento oficial de orientação para a prescrição de hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina chegou a ser enviado a unidades de terapia de Manaus com o fito de incentivar "tratamento precoce".

Além disso, em meio à escassez de oxigênio na cidade, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, não dialogava com a Venezuela, país vizinho que ofertou cilindros do material a hospitais locais, mas teve de enviar por estrada já que Brasília/DF se negou a disponibilizar voo fretado para buscar os equipamentos com agilidade. E todo esse conjunto de eventos foi vivido pela voluntária em seus dias de campo, em uma das tendas de acolhimento onde manteve atividades.

Chegaram duas moças até mim e solicitaram atendimento, uma delas com possível alteração de pressão, necessitando de cuidados. Indiquei o SPA, mas ali (depois soube disso) estava atendendo apenas casos de covid-19 e outras emergências eram apenas durante o sábado e o domingo no local. Só que essa informação não estava divulgada para ninguém, o que gerou muita revolta nas usuárias. Essas moças saíram da portaria e voltaram até nós em busca de atendimento médico. Eu as informei que não realizávamos esse tipo de atendimento e uma delas agiu com hostilidade — o que é bastante compreensível.

Elas falavam com sotaque castellano [espanhol] e por mais que eu tentasse lhes explicar que esse tipo de atendimento era realizado em uma unidade de saúde próxima, não quiseram ouvir. Essa ocorrência me levou a imaginar uma melhor possibilidade de identificação dos nossos serviços para evitar confusões e ainda a refletir sobre as relações nada amistosas que se delineavam entre Venezuela e Brasil naquele momento de extrema tensão (Entrevista com Jalna Gordiano, assistente social voluntária).

Enquanto a chuva castigava dia após dia — pois era o período de "inverno" na Amazônia quando se deu a segunda onda da covid-19 —, de acordo com Jalna eram limitados os familiares que conseguiam trazer oxigênio a pacientes internados, posto que o governo do Estado já havia anunciado que não tinha mais como fornecer a partir da iniciativa privada. Até mesmo artistas de fora do Estado tentavam se mobilizar para enviar balas de H₂O a Manaus, segundo relatou ela. Entre administrações de hospitais e prontos-socorros da cidade e dos interiores, ninguém sabia ao certo como obter cilindros de maneira a garantir a boa prestação de serviços.

Pessoas se aglomeravam em frente à fábrica da White Martins, empresa fornecedora da maior quantidade de oxigênio em circulação em nível local. Todavia, para cada pessoa internada eram necessários cerca de 50 litros/dia, o que tornava a situação insustentável. E foi em meio a essa miríade de ambiguidades e incertezas que se passaram os dias da assistente social como voluntária. Ela trabalhou em janeiro e fevereiro e viu de perto, já nos primeiros 21 dias de janeiro de 2021, a quantidade de enterro de vítimas de covid-19 em Manaus ultrapassar o volume total de mortes no comparativo ao ano de 2020. Nos primeiros 54 dias de 2021, o número registrado no Amazonas foi maior em relação ao ano passado. E foi nesse exato período que Jalna esteve na linha de frente de combate à pandemia em Manaus.

Na capital, o número de sepultamentos até junho de 2021 cresceu em torno de oito vezes mais do que o assinalado em 2020, o que indica transmissão comunitária acentuada e alta manutenção da segunda onda de espalhamento[5]. A isso se somam baixos índices de testagem por RT-PCR e poucos recursos para rastreamento de contato, incluindo-se desinformação e incertezas que dia após dia se repetiam durante a segunda onda.

Outro dado preocupante, segundo Jalna, é que nesse mesmo período já se deu o afrouxamento das regras sanitárias de distanciamento e proteção. O risco de morte por covid-19 no Amazonas era de 30,2 para cada 100 mil habitantes durante as semanas entre 7 e 27 de fevereiro de 2021, conforme informado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e esse valor, segundo Jesem Orellana, doutor em epidemiologia e pesquisador da Fiocruz Amazônia, "era 310% maior do que o registrado no período da flexibilização após o pico da primeira onda em 2020 — e o risco de morte, na época, chegava a 7,4 para cada 100 mil habitantes", conforme divulgou Estêvão Bertoni em reportagem pelo Nexo Jornal sobre o tema (BERTONI, 2021). Portanto, o destacado pela assistente social, segundo sua vivência em campo, mostra-se real e comprovado enquanto retrato de alto valor acerca do sofrimento do comum (SAWAIA et al., 2020)[6] e do quanto a potência de vida no Amazonas. O conatus foi afetado em função da larga replicabilidade da variante gamma, identificada primeiramente em turista que viajou de Manaus para o Japão e lá realizou genotipagem para SARS-CoV-2. A gamma foi a variante surgida após 17 mutações do vírus na capital amazonense e teve alto poder de contaminação, o que foi mais do que suficiente para a crise sócio-sanitária local.

[5] BERTONI, Estêvão. A persistência da segunda onda de covid-19 no Amazonas. Nexo Jornal. In <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/10/A-persist%C3%Aancia-da-segunda-onda-de-covid-no-Amazonas>. Acessos em 20 de maio de 2021.

[6] SAWAIA, Bader, ALBUQUERQUE, Renan, BUSARELLO, Flávia e PURIN, Gláucia (Orgs.). Afeto & Violência: lugares de servidão e resistência. Alexa Cultural/SP, EDUA/AM, 2020.

Desta feita, quando salientamos o trabalho voluntário de Jalna Gordiano temos como meta exemplificar um pouco do que comunidades de periferia vivenciaram a partir da consolidação da cidade de Manaus como polo de maior incidência de covid-19 entre urbes do bioma florestal brasileiro. A assistente social, ao compartilhar sua realidade vivenciada, sugeriu que a potência do comum foi o que pode sustentar a manutenção da psique de grupos assistenciais em meio à disruptiva realidade e incongruente sequência de fatos que levaram a capital amazonense a ser até hoje uma das cidades mais atingidas pelo vírus no mundo.

"E nós revezávamos para levar café e tinham também tomadas para recarregar os telefones, pois nesses meses a comunicação foi um fator crucial, uma questão de vida ou morte, sendo por vezes a única chance que um parente tinha de conseguir viabilizar transporte para outra unidade de saúde em momentos desesperadores", destacou a assistente social, ressaltando que entre janeiro e fevereiro o ritmo se manteve frenético e cada vez mais gente desnorteada com a situação era atendida. Foram feitos velórios improvisados, atendimentos de pessoas em situação de rua e também se deu o acolhimento psíquico aos próprios moradores pobres da vizinhança do SPA, que procuravam a equipe para aferir pressão devido a ansiedade, tomar calmantes e desabafar por meio de escutas terapêuticas. Essas pessoas conviviam com todo aquele bombardeamento diário de informações sobre internações e mortes e por isso foram afetadas também.

"Entendemos que durante o período fomos muito importantes no meio daquele caos. Mas gradualmente o número de atendimentos foi diminuindo e o quantitativo de óbitos diários caiu, até que um dia não tivemos mais os constantes rituais fúnebres de improviso ou notificações de sepultamento coletivo na tenda", afirmou Jalna, narrando por fim em tom de alívio suas memórias do pico da segunda onda de covid-19 em Manaus. "Nos últimos dias de montagem da tenda, já perto do mês de março, tínhamos menores demandas e isso acalmava a equipe", destacou ela, enfatizando o papel crucial da equipe de assistentes.

"Recordo do último senhor que compareceu ao serviço voluntário, já em março. Conversou por quase uma hora debaixo de chuva. Ele contou sua vida e suas aventuras da juventude. Disse que gostava de dançar e aguardava a esposa receber o resultado de um exame. Ela estava internada, sendo que o serviço de saúde já atendia casos que não eram apenas de covid-19". Esse destaque de Jalna salienta o fim de uma jornada avassaladora, de dois meses, em que Manaus se tornou a capital mundial de casos de covid-19 resultantes da variante gamma. "Ali, na conversa com aquele senhor, para mim foi uma verdadeira injeção de esperança e ânimo. Ela [a esposa dele] saiu horas depois, sem sequelas aparentes, e ele nos apresentou e se despediu em seguida de nossa conversa. Disse que final de semana tomaria uma cerveja com sua companheira e dançariam só os dois em casa, em paz. Meus olhos se encheram de lágrimas e eu entendi que o trabalho por hora havia acabado", finalizou Jalna, sublinhando que era chegado o momento de desfazer o acampamento e seguir com a vida, carregando experiências, mas também traumas e visões sobre uma crise profunda, que poderia ter sido evitada, como ficou claro em depoimentos coletados durante a CPI da pandemia no Senado e em importantes levantamentos científicos (THE LANCET [EDITORIAL], 2020; SHELPEL, 2020; SOUZA JR., et al., 2020; PREITO SOBRINHO, 2021; RECUERO et al., 2021)[7].

Renan Albuquerque
Professor da Universidade Federal do Amazonas

Jalna Gordiano
Graduada em Serviço Social pela Uninorte

[7] PREITO SOBRINHO, W. (2021, 13 de janeiro). "Sabotador", Bolsonaro foi parado pelas instituições, diz Human Rights. UOL. In <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/13/bolsonaro-human-rights-watch-relatorio-covid-19-brasil.htm>.

RECUERO, R., SOARES, F. e ZAGO, G. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a desinformação sobre a Covid-19 no Twitter. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, abr./jul. 2021.

SHELPEL, D. Cúpula bolsonarista faz 30% dos tuítes que promovem teoria conspiratória. UOL Colunas. (2020, 4 de fevereiro).

SOUZA JÚNIOR, W. C. de, GONÇALVES, D. A. e CRUZ, D. B. (2020). COVID-19: Local/regional inequalities and impacts over critical healthcare infrastructure in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, 23, e0114. Epub. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200114vu202013id>.

THE LANCET [editorial]. COVID-19 in Brazil: "So what?". *The Lancet*, Vol. 395, Issue 10235, P1461, May 09, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3).

Avaliação psicológica on-line em disputas judiciais envolvendo crianças e adolescentes no período da pandemia: o luto e a luta

No "Expressões da Pandemia - Fase 1" foi escrito pela presente autora texto sobre os temores do atendimento on-line em situações de conflitos judiciais na fase inicial da pandemia, quando não sabíamos o que estava por vir. No entanto, a crise sanitária foi se impondo enquanto realidade sem previsão para acabar. Em agosto de 2020, diante de reabertura dos serviços ora realizados de forma remota, voltamos a realizar as entrevistas presenciais e após duas avaliações a profissional descobriu uma dificuldade de saúde que a colocava no grupo de risco e a impedia de realizar atendimentos presenciais. Sendo assim, a realidade se impôs mais uma vez e determinou que o atendimento on-line deveria ser feito nas muitas avaliações que se acumulavam.

No desdobramento da nova fase, a profissional adquiriu um novo número de celular para poder agendar entrevistas pelo whatsapp com pessoas envolvidas nos processos judiciais. Devido os meses sem realizar entrevistas psicológicas, houve acúmulo de avaliações e, à medida que se ligava para as pessoas, percebeu-se a angústia que estava causando a demora para a realização da avaliação e, conseqüentemente, o deslinde processual.

Nesse primeiro contato questiona-se se a pessoa possui acesso à internet em casa e um cômodo que possa entrar, fechar a porta e participar de uma entrevista de 1h30 a 2h de duração, sendo garantidas condições de sigilo e não interrupção. E, se aceitam fazer a entrevista pela internet, por uma plataforma de vídeo, considerando à excepcionalidade da pandemia.

Os entrevistados, de maneira geral, possuem essas condições em casa em razão das aulas on-line que os filhos participam.

Alguns dizem que não têm, mas que irão providenciar, dar um jeito, porque o atraso do processo está trazendo algum prejuízo, sofrimento e precisam dar andamento na ação. Quando não se tem internet, usam a casa de alguém próximo, ou utilizam o escritório do advogado que as representa. E assim as coisas caminharam.

Hoje, estamos no final do primeiro semestre de 2021 e foram realizadas mais de 200 entrevistas e atendimentos on-line com adultos, crianças e adolescentes. O que se percebeu ao longo da jornada é que, quando estão garantidas condições de sigilo e não interrupção da entrevista, é possível fazer avaliação utilizando a internet como ferramenta, baseando-se em conhecimentos acumulados da ciência psicológica.

Crianças e adolescentes sentem, de maneira geral, desinibição ao conversar por meio da internet. Adultos, no final da entrevista (após a experiência) relatam terem se sentido confortáveis por estarem em casa. Nota-se que as pessoas se sentem mais à vontade do que no ambiente institucional e expressam mais conteúdos de suas vidas, o que se identifica pela duração das entrevistas.

Percebe-se que, nesse período de calamidade pública, além da preocupação com a visita com o genitor com quem não se mora e com o genitor que irão morar, crianças e adolescentes trazem questões relacionados à pandemia que impactam suas vidas, uma vez que somos seres históricos e sociais enlaçados pelo tempo presente. Elas verbalizam que está muito chato ficar sem ir à escola, que não estão conseguindo aprender, principalmente as que estão em período de alfabetização e estudam em escolas públicas. Dizem que sentem falta da professora, de brincar com amigos, indicando ansiedade e fadiga por ficarem em casa. Verbalizam que estão com medo de pegar covid-19 ou que os pais morram pela doença.

Para adolescentes, é problemático fazer as tarefas escolares no tempo que dispõem, pois se desorganizam, não conseguem estudar e focar no que estão fazendo. Estão com saudades de sair com os amigos e cansados de ficar em casa.

Sentem-se preocupados se terão emprego e futuro. Demonstram ansiedade, irritação e desgaste emocional.

Pais entrevistados que não possuem emprego assumem a dificuldade da sobrevivência com o aumento dos preços de alimentos, gasolina, aluguel, gás etc., e não estão conseguindo pagar pensão. Isso tem aumentado o conflito entre pais e mães e impactado crianças e adolescentes.

As mulheres têm relatado com frequência que a violência dos companheiros aumentou no período da pandemia. São afetadas pelo desemprego e falta de dinheiro para manter os filhos. São atingidas, muitas vezes, por um desalento, dado não visualizarem saída para a situação, pois não veem perspectiva de serem imunizadas logo. Muitas mulheres entrevistadas sustentam filhos sozinhas porque ex-maridos não pagam pensão e precisam lidar com a morte de algum familiar atingido pela covid-19; outras, ao saírem para trabalhar, correm o risco da contaminação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou em 2020 o termo fadiga pandêmica, definido segundo quadro físico e psicológico produzido pelas consequências da covid-19, que atinge 60% da população. É uma forma de desgaste emocional derivado da hipervigilância e incerteza que estamos vivendo, além da falta de controle sobre a vida. Aponto que essas situações levantadas nas entrevistas e atendimentos têm sido identificados em pesquisas científicas pelo país.

Em 2020, segundo o TJ/SP, cresceu 12%, em comparação a 2019, o pedido de medida protetiva garantida pela Lei Maria da Penha. São 52.610 mil mulheres receberam medida protetiva. No Brasil do desemprego, as taxas recordes são de 14,7% no 1º trimestre de 2020, segundo o IBGE. Também voltou a ter campanha de arrecadação de alimentos, o que não se via desde os anos 2000.

O Brasil deixou o mapa da fome em 2014 devido a programas como o Bolsa Família. No entanto, diante do contexto estrutural, sem investimentos do governo federal em programas de transferência de renda, estamos

assistindo faltar alimentos básicos à sobrevivência na mesa de brasileiros menos favorecidos. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil apontou que em 2020 ocorreu alta de 83%, em relação a 2018, de pessoas vivendo em situação de fome crônica. São cerca de 19 milhões de pessoas passando necessidade alimentar.

Segundo a BBC, há inclusive "brasileiros presos por furto de comida na pandemia de covid". Em relação à 2017, em 2020 teve aumento de 47% nos casos de furto famélico no STJ. Ou seja, pessoas roubam porque têm fome. Outro dado preocupante, que mostra a deterioração da vidas dos brasileiros, é oriundo do Observatório de Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil, que usa informações do Ministério de Saúde. A pesquisa sublinha que houve 30% no aumento de acidentes de crianças vítimas de trabalho infantil.

A desigualdade social que assolou o país por muito tempo também aumentou no período da pandemia. Segundo o Boletim Desigualdades nas Metrôpolis, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles em parceria com a PUCRS e o grupo de pesquisa da Dívida Social na América Latina (RedODSAL), para os 40% mais pobres das regiões metropolitanas brasileiras o ganho médio pelo trabalho teve queda de 32%, enquanto a renda dos 10% mais ricos teve baixa apenas de 6,9%. Assim, os mais ricos passaram a ganhar 39 vezes mais do que os mais pobres.

O mundo vive a tragédia da pandemia e o Brasil é marcado cada vez mais pela desigualdade social, com um presidente que trabalha para o coronavírus. Segundo o Centro de Pesquisa e Estudos de Direito Sanitário da USP e a Conectas Direitos Humanos no Brasil, há estratégia institucional de propagação da covid-19 liderada pelo Palácio do Planalto. O estudo conclui que existe intenção e sistemática de Bolsonaro para espalhar o vírus.

Seguindo o rastro de destruição e morte, a CPI da pandemia no Senado tem comprovado por meio de interrogatórios, depoimentos e documentos que o governo não comprou a vacina em 2020 por negligência intencional.

Preferiu investir em remédios sem eficácia e incentivou que pessoas saíssem às ruas sem máscaras. Também assistimos pronunciamentos controversos do presidente. E assim como ficar bem emocionalmente sabendo que mais de 550 mil vidas foram perdidas e grande parte disso poderia ter sido evitada? Como ficar bem assistindo o presidente fazer aglomeração, andar sem máscara, incentivar o uso de remédios sem eficácia e a CPI levantar indicativos de que vacinas não foram compradas no tempo certo para que se pudesse superfaturar com elas?

Além disso, quem ocupa a cadeira da presidência desfaz de governadores e prefeitos que tomam medidas de restrição para conter a propagação do vírus. A impressão é de que estamos nas mãos do inimigo. Bolsonaro é o tsunami que a tudo destrói e nada constrói. Estamos andando para trás, a passos largos e acelerados, e assistindo a tudo que a civilização brasileira construiu ser destruído.

Apesar do luto que estamos vivendo, há reações. Nos mobilizamos na luta coletiva quando saímos às ruas em manifestações presenciais ou carreatas; quando levamos a situação da pandemia ao Tribunal Penal Internacional na Holanda, cobrando que se faça Justiça; quando levamos à ONU denúncias sobre violação da liberdades de expressão; quando publicizamos os diversos pedidos de impeachment encaminhados ao presidente da Câmara; quando cobramos do procurados geral da República que tome providências de encaminhar o "superpedido" de impeachment.

Paulo Freire, em "Pedagogia da Esperança" (1992), aponta que como necessidade ontológica a esperança precisa de atividade prática para se transformar em concretude histórica. Assim, fica patente que necessitamos esperar na ação para mudar a realidade que nos cerca.

Spinoza, em "Ética" (1957), aponta que pessoas se subordinam à servidão porque são tristes, amedrontadas ou supersticiosas. Assim, enlaçadas em paixões tristes, reprimem potências de vida e ficam suscetíveis à tirania

do outro, em quem colocam a esperança de uma vida melhor. O pensador holandês a chama de "conatus" a força interior que temos para nos preservar, uma força que nos impele para frente. Nossa conatus tem nos mobilizado para esperar na ação, apesar de muitas vezes nos sentirmos cansados, tristes e desiludidos. Mas, apesar de tudo, é na luta coletiva que demonstramos mobilidade e encontramos força para não nos entregarmos à depressão e ansiedade.

Ambas, são males desse tempo tão sombrio que o Brasil está atravessando.

Giseli F. Assoni
Mestranda no Programa de Psicologia Social da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Psicóloga e trabalhadora da área jurídica

Morte e vida nos diários da quarentena

1. Introdução

Os "Diários da Quarentena" são escritos dos participantes do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) – espaço acadêmico de pesquisa, ensino e extensão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Eles são expressões afetivas de alunos, professores e colaboradores, feitas durante o distanciamento social decorrente da covid-19 no primeiro semestre de 2020, em Fortaleza, Ceará (Brasil). O objetivo principal dos diários foi ajudar o grupo a lidar com as dificuldades, os medos e os lutos advindos da quarentena, articulados com a diversidade de afetos no meio acadêmico.

No início do interstício citado, os membros do Locus foram acometidos pelo fato de necessitarem desenvolver atividades que faziam presencialmente no formato online, além da obrigatoriedade de fazer do lar espaço multiuso, englobando funções de trabalho, descanso, lazer, encontro familiar, dentre outros. Em reuniões do laboratório, os membros expressavam angústias frente ao medo da contaminação, à dor de perder entes queridos ou mesmo às dificuldades em ficar em cômodos pequenos por muitas horas seguidas, sentados em frente a uma tela. Foi reservada, então, uma parte do tempo para o relato de suas experiências em situação de distanciamento social. Em decorrência da mobilização desses afetos, pensou-se na construção de uma atividade de extensão que pudesse dar vazão às dores e, ao mesmo tempo, conectar experiências pessoais de cada membro a experiências coletivas, promovendo acolhimento e sensação de pertencimento ao grupo.

Como estratégia de cuidado, sugeriu-se a construção dos "Diários da Quarentena" para expressar de forma escrita (fosse no formato de poema, de crônica ou simplesmente da escrita em um formato de associação livre) experiências que reverberaram no bem-estar de cada um.

Compreendemos os "Diários da Quarentena" como espaço e ferramenta para expressões artísticas, considerando que a arte exerce papel importante para a sociabilidade, gerando comunicação entre as pessoas e também com a natureza das obras. Assim, "[...] uma obra pode ser estopim da troca de ideias sobre sentimentos que transmutaram de sentido, sendo disponibilizados para a vida social de modo geral" (TOASSA, 2011, p. 60). Com base nisso, neste capítulo, compartilhamos o processo de elaboração dos Diários e as expressões afetivas vividas pelos membros do Locus e demais colaboradores.

2. A construção do método de expressão dos afetos nos "Diários da Quarentena"

O Locus tem desenvolvido métodos de apreensão dos afetos numa perspectiva da pesquisa e da extensão por intermédio de mapas afetivos, que pode ser definido como articulação dos sentidos movidos pelos afetos (BOMFIM, 2010). Entende-se a afetividade como sentimentos e emoções (SAWAIA, 2011) em diálogo com conceitos clássicos da Psicologia Ambiental, tais como apego ao lugar (GIULIANI, 2004), apropriação do espaço (POL, 1996) e identidade de lugar (PROSHANSKY, 1978). Para a elaboração dos diários, o método consistia em externalizar os sentimentos do momento para possibilitar a expressão da história pessoal de cada sujeito dentro do contexto da pandemia. Optou-se pela expressão escrita mediada pelos afetos, podendo ser construídos contos, crônicas, poesias, poemas, ou outras expressões artísticas mediadas pela linguagem escrita.

Conforme Vygotsky (1999, p. 315), no instante em que "[...] a arte realiza a catarse e arrasta para esse fogo purificador as comoções mais íntimas e mais vitalmente importantes de uma alma individual, o seu efeito é um efeito social". Desse modo, compreende-se que expressões artísticas, carregadas de afetividade, têm função social "[...] de equilibrar o homem com o mundo nos momentos mais críticos e responsáveis da vida" (VYGOTSKY, 1999, p. 328-329). Baseados nisso, foram construídos autorrelatos de experiências vividas segundo o distanciamento social.

3. Principais expressões afetivas

A) Morte

A morte esteve presente nos "Diários da Quarentena" a partir das expressões de afetos despotencializadores. Estes afetos podem ser entendidos como "[...] uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor" (SPINOZA, 2010, p. 177). Ou seja, as tristezas atuam como força de padecimento, diminuindo a força do indivíduo, levando-o a passividade (SAWAIA, 2009; BOMFIM, 2010). Os afetos que mais se destacaram como despotencializadores foram:

1. Decepção: afeto relacionado ao fato de não poder estar nos ambientes de trabalho e de lazer;
2. Indignação: manifesto em torno das vulnerabilidades e desigualdades observadas nos campos de estudos (aglomeração, morte, fome, desemprego, falta de estrutura sanitária, etc.);
3. Impotência: sentimento de alguns participantes por não conseguirem romper com a inércia da situação para a ação;
4. Insatisfação: experimentada diante da forma como o governo federal brasileiro lidou com a gestão das políticas públicas durante a pandemia;
5. Estafa: causada por executar atividades domésticas, cuidado com os filhos e atividades acadêmicas, levando ao excesso de trabalho;
6. Insegurança: surgida em relação ao contexto de vulnerabilidade social, observado principalmente entre os participantes dos projetos de extensão vinculados aos campos indígenas;

A morte é apresentada como uma perda das potências de ação e da impossibilidade de usufruir de bons encontros com os outros e os lugares, uma diminuição do conatus, a força de perseverar na existência (Spinoza, 2010). Percebe-se que os dias transcorrem e os momentos simbolicamente potencializadores são interditos. Ainda, a morte se revela pela ironia, pelo medo e pela indignação quanto às ações pouco apropriadas para o contexto:

Aproximamo-nos do quinto mês e as cidades voltam a abrir. São mais de sessenta mil mortos; e as portas do salão abrem, o que vamos maquiagem? São mais de um milhão e meio de casos; e as academias já nos aguardam para realizar nossos treinos, que forças vamos desenvolver? As cidades se abrem, mas estamos seguros para também nos abirmos a ela? Penso que muitos foram empurrados porta afora. Na verdade, para muitos, não houve o resguardo do isolamento. As ruas apenas estavam menos congestionadas para os seus serviços de entrega; os pneus da bike continuaram cortando o asfalto (PACHECO, 2020, p. 3)

B) Vida

Entendemos como expressão de vida todos os afetos potencializadores presentes nos escritos. Os afetos potencializadores podem ser compreendidos como "[...] uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior" (SPINOZA, 2010, p. 177). Nesse caso, as alegrias aumentam o poder de ação das pessoas, elevando a força de existir e perseverar no seu próprio ser (SAWAIA, 2009; BOMFIM, 2010). Nos Diários, os afetos mais expressivos foram:

1. Alegria: sentimento promovido pela descoberta de novas formas de viver o processo de ensino-aprendizagem no contexto universitário;
2. Prazer: experimentado na busca por outros lugares que estão além do confinamento a partir da imaginação e poesia;
3. Solitude: compreendida como a introspecção e o contato consigo mesmo que favoreceram o autoconhecimento;
4. Pertencimento: expressão da identificação e da intimidade com a casa/moradia;
5. Satisfação: a identificação com as experiências e as vivências individuais e coletivas no próprio grupo;
6. Entusiasmo: manifesto pela criação de novos espaços de apropriação, identificação e ação-transformação da casa e do micro-espaço;
7. Ressignificação: processo inerente ao vínculo afetivo estabelecido com os ambientes naturais, que anteriormente foram negligenciados.

A vida aparece nas possibilidades de reinvenção cotidiana, na descoberta de novos prazeres, antes reprimidos pela correria dos dias. Ademais, percebe-se como força da vida as expressões afetivas carregadas de desejo de transformação, de crítica social orientada para uma felicidade pública (SAWAIA, 2011), como aponta uma participante:

Vivemos tempos de inversões e subversões, também. Nosso pensamento polarizado, dual, que aparta o individual e o coletivo, o público e o privado, tem-se confrontado com a necessidade de se ressignificar. A solidariedade e o compromisso ético-político com o bem comum, aparecem como caminho de sobrevivência diante da pandemia de Covid-19. Repensarmos nossos modos de viver é urgente, quando a Mãe-Terra nos alerta que, como diz Leonardo Boff, a vida é soberana e será contida toda espécie que põe as outras em risco (FEITOSA, 2020, p. 19).

Por fim, destaca-se o quanto foi relevante a realização desse projeto - principalmente pelas repercussões, que possibilitaram bons encontros, ainda que virtuais, entre tantas pessoas. Inicialmente, a atividade foi realizada somente pelos membros e colaboradores do Locus.

Ao publicar os Diários nas redes sociais, os sentimentos também constituíram uma forma de atenuar o momento de angústia dos leitores, visto que havia uma identificação com o que estava escrito.

Conforme os volumes foram disponibilizados nas redes sociais, estudantes, professores e outros colaboradores do laboratório de diferentes universidades e cidades do país manifestaram a intenção de participar das produções e integraram o hall de autores.

Reitera-se que foi graças a esse movimento que foram produzidos cinco volumes dos "Diários da Quarentena", publicados mensalmente, o que totalizou 35 textos inéditos.

3. Considerações finais

A sombra e a luz estiveram presentes nos "Diários da Quarentena" a partir de reflexões e ações sobre as atividades interrompidas que remeteram direta e indiretamente aos projetos de campo e de pesquisa de experiências de docentes, de discentes e da comunidade de dentro e de fora da universidade. Os escritos foram expressões singulares dos participantes que retrataram dimensões da individualidade de cada um em consonância com a situação coletiva vivida e a necessidade de encontro com o comum.

Temas perpassaram por questões microssociais relacionadas, como intimidades, medos, afecções e afetos, presentes no cotidiano do distanciamento social, tanto potencializadores quanto despotencializadores - como dificuldades e temores associados à situação, incluindo-se solidão e desespero, falta de controle com o tempo e incerteza do futuro.

A expressão afetiva mediadora pelo canal dos "Diários da Quarentena" foi o modo de resistir e perseverar, visto que a comunidade acadêmica brasileira foi acometida por um estilo de vida estressante, além de perdas e lutos presentes durante a pandemia.

O conhecimento gerado pelo acesso às expressões afetivas dessa comunidade ajudou na construção de estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades psicossociais e ambientais vividas, especialmente àquelas decorrentes do distanciamento, isolamento social e morte.

A partir da experiência dos "Diários da Quarentena" concluímos que a perda e o luto, quando mediadas pela expressão dos afetos do comum, podem fortalecer o conhecimento de processos emancipatórios e libertadores de uma comunidade, no caso a acadêmica, ao trazer esperança por intermédio da arte e da imaginação como potência de agir e de existir.

Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Professora Titular da Universidade Federal do Ceará

Fábio Pinheiro Pacheco
Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre e
doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Andie de Castro Lima
Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrando em
Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGP-UFC)

REFERÊNCIAS

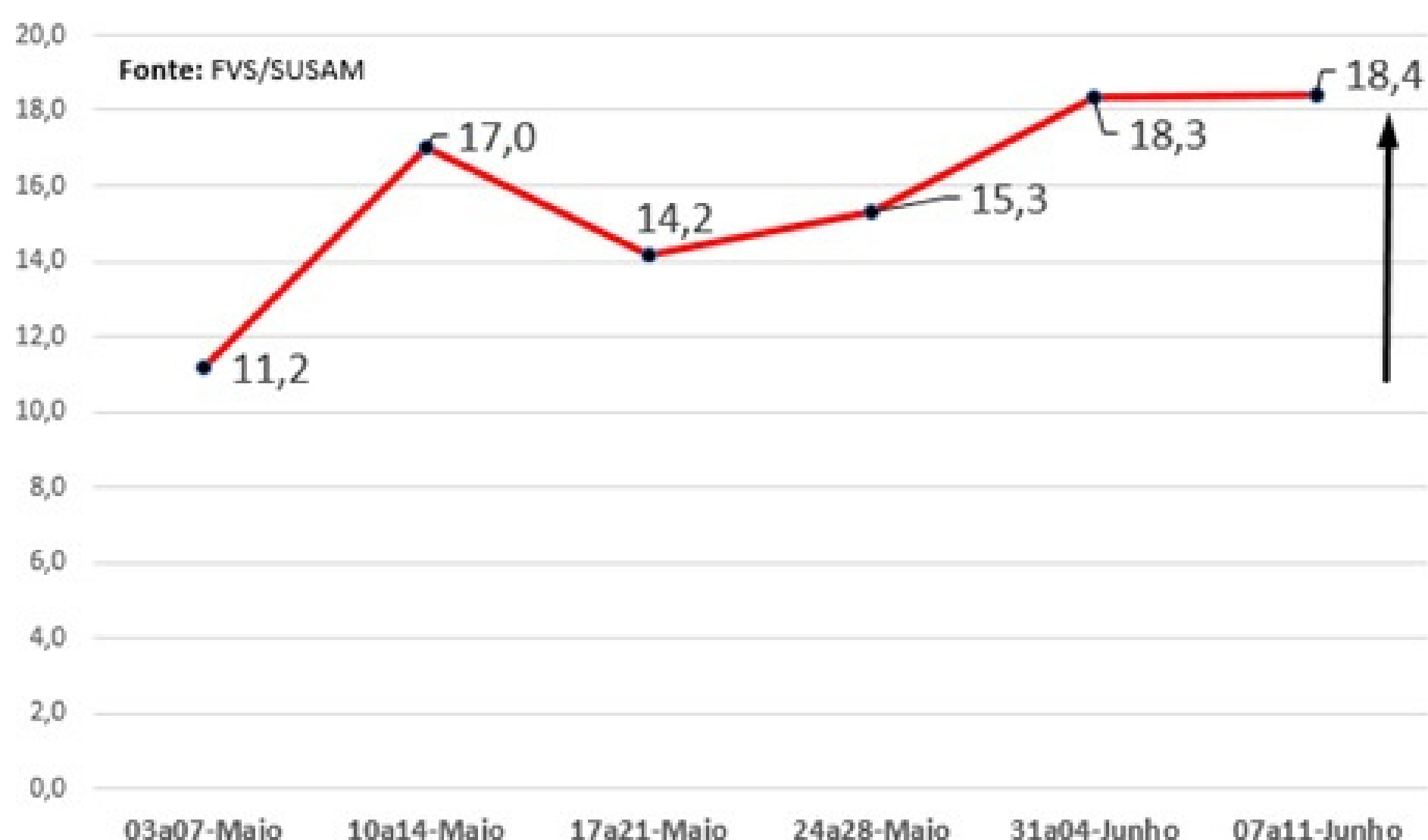
- BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e Afetividade: Estima e Construção de Mapas Afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza, Edições UFC, 2010.
- SPINOSA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E. T. O.; EDA, T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Educ, 2004.
- FEITOSA, M. Z. S. Público e privado. In: BOMFIM, Z. A. C.; PACHECO, F. P.; LIMA, A. C. *Diários da Quarentena (Volume I)*. Fortaleza: Locus, 2020.
- PACHECO, F. P. Apresentação. In: BOMFIM, Z. A. C.; PACHECO, F. P.; LIMA, A. C. *Diários da Quarentena (Volume V)*. Fortaleza: Locus, 2020.
- POL, E.. La apropiación del espacio. In: IÑIGUES, L.; POL, E. *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona, Espanha: Monografies Sócio/ambientais, 1996.
- PROSHANSKY, H. M.. The City and the self-identity. *Environment and Behavior*, v.1, n.2, p.147-169, 1978.
- SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, pp. 364-372, 2009.
- TOASSA, Gisele. *Emoções e Vivências em Vigotski*. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- VYGOTSKY, L. *Psicologia da Arte*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

Retomada sustentada da segunda onda e populismo sanitário em Manaus

Assim como em 2020, Manaus foi uma das primeiras metrópoles brasileiras a apresentar retomada nos contágios do novo coronavírus, aumento de casos novos, de internações e mortes por covid-19 no ano de 2021, mesmo tendo sido dupla e tragicamente castigada pela epidemia de covid-19 (<https://bit.ly/2Turjbl>), sobretudo no início deste ano, quando horrorizou a humanidade com centenas de pessoas indo a óbito devido à falta de oxigênio medicinal, dentro e fora de estabelecimentos de saúde.

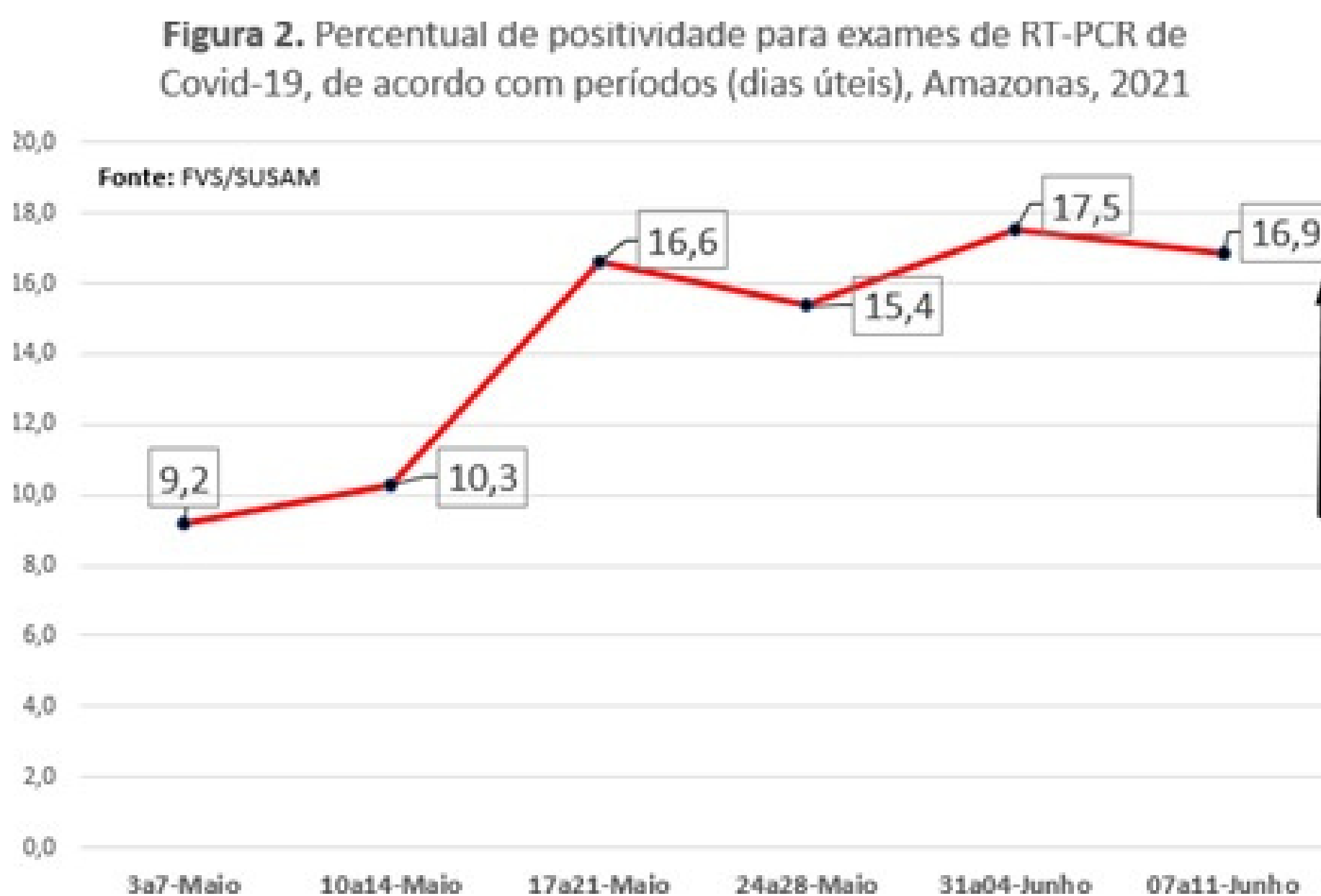
A precoce e rápida flexibilização das medidas restritivas a partir de 22/02/21 foi o erro que fez com que Manaus ficasse presa na segunda onda de covid-19, pois indicadores epidêmicos na cidade, como o de mortalidade ou de incidência da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), por exemplo, não chegaram a atingir níveis mais baixos ou muito próximos aos observados em junho ou julho de 2020 (<https://bit.ly/3vkVQph>). Após desaceleração no ritmo da queda e de estabilização dos percentuais de positividade de exames de antígeno para o diagnóstico de covid-19 em Manaus, em março e abril, de maio em diante, como se observa na Figura 1, os percentuais de positividade apresentaram sustentado aumento em maio e nas primeiras semanas de junho de 2021, confirmando o comportamento ascendente dos casos novos.

Figura 1. Percentual de positividade para exames de antígeno de Covid-19, de acordo com períodos (dias úteis), Manaus, AM, 2021



O padrão observado na Figura 2, embora represente todos os exames RT-PCR realizados no Estado do Amazonas, também acompanha o comportamento ascendente dos percentuais de positividade observados em Manaus, de acordo com os exames de antígeno para o diagnóstico de covid-19. Este é um comportamento esperado, pois embora a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM) siga omitindo o total diário de exames RT-PCR realizados em Manaus sabe-se que a maior parte desses exames no Amazonas corresponde a indivíduos residentes em Manaus. Portanto, na prática, a interpretação deste indicador reflete muito mais um padrão de positividade da capital do que dos 61 municípios do Amazonas.

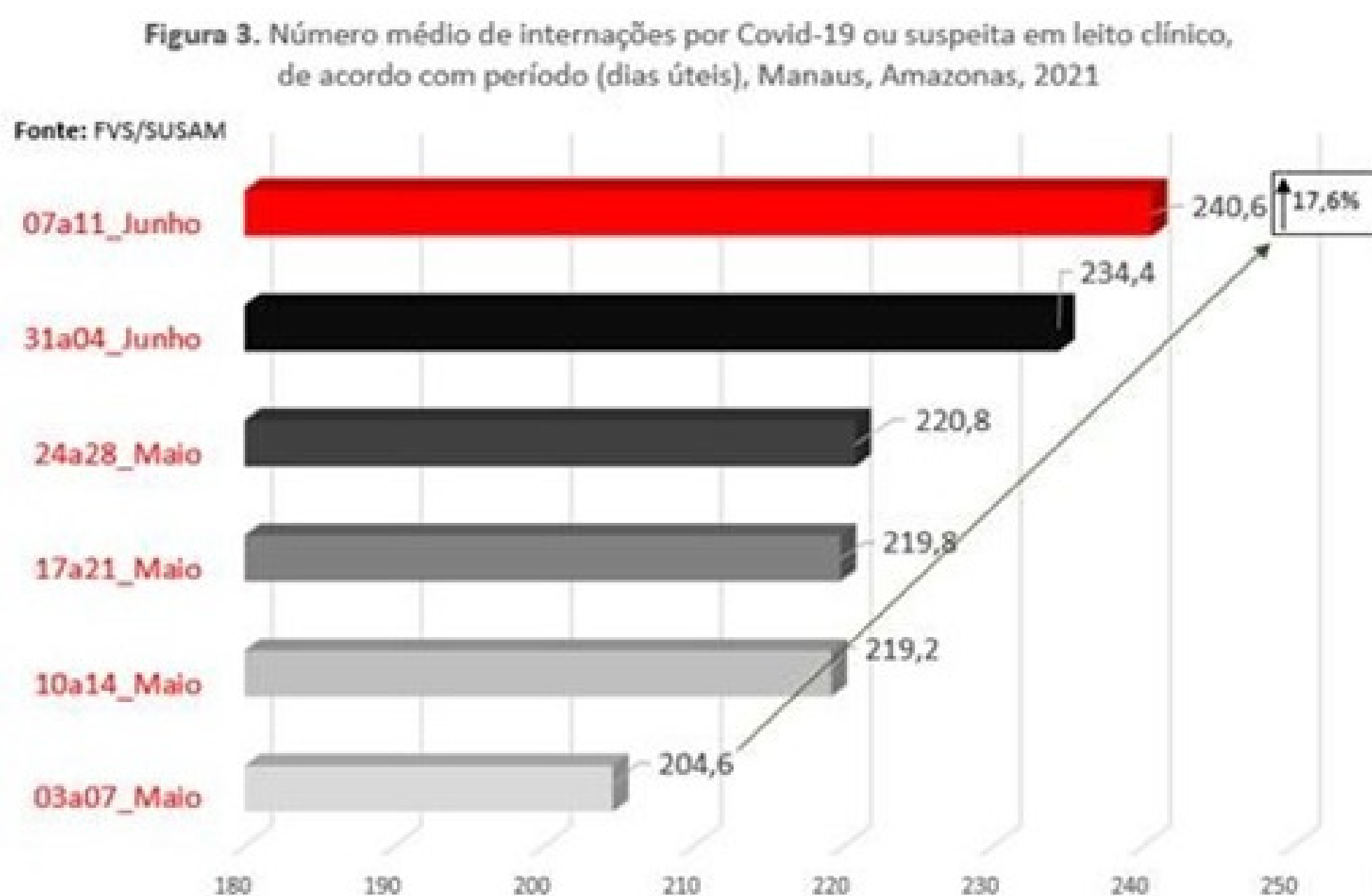
É importante ressaltar que mesmo com o aumento da oferta de exames de antígeno para diagnóstico de covid-19 em Manaus, bem como de RT-PCR no Amazonas, percentuais de positividade seguiram com padrão elevado, o que sugere manutenção em níveis altos da transmissão comunitária do novo coronavírus em Manaus ou até mesmo o seu aumento nas últimas semanas avaliadas.



Em linha com os resultados fortemente sugestivos do aumento na circulação viral do novo coronavírus em Manaus, estão os dados sobre o número médio de internações hospitalares em leito clínico por covid-19 ou suspeita (casos mais graves da doença).

Esses dados mostram expressivo aumento de 17,6% no número médio de internações hospitalares em leito clínico por covid-19 ou suspeita, no período de 07 a 11 de junho de 2021, em comparação com o período de 03 a 07 de maio de 2021, conforme se observa na Figura 3.

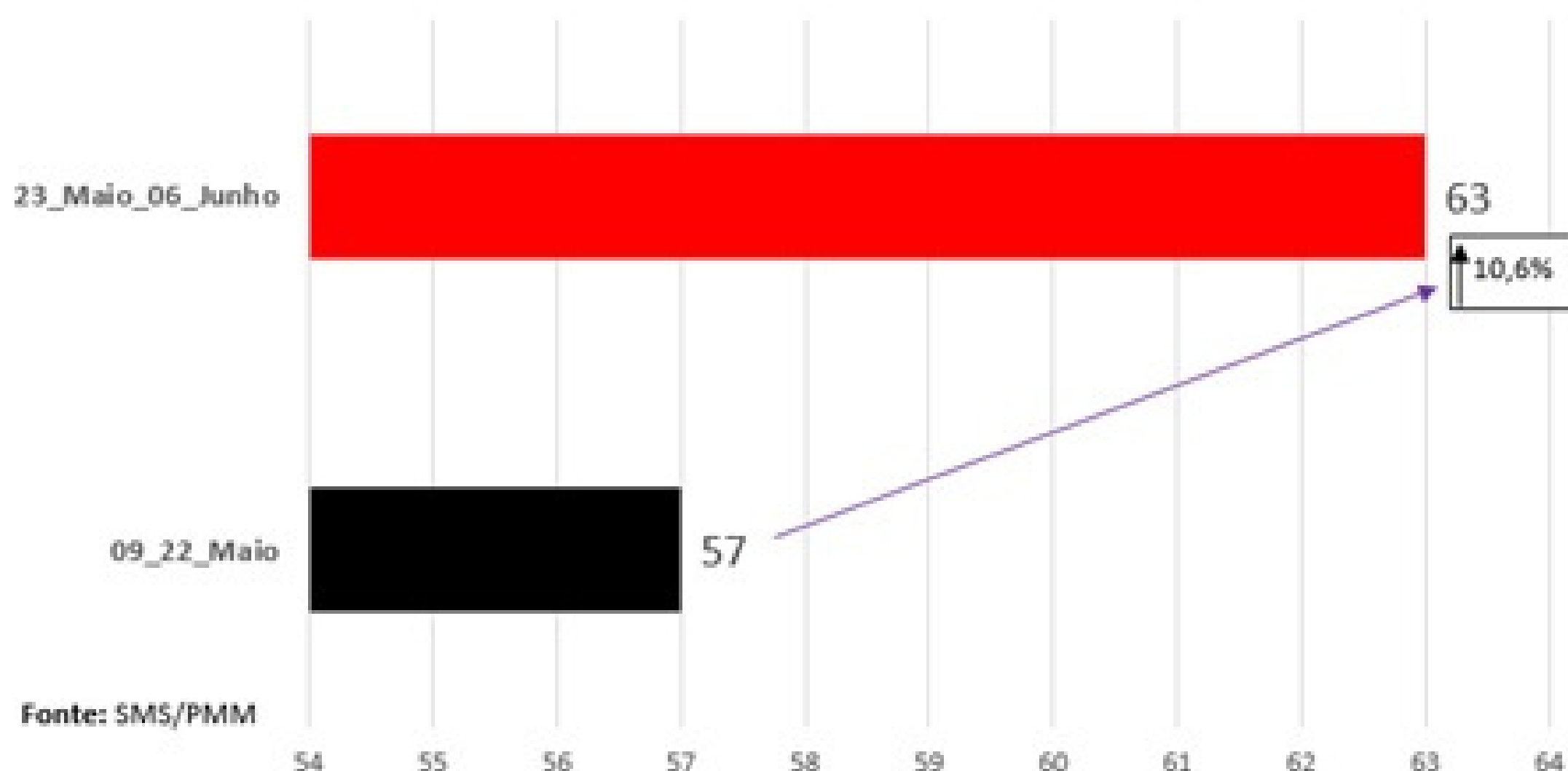
Portanto, não há dúvidas de que, no período analisado, há um claro e sustentado aumento nas internações por covid-19 ou suspeita, em Manaus.



Conforme se observa na Figura 4, no período de 23 de maio a 06 de junho de 2021 observou-se um aumento de 10,6% no número de mortes por covid-19, confirmando, ao menos, a interrupção na sua queda que em Manaus.

Como o indicador de mortes por covid-19 é um indicador tardio da circulação viral, o seu recente aumento confirma o prévio aumento na circulação viral, a partir do início de maio de 2021.

Figura 4. Número de mortes por Covid-19, de acordo com data de ocorrência e períodos, Manaus, Amazonas, 2021



Saliento que o número de mortes no período de 23 de maio a 6 de junho de 2021 tende a aumentar nas próximas semanas, devido ao conhecido problema da defasagem e atraso no lançamento desses dados junto aos sistemas de informação em saúde, um fenômeno recorrente em Manaus e no Amazonas. No entanto, mesmo assim, o Governo do Amazonas segue usando os dados defasados de mortalidade dos últimos dias para a tomada de decisão sanitária, sem revisar esses números posteriormente ou fazer qualquer correção por meio de modelos matemáticos.

Por fim, não há como deixar de destacar o populismo sanitário praticado pelo Governo Estadual e Prefeitura, por meio da vacinação promovida em Manaus no fim de semana de 12-13 de junho de 2021, em clara tentativa de apagar do imaginário popular as duas tragédias sanitárias que horrorizaram a humanidade em 2020 e 2021.

Como os dados deste alerta mostram, Manaus vive a retomada dos contágios do SARS-CoV-2 e a vacinação de tantas pessoas de uma só vez, deve aumentar o risco de contaminação de quem vai para a fila, de seus acompanhantes e da cadeia de contatos de ambos. Isto, na prática, resultará em "desperdício" de doses nos prováveis contaminados e gerará uma sobrecarga desnecessária sobre os exaustos trabalhadores de saúde que estão sendo forçados a participarem de mais esta insanidade sanitária.

O pior é que o efeito máximo da vacina Oxford/Astrazeneca só poderá ser sentido 105 dias após a primeira dose e não "depois da primeira", como certos canalhas insinuam de forma genérica. Tudo que é feito às pressas não termina bem! Vejamos se as autoridades terão coragem de divulgar a evolução de casos novos nas duas semanas seguintes, especialmente entre aqueles que buscaram se vacinar no fim de semana em questão e no seus contatos (talvez algo em torno de 250 mil pessoas), bem como o total diário de exames RT-PCR realizados em Manaus (dado omitido desde o início da epidemia).

A vacinação de um contingente tão grande de pessoas deveria estar ocorrendo em espaço de tempo maior, otimizando não só recursos financeiros e humanos, como também contribuindo para a menor dispersão viral. De acordo com dados do DATASUS (<https://bit.ly/3wgkFnr>), em Manaus, a população de residentes com 40 a 49 anos, em 2020, era de aproximadamente 304 mil indivíduos, e a Prefeitura esperava vacinar em torno de 214 mil pessoas, entre 40 e 51 anos de idade (<https://bit.ly/2RPvZb8>).

De acordo com o "filômetro" da Prefeitura, às 14 horas com 29 minutos e 08 segundos, dos 56 pontos de vacinação, 19 ou cerca de 1/3 desses postos tinha filas classificadas como gigantes ou grandes (bit.ly/filometrovacina), evidenciando riscos evitáveis que a população foi exposta. Saliente-se que mesmo onde filas foram consideradas pequenas ou médias, por exemplo, é de conhecimento que, em geral, a população não mantém o distanciamento mínimo e máscaras usadas, normalmente, não filtram o novo coronavírus, o que favorece a circulação viral e o aumento nas próximas semanas em Manaus, incluindo pessoas previamente vacinadas e que foram envolvidas, direta ou indiretamente.

Ademais, o esforço não surtiu o efeito esperado, pois até pouco mais das 18 horas do dia 13 de junho de 2021, segundo a Prefeitura de Manaus (<https://bit.ly/3xnLXbN>), aproximadamente 142 mil pessoas haviam sido vacinadas.

Esse quantitativo representa em torno de 46% da população estimada pelo IBGE com idade entre 40 e 49 anos e algo próximo a 66% do almejado pela Prefeitura de Manaus. Certamente, essas 142 mil pessoas poderiam ter sido vacinadas de forma organizada e efetiva entre os dias 14 e 19 de junho, sem sacrificar os exaustos trabalhadores de saúde e evitando novas infecções em plena retomada da segunda onda em Manaus.

A população não foi adequada e oportunamente preparada para tal atividade e os trabalhadores de saúde foram surpreendidos e forçados a abandonar suas famílias em pleno fim de semana. Ao menos 14 dias de antecedência seria algo aceitável para tornar o trabalho de amplo conhecimento público, fluído e com distribuição equilibrada da população alvo nos postos de vacinação. O exemplo de São Paulo parece ter sido copiado de forma desastrosa no Amazonas, pois o governo paulista, há dias, vem anunciado a antecipação do calendário de vacinação, com antecedência de mais de duas semanas para a vacinação de adultos com 40 a 42, por exemplo (<https://bit.ly/3pQWmKr>).

Definitivamente, seriedade na gestão e planejamento, não parecem fazer parte do cotidiano da capital mundial da covid-19, que segue sendo um laboratório a céu aberto e terreno tragicamente fértil para toda sorte de experimentos. Exemplos: Exposição massiva da população ao vírus, almejando a inalcançável e antiética imunidade de rebanho pela via natural; Campanha da cloroquina nas UBS; Lançamento do fraudulento aplicativo TratGov; Cloroquina inalada; Uso irregular de proxatolamida em "ensaios clínicos"; e, por fim, exposição em massa desnecessária ao vírus em plena retomada dos contágios.

Reitero a necessidade de revisão dos relaxamentos em curso, o que inclui a liberação de eventos coletivos de qualquer natureza e os horários de funcionamento restaurantes, bares e lanchonetes, bem como do retorno ao ensino presencial em diferentes níveis educacionais e do funcionamento de balneários e praias, por exemplo.

E ainda: é fundamental a ampliação da testagem e do rastreamento de contatos, assim como da vacinação responsável contra a covid-19, sobretudo em contexto de aumento na circulação de variantes de preocupação como a gama (famosa P.1) ou a variante delta na Índia (circulou fortemente na Índia).

Precisamos, salvar vidas e não aprofundar a tragédia sanitária e humanitária.

É nosso dever defender a boa ciência e o SUS! Vidas importam!

Jesem Orellana
Pesquisador. Epidemiologista
da Fundação Oswaldo Cruz Amazônia

O cotidiano dos "baldios" no centro antigo de Manaus durante a pandemia

1. Introdução

Foi meta verificar reestruturações da vida de pessoas em situação de rua (PSR) de Manaus/AM durante a pandemia de covid-19. Essas pessoas são comumente denominadas de "baldios" na cidade. Foram abordadas questões sobre onde residiram e circularam durante a pandemia, além de quais espaços passaram a ocupar ou reocupar no centro antigo da capital após entre o intervalo da primeira e da segunda onda de SARS-CoV-2 na cidade, quando restrições à circulação praticamente não existiram. Delimitamos o escopo histórico do centro antigo da cidade em razão de logradouros onde circulam grande parte das PSR. Foi de interesse abordar variáveis psicossociais inerentes a singularidades da existência dessas pessoas.

Assumimos que trajetos percorridos por PSR não são caminhos traçados aleatoriamente, habitados ao acaso, mas sim são andanças orientadas por uma noção do comum, seja pela relação das PSR entre si ou delas com demais populares ou espaços compartilhados no centro antigo de Manaus, a capital do Norte mais impactada pela covid-19. A amostra foi observacional e por conveniência, conforme pessoas em situação de rua podiam ser observadas e entrevistadas em seus locais de pousio.

Consideramos como variante interveniente o fato desse conjunto populacional viver, na atualidade, agressões físicas e psicológicas decorrentes de atos higienizadores do Estado, conforme ações policiais municipais de desalojamento (cf. SSP/AM, 2019/20)[1]. Com isso, o ideal de segurança do Poder Público estatal, além de moldar uma dinâmica conflituosa e produzir uma inclusão perversa na medida em que se efetivam relações violentas, dificultou o contato com as PSR.

[1] SSP/AM, 2019. Consultado em 30/10/2019. Acessos pelo <https://www.google.com/search?q=A%C3%87%C3%95ES+POLICIAIS+NO+CENTRO+DE+MANAUS&client=firefox-b-d&source=lnms&tbm=nws&sa=X&ved=0ahUKEwiqv0iT58TLAhWxGbkGHWLzCF4Q_AUIESgB&biw=1366&bih=654>.

O estudo descreveu táticas de vivência e sobrevivência que a população de rua desenvolveu no presente pandêmico, onde se gestou a variante gamma (P.1) na capital amazonense, e mais do que nunca os “baldios” foram tratados como desnecessários e descartáveis. Inclusive os escassos projetos estatais de apoio social durante a covid-19 foram construídos sobre bases frágeis, rarefeitas nos quesitos educacionais e sanitários. Como hipótese, sugerimos que trajetos percorridos no centro configuraram-se não apenas como caminhos que ligam lugares, mas principalmente enquanto “estradas de seguridade” contra o SARS-CoV-2 durante o período. E assim ocorreu porque comunidades ricas se afastaram do centro e deram lugar a outros habitantes de menor poder aquisitivo ou comércios, o que gerou uma situação inesperada na estética da presença humana nessa porção urbana. O centro, que outrora era o auge da efervescência cultural habitacional de status, hoje dialoga mediante uma lógica estrutural de mobilidade profundamente modificada.

2. Enfoque teórico

Lugares comunais no centro de Manaus tendem a ser onde PSR vivem e vivenciam afetos. Nesses lugares de heterotopologia (FOUCAULT, 2009, 2003a, 2003b)[2][3], ou seja, de vivência comum, contesta-se e resiste-se aos status quo excludente. Neles, firmam-se existências compartilhadas. São conjunturais e marcados por trajetos que os atravessam, onde liberdades e responsabilidades são respeitadas e construídas mediante a composição de afetos. Trajetos representam, assim, o cerne de variações sobrepostas de liberdades grupais, culturas e espaços.

[2] A heterotopologia estuda a heterotopia. São conceitos imbricados e correlatos. Em "Outros Espaços" (1967), publicado em 1984, Foucault conceitua heterotopia em oposição à utopia. São lugares diferentes de todos os posicionamentos.

[3] FOUCAULT, Michel. Estética: literatura e pintura, música e cinema/ Michel Foucault, organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução, Inês Autran Dourado Barbosa - 2ed. - Coleção Ditos e Escritos III. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a, p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: Ditos e Escritos Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.

O conceito de "trajeto" na vivência do comum e seus afetos sustenta e dá significado à dialética de espaços dominiais, apropriados e sentimentalmente construídos dentro da dinâmica pandêmica de exclusão-inclusão (LEFEBVRE, 2001)[4]. Trajetos funcionaram em Manaus, porquanto, como vias para múltiplas conexões e se configuraram em espaços dominiais (SAQUET, 2007, 2011)[5], na medida em que guardaram territorialidade própria desde março de 2020, quando o espalhamento da covid-19 foi potencializado em Manaus.

Trajetos formados nas andanças das PSR do centro antigo de Manaus foram tomados como referenciais por serem consolidados em razão de apropriações geográficas e sentimentais de baldios (TUAN, 2012)[6] e espraiarem dons e experimentos de convivência e subjetividade em meio a contaminações e mortes por covid-19. Os trajetos estiveram ligados às dinâmicas de vida das PSR porque condicionaram vivências materiais e imateriais, bem como o estabelecimento de relações sentimentais e de proteção. Nessa medida, constituíram base para a identidade habitante-lugar. Na pandemia em Manaus, constituições do espaço e também do comum.

3. Metodologia

Abordagem

Foi utilizada etnografia de descrição imersiva (WIELEWICKI, 2001)[7]. Privilegiamos vivências elaboradas via interações como estratégias de investigação, fossem elas sociais, nas ruas ou diálogos intensivos com indivíduos (HORNBERGER, 1994)[8].

[4] LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias; São Paulo: Centauro, 2001. ISBN: 978-85-88208-97-1.

[5] SAQUET, Marcos A. Abordagens e Concepções de Território. SP: Expressão Popular, 2007. / SAQUET, Marcos A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

[6] TUAN, Yi Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

[7] WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. Acta Scientiarum, Maringá, 23(1):27-32, ISSN 1415-6814. 2001.

[8] HORNBERGER, Nancy. Ethnography. In: CUMMING, A. (Ed.). Alternatives in research: descriptive, interpretive, and ideological orientations. Tesol Quartely, Alexandria, v. 28, no 4, p.673-703, 1994.

Na avaliação de contexto social, foram usadas técnicas de observação participante com composição de diário de campo. O roteiro semiestruturado instigou participantes sobre três questões norteadoras: i) quando falo sobre sua vida na rua o que lhe vem à mente?; ii) o que é morar na rua?; e iii) para você como foi sair de sua antiga casa para vir morar aqui? A análise tomou como ponto de partida o conhecimento relacionado à vivência. O diálogo — entendendo-se o termo no sentido amplo da interação social, ora como negociação de perspectivas, ora como conflito, polêmica, concordância ou divergência — correspondeu à realidade constitutiva não apenas das enunciações, mas da práxis e da compreensão acerca de si e do outro.

4. Resultados e Discussão

Para estudar as territorialidades essenciais da vida durante a pandemia sublinhamos a descrição que segue, sobre o dia-a-dia das pessoas em situação de rua.

Os baldios que transitam no centro antigo de Manaus sabem que às 17h30 começam as vendas de churrasquinho-de-gato (carne assada no espeto, de baixo custo); que às 18h30 inicia a missa na igreja Nossa Senhora de Aparecida e na catedral dos Remédios (pontos de aglutinação de trajetos); e que às 22h a ronda policial fica ruidosa e ostensiva. É estratégico a eles se posicionarem no local certo e na hora certa para terem alguma segurança e comida. Ler o modo como se estrutura a vida nas ruas é o cerne. Caminhamos pela rua Luiz Antony, nas imediações do Colégio Militar de Manaus com a rua Epaminondas, próximo ao porto, e notamos corredores de ônibus com grande aglomeração de pessoas, além de lanchonetes, vendedores ambulantes, bares e lojas em atividade. Apenas de 15 de março a 15 de abril de 2020 e no mês de janeiro de 2021 (em dois momentos distintos) o movimento nas ruas diminuiu com o rigor de normas sanitárias. Nesses espaços, ainda assim, vimos que tudo parecia propício para se manguear, mendigar, jogar e beber. Aqui, já começamos a perceber as territorialidades passíveis de uso diverso e apropriações incidentes.

Mais à frente, na rua Gov. Vitória, esquina com a rua Bernardo Ramos e a Praça Pedro II, localiza-se o prédio da antiga prefeitura, onde hoje funciona um museu. A praça é arborizada, com jardim, bancos e coreto conservando a arquitetura da época. Nela, a convivência de PSR, prostitutas, michês, "aviões" (passadores de droga), flanelinhas e transeuntes durante a pandemia praticamente não foi alterada na pandemia, considerando-se ser ponto de incidência de trajetos. A movimentação se manteve. A área atrai pessoas interessadas em sexo, sobretudo.

O cenário se mescla com o antigo prédio degradado do INSS. Imponente, abriga funcionários que proporcionam clientela a guardadores/lavadores de carro, além de experientes donos de bancas de jogo do bicho e agiotas. Também há bares conhecidos pela reputação. São os "inferninhos". Um famoso é o Mangueirão. Nele, a comida é barata (PF/prato feito) e a bebida sai por R\$ 3,00 a dose. Assumimos a praça e seu entorno como locais de afetos, de vivência do comum em meio ao espalhamento viral. Nesses pontos se apresentaram na pandemia estruturas que possibilitaram abrigo momentâneo. O coreto, as marquises da antiga prefeitura, os prédios públicos, as casas abandonadas e a calçada do museu do porto. Ao se cruzarem nesse entroncamento, múltiplos trajetos mantiveram-se articulados não apenas pelo uso coletivo da territorialidade, mas também pelos significados de seguridade para os baldios.

No ato de transitar, dentro da gramática comunal de contaminações e mortes em Manaus, pessoas em situação de rua se encontraram corpórea e fisicamente ligadas. Suas experiências a respeito do cotidiano basearam seus sentidos da vida em meio à crise sanitária. O entroncamento de trajeto, a nosso ver, representou um mundo particular dentro de um mundo coletivo. O mundo do comum. Este correspondeu a muito mais que a soma dos mundos individuais, dada a ligação do lugar com a experiência do vivido.

A rua como territorialidade, durante picos de adoecimentos e óbitos em Manaus, tendeu a projetar laços de sensibilidade e familiaridade a quem necessitava, promovendo o simulacro de um lar. A rua fomentou uma relação íntima das pessoas com as ocupações. Sobre o quesito, termos como topofilia e topofobia, de ordem foucaultiana, nos ajudaram a compreender sentimentos conflituosos e controversos correlacionados à ideia de heterotopia. Destacamos a questão da heterotopia porque as PSR do centro velho manauara moldam trajetos conforme se inserem e se apropriam deles. Notamos marcas afetivas acerca do ambiente concretizadas por laços sentimentais (RODRIGUES et al., 2016)[9].

Por entre as ruas Monteiro de Souza, Visconde de Mauá e Gov. Vitório, além da travessa Vivaldo Lima e das ruas Taqueirinha e Tamandaré, foram erguidos com papelão e madeira velha demais pontos de confluência no centro. Os locais ficam perto de boates e bares, além de pousadas baratas de curta duração (motéis). As atividades nesses pontos se mantiveram intensas, concentrando à noite estivadores, carregadores, tripulantes de barcos ancorados nos portos próximos, vendedores ambulantes e diferentes trabalhadores informais. Alguns se reuniam para beber restos de cerveja/cachaça, fumar pontas de cigarro e comer sobras de churrasquinho-de-gato nas calçadas. Esses pontos transitaram pelo centro em plena crise sanitária sem aderir completamente a comportamentos de segurança contra a covid-19. Eles, sim, realizaram atividades cotidianas articuladas em função da soma de suas vontades, desejos e necessidades (MARTINS e ALBUQUERQUE, 2021a; MARTINS e ALBUQUERQUE, 2021b)[10]. Observar suas atividades, em plena pandemia, possibilitou a nós conhecermos o tecido de suas territorialidades. Foram trajetos a apresentar variações pouco inerentes à pandemia. Nessas ruas de Manaus jamais foram escolhidos lugares de lazer e ponto mediante noções de saúde e segurança contra o SARS-CoV-2.

[9] RODRIGUES, Renan Albuquerque, TRINDADE, Deilson, BITTENCOURT, Mirian. Trabalhadores na produção da essência de pau-rosa na Amazônia. Revista Novos Cadernos NAEA, v. 19, p. 173-191, 2016.

[10] MARTINS, Noélio e ALBUQUERQUE, Renan. Baldios, os invisíveis desapossados da cidade. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM, 2021.

Prosseguindo, exploramos áreas comerciais no centro. Na avenida Marquês de Santa Cruz, em logradouros que conectam o porto ao Mercado Municipal e à Feira Manaus Moderna, verificamos como se distribuía nas calçadas a variedade de produtos para compra e venda. Sendo passagem obrigatória de embarque e desembarque a interiores do Estado e Estados vizinhos, o trânsito é intenso, rápido e tumultuado em tempos ordinários. Na pandemia, aqui, diferente de outros locais, durante decreto da Justiça que determinou a interrupção de viagens de barco a interiores, a movimentação reduziu drasticamente. De abril a junho de 2020 e em janeiro de 2021, houve a suspensão total de viagens interfluviais.

Escassearam comerciantes de comidas (geralmente prato feito), estivas, bebidas, ferramentas, utensílios domésticos, apetrechos de pesca, materiais para agricultura e caça, redes e cordas, além de miudezas. Não se viu o oferecimento de serviços de embelezamento, como salões e barbearias, na beira da pista ou mesmo nas esquinas. Também lanchonetes improvisadas e vendedores ambulantes de salgados, cafés, sucos ou picolés pouco foram notadas em funcionamento nos períodos especificados. Em zonas improvisadas, onde algumas vendas se mantiveram ao arrepio da lei, o cartão de visita foi o preço e a rapidez do serviço.

A característica regional que marca a distinção dos baldios do centro de Manaus é o diálogo com os rios e, portanto, esse trato foi afetado por causa da covid-19. Deu-se outro modelo de construção de simbolismos relacionados a ocupações laborais, dentro de uma lógica de trabalho normativa, por decreto estatal, e não segundo o regime das águas — porque, na época das cheias, de janeiro a junho, há aumento de remuneração em razão do movimento de cargas e pessoas. Para sustentar o destaque, nossos interlocutores narraram sobre festas de fim de ano no interior (Natal e Ano Novo); sobre o Festival Folclórico de Parintins; os Festejos de Nossa Senhora do Carmo em Parintins; a Ciranda de Manacapuru; a Festa do Cupuaçu de Presidente Figueiredo etc. São datas singulares, em que a alta rotatividade de dinheiro marca os períodos.

Durante esses períodos, normalmente, o movimento se intensifica na orla da Manaus Moderna. Ampliam-se ganhos com a venda de peixe por causa da piracema e a oferta supre o abastecimento de mercados e feiras. Produtos secos e molhados, estivas e alimentos in natura e em conserva são descarregados para abastecerem a cidade e vice-versa. Já na seca, de julho a dezembro, o trabalho gira em torno de frutas, legumes e verduras, pois várzeas são cultivadas e geram disponibilidade de produtos agrícolas.

Na cheia, é período de fartura de pescado. Então o que difere o labor das PSR do centro da cidade ante as configurações de outras regiões é o modo com que a temporalidade da vida é ritmado por sazonalidades climáticas, sobretudo quando se fala em trabalho informal na área da orla.

Mas nos picos das duas ondas de disseminação da doença em Manaus precisou ser fomentada a habilidade de adaptação ao fenômeno sanitário. O vai e vem de pessoas desembarcando e embarcando produtos rareou. Baldios que trabalhavam na área tiveram serviços rejeitados diante da contingência, diante disso, afetos relacionados ao mundo do trabalho passaram a ser sentidos de maneira disfuncional, em meio à outra preocupação, agora mais importante, a vida. Assim, notamos afetos compostos de acordo com a ideia do comum e da seguridade com mais intensidade, que originaram inclusive uma resposta prática, a consolidação de "coiós da saúde".

Os "coiós", nas ruas do centro antigo de Manaus, podem ser entendidos como lugares para se esconder de outrem ou de algo ameaçador. Por estarem inseridos em meio a árvores e estruturas de bancos de praça, de penumbra, constroem-se segundo essa representação de esconderijo. Coiós, portanto, são lugares, na expressão das ruas, para atividades de lazer (bebida, sexo e drogas), de descanso (dormir nos bancos ou debaixo das árvores) e também de trabalho (vigiar carros, venda em camelô, venda ambulante, jogo do bicho, jogo de baralho, etc.).

Praças margeadas por ruas não movimentadas, terrenos baldios e isolados ao lado de casarões e ainda barcos abandonados com ancoragem próxima a instâncias portuárias são exemplos de coiós aos baldios. Neles, durante os piores momentos da pandemia em Manaus, pessoas se protegeram, dormiram e se alimentaram. Em suma, coiós construídos durante as severas ondas de contaminação da covid-19 concorreram para a consolidação de sentidos do comum.

Alguns coiós foram mais frequentados por considerável quantidade de pessoas, dando o tom controverso da pandemia. Para exemplificar, citamos os grupos do entorno do mercado municipal Adolpho Lisboa. Coiós desses espaços, feitos de paletes na orla da Manaus Moderna, formaram ajuntamentos em frente ao mercado. Constituíram-se ainda nos arredores do Museu do Porto, na Praça da Saudade, no prédio abandonado da Santa Casa de Misericórdia e em casarões desabitados proximais à Plataforma Central de Ônibus, margeada do porto. Essas espacialidades foram interpretadas como lugares de afeto e encontro de pessoas. Portanto, pensar em coiós durante a pandemia foi pensar idas e vindas de coletivos conforme seus trajetos.

Vejam os mais um exemplo. No entorno do mercado municipal Adolpho Lisboa, ao cair da noite e na madrugada, centenas de pessoas se amontoavam nos coiós ao longo do calçadão e esquinas seguintes. Ficavam dispostas uma ao lado da outra, deitadas em papelões, caixotes ou envoltas em panos velhos. Dormiam ali. Nesses coiós eram acesos fogareiros para a preparação de comida, sobretudo peixe ou churrasquinho-de-gato. Baldios aproveitavam para jogar baralho ou dominó, sempre com copos de cachaça, limão e sal ao alcance. Boa parte entendia o ambiente, de modo geral, como um coió do tipo “central” ou “dominante”, o que representava, estruturalmente, um lócus de existência protegida, um território dominial onde conseguiam estabelecer regimentos e formalizações constitutivas, comportamentos e fundamentos que os posicionam dentro de seus lugares e sistemas de poder. Nesses tipos de coió temos caracterizado o comum das PSR durante a covid-19.

5. Conclusão

Em Manaus, cidade severamente atingida pelo SARS-CoV-2, PSR tiveram vivências marcadas por desafios porque necessitaram reconstruir trajetórias de segurança e saúde estabelecendo a rua como projeção de um lar. Ou seja, tiveram de existir como agenciadores do próprio destino sem qualquer apoio, tecendo suas histórias em lugares públicos, de dispersão da doença. Nesse âmbito, coíós do centro antigo de Manaus traduziram-se em espaços recuperados em seus simbolismos.

Relações psicossociais sensíveis, permeadas por práticas de solidariedade e agrupamentos por afinidade concretizaram o comum. Os baldios, então, passaram a agir de acordo com a situação e o contexto de suas relações pessoa-lugar. A vida deles no centro velho tornou-se ancorada não mais a atividades realizadas no beiradão da orla do Rio Negro. Sua força de trabalho, na lógica labor-renda, foi desativada nos picos da pandemia. De modo que, viver como errantes baldios, significou uma forma de existência complexa a partir de coíós de seguridade e afeto. As complexas relações das PSR com o centro da cidade sempre se fizeram por meio das antíteses casa-rua, centro-margem, visível-invisível, trabalhador-desocupado, sóbrio-bêbado, honesto-desonesto, vítima-bandido, ordem-desordem, limpeza-sujeira e igual-desigual. Na pandemia isso foi ampliado e essas mesmas bipolaridades, somadas à covid-19, engendraram cotidianos disruptivos para a saúde mental das PSR, forjando toda uma massa de gente com novos hábitos fluidos e perigosamente arrançados dentro de um contexto de vivência no fio da navalha.

Noélio Martins
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/AM

Cláudia Amoêdo da Silva
Professora da Secretaria de Estado da Educação/AM

Renan Albuquerque
Professor da Universidade Federal do Amazonas

Jalna Gordiano
Possui graduação em Serviço Social pela Uninorte (2021)

Luto e Corpo

Luto ético político para uma psicologia da luta

Como viver se ainda não aprendemos a respeitar nossos mortos? Começo a escrever esse texto com uma pergunta que me surgiu em um sonho. Sim, olhar para os sonhos é uma possibilidade de despertar, sentir e pensar! Então já aviso que será com a ajuda dos sonhos que tentarei refletir sobre a dupla morte e luto, mas antes disso, farei uma breve apresentação.

Nasci nos anos 1990, faço parte da geração que cresceu em um país democrático. Porém, sentindo as rachaduras dessa democracia. Como trabalhadora, integro uma geração que não projeta um futuro tendo em vista a segurança de uma aposentadoria e como professora universitária termino esse 1º/2021 com o corpo em exaustão e, assim, como o restante das brasileiras e brasileiros, caminhando para o 4º semestre de pandemônio.

Não me atrevo a colocar as estatísticas atuais sobre a quantidade de mortes por covid-19 no Brasil, pois pessoas não são sinônimos de números. Isto posto, significa que cada vida importa? Não, a história nos mostra que o Brasil se fundou sob a égide das valas indígenas desde a invasão dos portugueses em 1500. Nossas terras são cemitérios indígenas a céu aberto.

Estamos expostas/os ao movimento de omissão de muitas mortes que, atualmente, legitima-se em um governo assombroso que ao rir das mortes escancara que vivemos a continuação de um estado genocida.

Continuamente líderes indígenas do mundo nos alertam que não existe "civilização ocidental" antes da expansão colonial europeia. A "modernidade" é a civilização que se cria a partir da expansão colonial europeia em 1492 e que se produz na relação de dominação do "Ocidente" sobre o "não Ocidente". Já é hora de despertamos para o fato de que estamos diante de uma civilização de morte (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2020, p. 62).

Há 33 anos, Ailton Krenak, líder indígena, defendeu a Emenda Popular da União das Nações Indígenas no Congresso Nacional em um gesto de luto ao proferir as palavras abaixo enquanto pintava o rosto com tinta de jenipapo.

Eu espero não agredir com a minha manifestação os membros dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não poderão ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena.

E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não tem dinheiro para fazer uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como o povo que é inimigo do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento.

O povo indígena tem regado com sangue cada hectare os 8 milhões de quilômetros quadrados do Brasil. Os senhores são testemunhas disso (Ailton Krenak, 04/09/1987).

Em uma cultura que nos ensina a estar em estado de silenciamento diante de nossos mortos, é necessário que nos questionemos: por que não somos capazes de respeitar nossos mortos?

Na busca de pensamentos, ideias e emoções que fundamentassem esse texto a partir da Psicologia, (re)encontrei o pressuposto teórico da psicanálise que baseado nos estudos de Freud considera o luto como uma reação à perda do objeto amoroso, ou seja, um trabalho interno e processo individual que ocorre apenas intrapsiquicamente (FREUD, 1915).

Ao compreender que essa visão individual do luto não dá conta de explicar o luto que atinge os povos da floresta e, atualmente, o mundo, por conta de uma pandemia em massa, encontrei uma entrevista da teórica Judith Butler que foi concedida ao site Carta Maior[1]. Nela, Butler enfatiza: "aprender a enlutar-se pelas mortes em massa significa marcar a perda de alguém cujo nome você não sabe, cuja língua você talvez não fale, que vive a uma distância intransponível de onde você mora."

O luto público necessário neste momento também exige que façamos perguntas políticas difíceis sobre as condições que estruturaram a magnitude e as disparidades do genocídio no Brasil.

Butler (2020) em seu livro "Vidas precárias: os poderes do luto e da violência" compartilha preocupação com o contexto da violência global e nos convida a seguinte indagação: "quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?" (p. 40). É fundamental, então, repensarmos o papel social do luto vivido coletivamente.

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, neste sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética.

Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o "nós" é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação (BUTLER, 2020, p. 43).

[1] <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-0-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390>

O texto tem como proposta problematizar a perspectiva de um luto ético político da Psicologia Social que parta da compreensão de que não houve um luto coletivo da sociedade brasileira que tornasse o genocídio dos povos da floresta consciente. Ao relembrar a fala de Ailton Krenak parece-me que continuamos em estado de omissão e caminhando em direção à morte. Vivenciamos a terceira onda da covid-19, o massacre do Jacarezinho, a insegurança alimentar, a velha política de extermínio... Até quando continuaremos transmitindo essa herança de morte?

Nas palavras de Césaire (1978) e Dussel (1993), a modernidade é um projeto de morte genocida da vida (humana e não humana) e a destruição epistemicida de outras civilizações.

O massacre dos povos indígenas, ele não é uma história do passado, uma história de 1500, ele é uma história de hoje. Uma história lamentável. O sangue que continua sendo derramado não é contado. As vozes dos povos indígenas têm sido silenciadas, milícias armadas que defendem empreendimentos econômicos como o agronegócio dentro das terras indígenas são consideradas questões internas. Eu já perdi a conta de quantas vezes eu fui ameaçada, mas enquanto houver vida dentro dos territórios indígenas, enquanto a gente tiver uma herança cultural para defender e uma geração futura, nada e nem ninguém vai me calar! (Fernanda Kaingang, Povo Kaingang, advogada e mestra em Direito Público)

Os diálogos e alianças-sul são importantes hoje mais do que nunca. Não podemos conceber uma mudança civilizatória sem contar com atrizes e atores políticos aliados do mundo africano, asiático, latino-americano e do sul dentro do norte. Faz falta um projeto ético-político que seja radicalmente e amplamente antissistêmico com os giros decoloniais correspondentes (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES e GROSGOUEL, 2020, p. 76).

A pensadora Lélia Gonzalez, que contribuiu para isto, nos alerta:

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (Mulherio, ano II, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982, p. 3)

A lei 11.645, de 10 de março de 2008 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" é um marco nesse processo de apropriação do corpo político e da alma brasileira.

A nossa luta pela vida, pela terra, a minha luta é para continuar a existir. A existir o povo Guarani-Kaiowá, que a terra indígena taquara seja demarcada e que os nossos bisnetos um dia possam cantar, possam dançar o nosso canto de alegria. A gente não quer mais cantar o canto da morte. (Valdelice Verón Guarani Kaiowá, Povo Guarani Kaiowá, Liderança Guarani-Kaiowá, filha do líder assassinado, o Cacique Marcos Verón, 2021)

Elisa Harumi Musha

Trabalhadora brasileira com descendência okinawana, herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSFUGUEL, Ramón (organizadores). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de mar. 2008.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CESAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1978.

DUSSEL, Enrique. 1492 o Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALAS da terra. Antonia Prado. Rio de Janeiro: Globo, 2021.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915]/1974.

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. Mulherio, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

MBEMBE, A. Crítica da razão Negra. Lisboa: Antígona, 2017.

Onde está o corpo? A imagem e a falta do corpo na pandemia

Após pouco mais de um ano de pandemia no Brasil, este boletim tem relatado todos os momentos que temos vivido durante o período. Lá no começo de março do ano passado, acreditávamos que ficaríamos em casa por apenas alguns meses e logo em seguida retomariamos nossas atividades normalmente, fossem na escola ou trabalho. De maneira oposta, ainda estamos (os que sobreviveram) sendo afetados pelas inquietações desse período e por isso mais um texto sendo elaborado.

Os corpos que aqui permanecem continuam, na maior parte do tempo, sentados e trabalhando e/ou estudando em frente as telas. A quem pode ficar em casa para realizar seu trabalho a sensação de estagnação e com ela o sentimento de melancolia parece não terminar. Já aqueles que precisam sair de suas casas para trabalhar, apesar da contínua disputa entre morrer do vírus ou de fome[1], acompanhados do medo e da insegurança, sofrem na busca pela sobrevivência com a esperança de serem vacinados. A vacina chega lentamente a cada camada da população. Com a lentidão da imunização e ao mesmo tempo com o aumento de mortes, o distanciamento social deixa de ser opção e passa a ser exceção já que a vida não pode parar.

A vida não parou! Não para aqueles que ainda permanecem vivos. A esses, para afastar as mazelas da alma, lhes é recomendada uma lista de opções de como "não sofrer" os impactos sociais e econômicos da pandemia "no corpo e na mente". Sugestões apresentadas por influenciadores na internet e em alguns noticiários corroboraram com a crença de que felicidade e sucesso dependem do empenho de cada um. Como se esse esforço, uma espécie de força interna, emergisse de dentro do próprio indivíduo para sair dessa condição alheio a qualquer contexto no qual está inserido.

[1] BUSARELLO, Flávia R.; BEREZOSCHI, Juliana; SANTOS, Lívia Maria Camilo dos. Entre morrer de vírus ou de fome: o "asno de buridan" encontraria saídas nessa pandemia?. In: SAWAIA, Bader B. et al (org.). Expressões da Pandemia: fase 2. SP: Alexa Cultural, 2020.

Daí surgem conselhos diversos desde procurar fazer videochamadas com amigos e familiares; fazer exercícios regulares; fazer meditação; não se estressar até outras como: seja seu próprio chefe; faça isso e você terá o retorno que merece entre outras formas de lidar com a situação que estamos enfrentando. Por um instante, é possível acreditar que algumas dessas dicas podem nos ajudar, mas quando tentamos colocá-las em prática parecem não funcionar. Aí o sentimento de culpabilização de nós mesmos por "falharmos" aumenta. E nos perguntamos: como os outros conseguem? Por que eu não consigo? O que há de errado comigo? Por que essas dicas parecem não funcionar?

Spinoza, filósofo holandês do século XVII, nos convoca a pensar o corpo como radar/filtro dos afetos e desta forma compreende que o corpo pode ser afetado de várias maneiras por corpos exteriores nos encontros, aumentando ou diminuindo a nossa potência de existir em ato. Assim como outros corpos nos encontros também sofrem alterações, essas variações de aumento ou diminuição de potência também vão depender do estado de cada corpo no encontro (EII prop. 16). Que ora pode ser um estado de maior alegria ora, de maior tristeza. Disso, os corpos podem tanto aumentar sua potência de pensar da mente e de agir no corpo, a partir de uma paixão alegre (afecção no corpo), como podem reduzir a potência de pensar da mente e de agir no corpo, a partir de uma paixão triste. Ou seja, temos ideias a partir das afecções sofridas pelo nosso corpo nos encontros com outros corpos. Essas ideias podem tanto ser inadequadas ou adequadas, o que irá depender da forma como percebo meu corpo no encontro. O importante aqui é compreender que mente e corpo não se separam e que a atividade de pensar só é possível porque o objeto que constitui a mente é o corpo (EII prop. 13). Segundo Maria Luiza Ribeiro Ferreira[2]:

O corpo aparece como filtro através do qual captamos o real, cujas margens não nos é lícito transpor. É um intermediário, uma mediação entre a nossa mente e a realidade sobre a qual esta se debruça. Coloca-se, assim, simultaneamente como aquilo que proporciona e limita a atividade cognitiva, o seu primeiro passo e a sua fronteira (p. 529).

[2] Ferreira, Maria Luiza. A dinâmica da razão na filosofia de Espinosa. Lisboa, Calouste Guilbenkian, 1997.

O que estamos tentando mostrar aqui é que o corpo como mediador do cotidiano e de tudo aquilo que nos cerca vai ser afetado por essa realidade e cada afecção nesse corpo é uma imagem que dele temos. Conhecer como nos afetamos com o que nos ocorre é imprescindível, mas isso não quer dizer que sempre vamos ter ideias claras e distintas daquilo que ocorre em nosso corpo. A essa confusão das ideias Spinoza vai dizer que imaginamos. Ou seja, a imaginação é o primeiro grau de conhecimento e é confundida muitas vezes com o intelecto. Nossos sentidos captam o que nos cerca e formamos imagens a partir disso. Essas imagens são dispostas na mente conforme experimentamos o mundo nos encontros. Isso não quer dizer que a imaginação é boa ou má, mas que ela é inerente a nossa condição de existir. As imagens dizem sobre as modificações do nosso corpo e não sobre o corpo exterior que nos afeta.

A imaginação como condição humana não pode ser extorquida, mas exerce um papel duplo, sem o qual o processo do pensamento não pode ocorrer (FERREIRA, 1997). Por um lado, podemos nos conformar com as imagens daquilo que nos afeta e considerar essas como informações verdadeiras em relação aos corpos exteriores. Como nos explica Spinoza, "as imaginações da mente, consideradas em si mesmas, não contêm nenhum erro; ou seja, a mente não erra por imaginar" (EII esc. prop. 17). Por outro, considerar que aquilo que imaginamos nos mostra ideia verdadeira daquilo que nos afeta pode nos colocar diante do erro "mas apenas enquanto é considerada como privada da ideia que exclui a existência das coisas que ela imagina como lhe estando presentes" (EII esc. prop. 17).

A pandemia tem nos afetado de diversas formas, porém percebemos que, de modo geral, afetos tristes predominam para grande parte dos brasileiros. Isso é evidente pelo que ocorre no país, porém se nos enredamos pelos afetos tristes, seja de tristeza ou de raiva, por exemplo, nossa mente padece e temos ideias inadequadas. Nesse caso, a capacidade da nossa mente agir é diminuída, pois não somos causa adequada de nossa própria potência.

Contudo, é necessário recapturar a teoria spinozana, a qual argumenta que somos potências de vida, ou seja, procuramos perseverar em nossa existência e não buscamos a morte. Em suma, buscamos a felicidade mesmo que seja utilizando dicas e estratégias como as apresentadas acima. Essas paixões alegres podem parecer soluções temporárias para nos tirar da estafa da vida cotidiana. Mas adotar práticas e condutas em relação à vida com base na experiência do outro é deixar de escutar e perceber as afecções do nosso corpo a partir da própria experiência.

Se a base para sair da tristeza é considerar o modelo de existência dos corpos exteriores para permitirmos que nossos corpos possam existir, estaremos fadados ao desconhecimento de nosso corpo por completo. É por isso que Spinoza nos alerta para não julgarmos os afetos, mas compreendê-los. Todavia esse processo não se dá de forma simples e individual, pois é justamente na relação com os outros corpos que podemos observar nossas afecções. Considerar o corpo como esse radar dos afetos é retirar o véu da imagem de que a razão é separada dos afetos. Pelo contrário, o conhecimento não ocorre fora do afeto, mas por meio do exercício reflexivo de buscar as causas adequadas das coisas que nos afetam de modo que nos potencialize para ação afirmadora de nossa potência. Nesse sentido, retomamos ao ponto inicial do texto. É possível seguirmos dicas e sugestões para não padecermos durante esse período em que o corpo do povo brasileiro está cansado de tentar lutar contra fome, desigualdade social e violência, além do vírus que está levando aos montes vários dos nossos? Estamos percebendo o modo como somos afetados por essas informações ou somente tentamos seguir orientações para nos livrar da sensação desagradável em busca de uma felicidade comercial?

Juliana Berezoschi
Mestre e Doutoranda pela PUC-SP. Organizadora do
"Expressões da Pandemia". Integrante do NEXIN

O afeto comum da saudade na morte de milhões

Estamos em uma pandemia. O vírus SARS-CoV-2 contaminou milhões em todo o planeta. Nesse momento, no Brasil, estamos na média de 550 mil mortes. São perdas, ausências. Vidas não mais presentes. Não mais a existência humana. O som de vozes não mais ouvidas, as últimas frases do whatsapp, as últimas postagens nas redes sociais. Todos sentimos, todos somos atravessados por essas últimas vezes. É exatamente esse 'todos nós' que imprime no nosso cotidiano uma conexão de afetos, uma vivência circular de afetações vinculadas a corpos e mentes. Se formos pensar em uma guerra mundialmente estabelecida por nações e países, as afetações também estariam nos atravessando e nos levando às sensações parecidas com o que vivenciamos agora na pandemia. No entanto, há algo diferente aqui. Não deixa de ser uma situação de guerra, pelos comportamentos de defesa e de iminência de morte, de insegurança e do imprevisível.

O que nos coloca numa vulnerabilidade diferente com relação a guerras com armas, bombas e fuzis, é, principalmente, a invisibilidade do inimigo. Mas também a sensação que nos causa a sua onipresença e o seu poder de penetração em todo o nosso organismo. A covid-19 nos faz, ainda, não ter certeza da capacidade do nosso próprio corpo de nos defender. Provoca-nos insegurança sobre nossa própria substância, sobre até onde se estende a eficiência do corpo em continuar nos defendendo ou a eficácia da defesa mais rápida do que a tomada corporal pelo vírus, uma vez introduzido pelas vias orais.

Essa é uma situação que vivemos e que nos provoca principalmente uma série de perdas, desassossegos e desolação... Um afeto comum em multidões: o afeto da saudade. A saudade na pandemia é uma das palavras mais sentidas, uma das mais faladas e uma das realidades mais presentes entre amigos, famílias e demais parentes ou companheiros de trabalho.

Diante das perdas das pessoas que o vírus provocou, ficaram as memórias de experiências vividas com as pessoas que se foram, ficaram os ressentimentos destas perdas, as dores de não mais estar aqui o que em um instante estava.

Saudade.

Contrapondo ao que este afeto provoca, pergunto como nós podemos encontrar neste afeto não somente a tristeza da memória do que se foi, mas se podemos encontrar também a alegria e a potência. Pode ser bastante estranha esta pergunta no meio do luto de milhões que sentem esse afeto. No entanto, a saudade só é uma realidade porque existiu a alegria pela qual a memória do que foi perdido registra. Este é exatamente o contrapondo da saudade enquanto fenômeno psicoafetivo.

Como podemos ter afetos ativos quando a saudade nos invade?

A saudade é algo provocado em nós exatamente pela perda, pela falta do que nos faz bem e do que foi bom. Então, como a saudade pode ser potência? Quando nos esforçamos a compreender o que nos ocorre; quando refletimos e conseguimos ter ideias claras e distintas a respeito do que sentimos. Isso gera em nós mais capacidade de pensar e, portanto, mais capacidade de agir e gerar potência, engajando-nos no presente, agindo no presente, dando novos sentidos a que nos acontece agora.

É este engajar-se no presente que nos potencializa e nos expande, podendo também paralisar a tristeza que sentimos diante da perda. Essa é exatamente a saudade boa: quando assumimos a tristeza, mas conseguimos sair dela.

Assim, nos esforçamos em ampliar a potência de agir quando nos engajamos com o que vivemos no hoje, em nossa particularidade. Como diz Spinoza: um afeto não pode ser refreado nem suprimido senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado (Ética, Parte IV, proposição 7).

A saudade que faz mal é quando ressentimos a tristeza da perda, criamos imaginários sobre a mesma, vivendo em função do que se perdeu, o que diminui a potência de pensar e de criar novas realidades. Sentir saudade pode ser potente quando pegamos o caminho de volta, nos permitindo ir, entrar nas trilhas da memória, do desassossego da dor. Mas retornamos dali libertando as próprias memórias das cadeias dos ressentimentos. É quando percebemos o presente que está aqui e nos perguntamos: o que eu posso fazer nesse agora?

Lembrar o que foi bom faz bem. No entanto, torna-se uma armadilha para o corpo e para a mente quando ficamos 'lá', na lembrança do que foi bom e não retornamos ao presente.

A saudade não é só tristeza. A saudade é só tristeza quando nós ficamos na tristeza. Lidar com a saudade é treinar em nós a capacidade de nos colocarmos afetivamente dispostas/os à conexão com a vida e entendê-la como contradição, como materialidade dialética em movimento. É compreender também a fragilidade dessa materialidade que se esvai permanentemente com o tempo que corre historicamente.

A dialética da saudade é resultado desse tempo que nos atravessa e que vivemos a todo momento bons encontros com pessoas, lugares ou coisas, os quais nos levam a sentir amor e alegria pelo vivido. A força emocional da perda ao lado da memória do que se sentiu são duas realidades afetivas que não se desgrudam e se unem como um mesmo fenômeno psicoafetivo que se chama saudade e que somente a língua portuguesa captou em sua integridade.

Fátima Bertini
Professora do Instituto de Humanidades/Curso de
Pedagogia da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Pandemia e Política

Campo de extermínio brasileiro: um cenário arquitetado

Jornais impressos, telejornais, sites de notícias, capas de revistas: de todos eles escorre sangue. Sangue de pessoas que morrem por conta de um vírus que já tem vacina! Não precisa ser grande entendedor de política para saber que o que estamos atravessando é pensado, articulado, arquitetado; é um plano claro de assassinato em massa. Feridas indeléveis são abertas por conta de uma guerra que se trava diariamente na obscuridade. Viver o tempo que um dia será história de um povo que apoiou, votou e aplaudiu o retrocesso; é de apertar o peito, de doer na alma.

Assistimos pessoas imbuídas de discursos e práticas de ódio. Os "cidadãos de bem" agora sentem-se à vontade para demonstrar o quanto são preconceituosos, racistas, machistas, homofóbicos, egoístas, perversos. Agora evidenciam, escancaradamente, que de nada conhecem sobre o amor de Deus - que tanto gostam de pregar -, mas que conhecem bem sobre crueldade e desumanidade. Dizem eles: "Direitos humanos para humanos direitos", mas o que é ser um "humano direito" afinal? Quando perguntamos, ninguém parece capaz de propor uma resposta que faça sentido. Em contrapartida, parecem saber identificar sem muita dificuldade os que não se enquadram nesses "humanos direitos", tornando simpático e aceitável o extermínio de pretos-pobres-periféricos.

Achille Mbembe (2003) desenvolveu o conceito de necropolítica, que vem sendo utilizado para explicar a política de mortes adotada pelo Estado. Essa licença para matar é adotada a partir de uma divisão entre bons e maus, amigos e inimigos. Aqueles que são considerados perigosos, em defesa da sociedade, devem ser exterminados. Essa é a lógica por trás da crescente licença para matar que vivenciamos, inclusive durante a pandemia da covid-19. Um retrato claro dessa anuência ao extermínio é a Cracolândia: com um discurso em nome do cuidado, práticas excludentes, violentas e segregacionistas, são produzidas.

É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por coronavírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis. Bolsonaro e seus amigos vindos dos porões da ditadura militar sabem como operar com essa lógica. Ou seja, a velha arte de gerir o desaparecimento que o Estado brasileiro sabe fazer tão bem. De toda forma, there is no alternative. Esse era o preço a pagar para que a economia não parasse, para que os empregos fossem garantidos. Alguém tinha que pagar pelo sacrifício. A única coisa engraçada é que sempre são os mesmos quem pagam. A verdadeira questão é outra, a saber: Quem nunca paga pelo sacrifício enquanto prega o evangelho espúrio do açoite? (SAFATLE, p. 05, 2020).

Em tempos de fake news, as opiniões vazias de postagens em redes sociais passaram a ser consideradas fontes oficiais. Enquanto isso, a ciência é desvalorizada, achincalhada. Duplopensar ou duplipensar (ORWELL, 1949) é o ato de aceitar simultaneamente duas crenças mutuamente contraditórias como corretas, muitas vezes em contextos sociais distintos. Não são duas ideias opostas, mas duplas verdades contraditórias. Bolsonaro, por exemplo, repetiu diversas vezes que a covid-19 não passava de uma "gripezinha" e, ainda assim, defendeu insistentemente o uso da cloroquina e da ivermectina como tratamento precoce à doença.

Além das inúmeras aparições repletas de discursos de ódio, desrespeito e declarações tendenciosas e ofensivas, o presidente produz uma constante brincadeira do "bota casaco, tira casaco". Enquanto autoridades em saúde fazem campanhas que evidenciam a alarmante situação do país, reforçando a importância do distanciamento social, de ficar em casa e de que ao sair (apenas quando necessário) a população use máscaras específicas e de qualidade – com o uso correto, cobrindo nariz e boca –, o presidente parece não se importar com aglomerações, encontros de apoiadores e manifestações a seu favor. Não se importa em participar de "motociatas" e causar aglomerações em praias durante as suas "práticas esportivas" de jet ski.

E não para por aí... Frequentemente em suas idas a público, além de não utilizar máscara - e ainda retirá-la de crianças -, interage com pessoas e destila estupidez em seus discursos, afirmando que não há necessidade de isolamento, tampouco da utilização de máscaras.

É como ser fuzilado, um fuzilamento que não para, não dá tempo de se recuperar, não dá para reencher os pulmões de ar. Logo após um impacto, tem outro. E outro. E outro.

Spinoza (2019), filósofo holandês do século XVII, diz que nós somos potência em ato. Corpo e mente são potência em ato que persevera na própria existência. Sendo assim, a partir dos encontros com outros corpos e mentes, minha potência pode aumentar ou diminuir. Essa variação de potência é o que Spinoza chama de afeto. Consideram-se afetos alegres quando minha potência de existir aumenta e afetos tristes quando minha potência de existir diminui. O momento atual dificulta experienciar afetos alegres. Vacinas sendo questionadas e doenças já erradicadas voltando a aparecer, desemprego fora do controle, Brasil que já foi referência no combate à pobreza está de volta ao Mapa da Fome, famílias indo para as ruas.

Paul Virilio (1993), filósofo, arquiteto e urbanista francês; cunhou o termo "Estado suicidário" para explicar esse estado de indiferença, que abandona, naturaliza e deixa morrer. Vladimir Safatle, no texto "O Estado Suicidário" (2020) traz uma reflexão acerca do nosso cenário atual:

O fascismo brasileiro e seu nome próprio, Bolsonaro, encontraram enfim uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia que exigiria da vontade soberana e sua paranoia social compulsivamente repetida que ela fosse submetida à ação coletiva e à solidariedade genérica tendo em vista a emergência de um corpo social que não deixasse ninguém na estrada em direção ao Hades.

Diante da submissão a uma exigência de autopreservação que retira da paranóia seu teatro, seus inimigos, suas perseguições e seus delírios de grandeza a escolha foi, no entanto, pelo flerte contínuo com a morte generalizada. Se ainda precisássemos de uma prova de que estamos a lidar com uma lógica fascista de governo, esta seria a prova definitiva. Não se trata de um Estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata-se de um Estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim (SAFLATE, p. 04, 2020).

O que se evidencia, por onde quer que ousemos direcionar o olhar, é um campo devastado pela crença no vazio; uma crença em um "tudo logo volta ao normal", "vamos superar", "vai dar tudo certo"; e disso se questiona; que normal é esse que antes desprezávamos e que agora tanto desejamos?

Quando nos cercamos de comportamentos negacionistas, em que conceitos e sofrimentos são diminuídos, invisibilizados? Quando nos tornamos invisíveis à razão e coerentes com o incoerente, o que há para superar? Onde acharemos a certeza que, de fato, tudo vai dar certo? E o que é, esse tão esperado certo?

Questões. Perguntas. Dúvidas seguidas de longas reflexões que, por sua vez, são seguidas por tantos estranhos afetos. Estranhos afetos. Estranhos afetos. Pesquisando "o que significa estranho?" encontramos as seguintes definições: "que ou o que se caracteriza pelo caráter extraordinário, excêntrico. Que ou o que é de fora, que ou o que é estrangeiro".

Pensemos! O que pode ser mais estranho ao funcionamento biopsicossocial humano do que a naturalização da morte? Somos seres dotados de funções reflexas, reações biológicas de defesa, incapazes de parar de respirar por vontade própria, incapazes de manter a mão sobre a brasa quente sem pelo menos enfrentar os mecanismos reflexos que o incrível corpo humano preparou para nos proteger de ferimentos.

Apesar de tudo o que deveria ser natural - biologia humana -, encontramos aqui, diante de taxas altíssimas de sofrimento psíquico na população, diante da naturalização da dor, da fome, da morte. Não lhe incomoda ler sobre morte? Não lhe causa nada? Seriam essas apenas cinco letras juntas aleatoriamente programadas para serem ignoradas?

Morte. Morte. Morte. Morte. Morte.

E agora?

Somos biologicamente preparados para lutar contra a morte. Fomos socialmente preparados para naturalizar a morte, o oposto daquilo que corresponde à nossa própria natureza.

Somos uma sociedade de anti-humanos.

Somos anti-vida. Anti-saúde.

Somos pró-extermínio. Da nossa própria espécie.

No dia 1º de julho de 2020 foram contabilizadas 60.713 mortes no Brasil pela Covid-19. Em 2021, no dia 1º de julho, já contabilizamos 518.066 óbitos. E assim seguimos perdendo vidas diariamente. Quantas serão no dia 1º de julho de 2022?

Ana Carolina Martins Gil

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, integra a Rede Brasileira de Pesquisadores de População em Situação de Rua. É pesquisadora no projeto-piloto do Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (Technische Universität Berlin) e do Departamento de Sociologia da USP. É psicóloga clínica e professora universitária

Giovanna Carolina Bueno

Aluna do décimo semestre da graduação em Psicologia, presidenta da Liga Acadêmica de Psicologia Social da Universidade Nove de Julho e uma jovem revoltada com o (des)governo Bolsonaro

Do fantasma do comunismo à tirania da gratidão: golpes da sorte para a afirmação da morte

Se os homens pudessem, em todas as circunstâncias, decidir pelo seguro, ou se a fortuna se lhes mostrasse sempre favorável, jamais seriam vítimas de alguma superstição. Mas, como se encontram frequentemente perante tais dificuldades que não sabem que decisão hão-de tomar, e como os incertos benefícios da fortuna que desenfreadamente cobiçam os fazem oscilar, a maioria das vezes, entre a esperança e o medo, estão sempre prontos a acreditar seja no que for (...) se estão na adversidade, já não sabem para onde se virar, suplicam o conselho de quem quer que seja e não há nada que se lhes diga, por mais frívolo, absurdo ou vazio, que eles não sigam.
Espinosa, TTP, prefácio

Em abril de 2020 - quando não tínhamos ideia de tamanho impacto da pandemia no mundo - escrevemos os primeiros textos para o boletim "Expressões da Pandemia", que posteriormente foram publicados no "Expressões da Pandemia - Fase 1". Nesse momento, uma das autoras questionava o que era mais forte: "o medo da fome ou o medo do vírus?". Hoje a questão permanece, mas com justificativas perniciosas. Depois de um ano de pandemia e genocídio da população brasileira, somam-se mais de 550 mil mortes e uma estranha sensação de que a vida deva seguir a qualquer preço. Tropeçando em corpos, caminha-se para o precipício: já dizem alguns "vida que segue" e o "Brasil não pode parar".

Levando-se em consideração as reflexões trazidas por Eliane Brum em texto publicado no El País, onde a autora questiona como parar o genocídio de uma população acostumada a morrer, tencionamos para outra questão: que tramas afetivas parte da população constrói para justificar e naturalizar mortes às milhares?

O Brasil está acostumado a ver tombar corpos dos seus? Para além das diversas reflexões que essa pergunta e a anterior remetem - como, por exemplo, o direito ao luto, à morte digna, o direito à despedida e outras ramificações - podemos olhar ao nosso lado, nas ruas, comércios, pessoas vivendo como se não houvesse uma crise sanitária no país. Por que há uma normalização das mais de meio milhão de mortes em um ano? Ou a naturalização de pessoas morrendo sem ar, no pulmão do mundo, como vimos em Manaus?

E não faltam desculpas para todas elas, ouvimos como: "morre quem Deus achar que deve morrer"; "ele/ela tinha comorbidades"; "agora ninguém morre de mais nada, só de covid". Todas as respostas tiram o foco da real questão: foi deixado morrer. Hoje no Brasil tropeçamos em corpos e seguimos para o "novo normal". Afinal, esse novo normal é para quem? Como vivê-lo quando perdemos milhares de brasileiros todos os dias?

O Brasil seria fundado nas mortes? Afinal, o genocídio faz parte da história dessa nação, que começa com corpos indígenas tombando perante as armas do colonizador, o que continua sendo autorizado mesmo em 2021, quando acordamos com corpos negros tombando e indígenas tendo suas terras atacadas. E mesmo assim seguimos a normalidade sem pensar, sentir ou questionar. Apenas vivendo e acreditando que "tudo vai voltar ao normal". O que é o normal em um país que vê os seus morrerem e procura desculpas e não soluções?

Spinoza, filósofo do século XVI, escreve que as nações vivenciam superstições criadas e mantêm a servidão dos seus povos flutuando entre medo e esperança (Spinoza, TTP). Uma das superstições do ingenium brasileiro é a de que o encontro com a finitude chega por meio das mãos de Deus, como um grande pai castrador que tira vidas de modo muitas vezes arbitrário e injusto: quando Deus quiser, pode ser por meio de uma bala perdida (que de perdida tinha pouco) e da falta de leito de UTI, ou ainda por ausência de vacinas e falta de oxigênio.

Assistimos ao funeral de mais de 550 mil corpos brasileiros, à orfandade de filhos, à dor da perda de pais, companheiros/as e amigos/as com naturalidade, procurando desculpas para a necropolítica que avança no país. Temos medo de que aconteça dentro de nossos lares e esperança de que não ocorra. Seguimos, assim, mascarando uma realidade que se perpetua de modo fúnebre. Assistimos indígenas lutarem pelas suas terras; mães chorarem a perda dos seus filhos; famílias não terem o que comer e o desespero de não saber o número de mortes do dia seguinte - quiçá o desespero seja o afeto que evitamos no país que tem o Carnaval, a festa da alegria, como um marco de seu calendário.

Evitamos o desespero e naturalizamos a morte, essa que nunca foi tão banalizada como na pandemia e/ou no pandemônio. Neste momento não há como esconder o fundante desse país: a morte. Por isso, podemos dizer que o medo e a esperança são afetos dominantes perante a realidade de um Brasil tão inóspito.

Moreau (2010) afirma que quando as circunstâncias históricas que formam um povo acostumaram esse a esperar tudo da violência, esta mesma se constituirá uma parte essencial do ingenium. Considerando-a como elemento fundante na nação, então ela passa a ser tratada como parte natural do cotidiano. Por ser dominante não é questionada e avaliada, mas sim cristalizada, individual e coletivamente, beirando a perigosa vulgarização das mortes e mais variadas opressões. No entanto, para além do fato de pertencermos a um país construído sobre cemitérios de povos indígenas e africanos, e esse processo ser parte estruturante do ingenium do povo brasileiro, deparamo-nos com artimanhas poderosas que concorrem para a manutenção de uma lógica fatalista.

Como se não bastasse todo o seu histórico funerário e funesto, encontramos, no Brasil de 2021, com a presença do insubestimável poder de letalidade de um vírus. E ainda, diante de todas as misérias e devastações erigidas, duas figuras somam-se a esse cenário e representam a superstição spinozana diante da fatalidade que vivemos: o eleitor-apoiador de Bolsonaro e o "jovem místico"[1].

Dentro da primeira categoria, encontram-se brasileiros e brasileiras convictos, afetiva e ideologicamente, com a ideia de que o presidente é o mito que irá finalmente trazer as boas novas para o povo. Apoiados pela irracionalidade pseudofilosófica do guru Olavo de Carvalho, que traduz, de modo rude e caótico, a angústia de uma população desesperada e com forte inclinação ao fascismo. Dentre eles estão ruralistas, igrejas neopentecostais, com seus pastores e fiéis, megaempresários, pais e mães de família e a desvantajosa classe de pequenos empreendedores.

[1]<https://theintercept.com/2021/05/04/entre-cloroquina-namaste-conheca-direita-gratiliz/>

Todos eles com muito medo do espectro comunista que passa a ser representado por qualquer ideia que se oponha ao conjunto de incoerências proclamadas pelo atual presidente da república.

Na segunda categoria encontram-se pessoas geralmente pertencentes a camadas médias e altas da sociedade, que, baseadas em filosofia quântica barata, apropriam-se de um discurso místico e sedutor no qual estão conectados com o bem supremo e plenamente alienados do mal social. Somam-se nesse movimento tendências variadas: leituras de tarô, constelação familiar, thetahealing e o seu suprassumo: leitores e praticantes da lei da atração, ideologia propagada, sobretudo, pela autora Rhonda Byrne, em seu best seller "O Segredo" (2015), quando afirma o poder do pensamento positivo para atrair o que se deseja.

Qual a aproximação elementar entre eles? Ambos situam-se numa perspectiva reacionária que se opõe à realidade, buscando acentuadamente disfarçá-la com inúmeras e criativas tendências: para o eleitor-bolsonarista, o medo do comunismo e a esperança de um progresso que chega, banhado a sangue de muitos, às mãos de poucos. Para o jovem místico, mantras, cristais e incensos dão o tom da nova era, da evolução espiritual pela qual passa o planeta nesse momento histórico: para ambos, descolados de uma leitura materialista e dialética da vida, morra quem tiver que morrer ou "morra quem Deus ou o universo quiser". Concordamos, nesse ponto, com Lukács, em sua controvertida obra "A destruição da razão" (2020), de que "não existe visão de mundo inocente". Na obra citada, o filósofo faz uma inesgotável análise do que considera como filosofias com caráter não dialético e que flertam com o idealismo subjetivo, desde Schelling a Nietzsche, argumentando a pobreza filosófica que precede e progride com a ascensão do nazismo. Não se trata aqui, obviamente, de situar no mesmo patamar um teórico como Georges Sorel junto a Olavo de Carvalho e a filosofia intuitiva de Henri Bergson à falaciosa tese de Ronda Byrne. O que queremos reiterar aqui é que essa tendência de pensamento:

[...] dedica-se muito mais a criticar concepções das ciências naturais, a destruir a sua legitimidade de enunciar verdades objetivas, a substituir ideologicamente as ciências da natureza por mitos biológicos do que ao tratamento dos problemas da vida social (LUKACS, 2020, p. 27).

Apesar de parecerem, num primeiro momento, distantes em seus valores e crenças, o jovem místico e o eleitor-apoiador do atual presidente aproximam-se muito mais do que imaginam e gostariam. O cerne desse encontro ideológico consiste na alienação mútua e recíproca, e na negação de uma materialidade histórica que está posta e contra a qual qualquer dúvida é superstição e manutenção da servidão. Entregues ao medo, debulham-se em resquícios de certezas que tragam às suas mentes engendradas em afetos tristes toda e qualquer fantasia que os tire da realidade e crie delírios coletivos que confortem os corpos.

Desesperada e em busca de um remédio para as dores da alma "a intuição irracionalista, em um mito sem conteúdo produzido por ela, coloca-se totalmente alheia em relação à verdadeira realidade social, e não é mais que um pulo extático para o nada" (LUKÁCS, 2020, p. 33). Nesse tom, a flutuação de ânimo entre medo e esperança (Spinoza, TTP) mantém os corpos na servidão, conforme mencionado no epígrafe desse texto, o que apazigua a realidade dura de mais de 550 mil mortes e encontra no mito (personificado ou não) uma ilusão geradora de ideias alucinadas, sustentáculos da ausência total da ética numa sociedade cada vez mais atroz, que possui cristalizadas em seu ingenium a violência e a morte. Assim, a superstição, flutuando entre medo e esperança, mantém a normalidade e a ilusão afetiva de que "tudo está bem" ou "é só uma gripezinha", ou ainda "morre quem deve morrer".

Tanto o anti-comunismo de um, quanto o pedantismo quântico de outro, alheios à consciência de classe e mergulhados na superstição e no idealismo subjetivista, colocam o país à beira de um colapso fascista, negando fortemente, por exemplo, o excesso de mortes na pandemia

Com um cenário fúnebre, ambas as visões de mundo contribuem de maneira sem precedentes com o aviltamento da dignidade ontológica do modo humano de permanecer na existência. São, nos dois casos, escapes supersticiosos de uma realidade que pulsa e explicita mortes aos montes. Tomados por falsas ideias que os mantêm na servidão de acreditar no "seja o que Deus quiser", perseveraram em um obscurantismo obstinado, como diz Spinoza no apêndice de Ética I, a partir do qual a vontade de Deus é o asilo da ignorância.

Para Chauí (2011, p. 81), a "servidão é nossa maneira de ser quando estamos literalmente possuídos pela exterioridade cujo nome a filosofia jamais cessou de pronunciar: a caprichosa fortuna". No país em que a morte e a violência são cristalizadas, a superstição toma conta dos corpos brasileiros que flutuam em medo e esperança na luta pelo futuro possível, agarrando-se ao primeiro golpe de sorte que lhes seja oferecido.

Ambas as visões da realidade mantêm a segurança passiva – para uns estão salvando o Brasil do comunismo, para outros a evolução do planeta está acontecendo. Então, assim, perguntamos: à custa de quem e do quê? O pandemônio não está apenas matando corpos, mas também memórias e futuros diversos. Para o filósofo holandês, o corpo é memorioso (E II, Prop 18) porque guarda marcas de afetações vivenciadas. Por isso, a morte em excesso também é um memoricídio, porque quando se morre o corpo, a memória também se perde. E assim destacamos que as milhares de perdas pela covid-19 são um genocídio e um memoricídio a um só tempo.

As memórias dos que se foram não serão repassadas para os demais e com isso vemos a orfandade de enlutamento de brasileiros diariamente. Orfandade do corpo, da memória e do futuro possível. Mas, o que irá reverberar, então, nos corpos memoriosos daqueles que permanecerem na existência após essa crise? Somos orfãos de um presente e futuro encontro com aqueles que se foram.

Eduardo Galeano conta que a utopia serve para caminhar, pois sempre está no horizonte. Se assim for, parece-nos que precisamos mais que nunca, persegui-la. Porém, em um país em que a morte é banalizada e justificada, não nos cabe, nesse momento, sonhar... mas sim nos solidarizar e humanizar pelas vidas que se foram nessa pandemia.

Desejamos a todos que perderam seus entes queridos que a saudade da falta, nas palavras de Freire, encontre o calor do cuidado.

Flávia Roberta Busarello

Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP, realizou período sanduíche na Universidad de Salamanca/Espanha em tempos de pandemia, com financiamento da CAPES/PDSE/2019. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Trabalha com pesquisa ação-participante e acredita em uma psicologia para a transformação social

Lívia Maria Camilo dos Santos

Professora substituta do IPS UFBA. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com período sanduíche na Universidade de Lisboa (2018-2019). Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (2015). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2008)

Sobre Thanatus e o reino de Hades: qualquer semelhança com nossa realidade não é mera coincidência!

A proposta deste texto é expressar a angústia, o medo, o desamparo e a dor que nós estamos vivenciando (e que ainda iremos vivenciar por algum tempo) em virtude do contexto pandêmico e seus desdobramentos. Em especial, pela vivência da morte em larga escala e em nível global. É, sem dúvida, uma experiência sentida por todos que habitam este planeta, embora elaborada de forma singular.

Para escapar aos rancores em profusão, para não sucumbir à tristeza ou para não tornar ainda mais ácida a atmosfera, resolvi apelar para o reino mitológico. Talvez tentando buscar nele elementos de nosso imaginário coletivo que pudessem suavizar a narrativa, sem mascarar a realidade aviltante.

Entender os mitos e deuses que habitam o imaginário coletivo nos ajuda a identificar as formas como explicamos o mundo e a nós mesmos, nas mais diversas culturas, e como essas ideias atravessam nossa organização sócio-política, ainda que revestidas por outros vernizes dentro dos particulares tempos históricos.

Tomo como personagem Thanatus, a personificação da morte na mitologia grega. Primeiro porque a civilização ocidental, pela qual somos colonizados, traz a cultura greco-romana como referência nessa produção; segundo porque a morte em larga escala (ou morte em excesso) nos obriga a (re)pensar relações, entre humanos, e entre humanos e outros corpos em convivência.

Como dito anteriormente, na mitologia grega Thanatos é a personificação da morte. Seu nome é transliterado em latim como Thanatus e seu equivalente na mitologia romana é Mors ou Letus (Letum). É irmão gêmeo de Hípnos, a personificação do sono.

Thanatos é filho, sem pai, de Nix, a noite, filha do Caos, ou, segundo outras versões, filho de Nix e Érebo, a noite eterna do Hades. Thanatos é a personificação da morte, que nascido em 21 de agosto, tinha essa data como o dia preferido para arrebatatar as vidas (BULFINCH, 2000, p.75).

Ainda segundo Bulfinch (2000), Thanatus é representado por uma nuvem prateada que arrebatava a vida dos mortais. Também foi representado como um homem de cabelos e olhos prateados que tinha o coração de ferro e as entranhas de bronze, ou seja, impossível para um mortal atingir suas partes mais sensíveis.

Ele, no entanto, não tinha autonomia para ceifar a vida de quem desejasse. A sentença de morte era decidida por uma espécie de conselho de deuses e ordenada por Hades, o deus do mundo inferior. Cabia a Thanatus apenas executar a tarefa, sem questioná-la!

Temos aqui um primeiro ponto de inflexão na curva que delineamos entre mitologia e realidade: a ordenação da morte. A quem ou a que caberia, em nosso mundo cambaleante, ordenar a morte em larga escala? A quem Thanatus obedece? Escuto de uma boa parte de pessoas alguns comentários que tentam responder a essas perguntas tendo como ideia reguladora o "castigo dos Deuses" pela forma como estamos desrespeitando normas sociais, sejam aquelas religiosas, jurídicas, políticas, heteronormativas, de relação entre as classes ou etnias.... ou ainda, estamos vivendo o castigo pelo pecado de desrespeitar a "ordem natural das coisas". Mas, de que "ordem natural" falamos?

Penso que a ordem natural possível de ser afirmada em nosso mundo permeado pela diversidade de corpos, pela nossa capacidade inventiva e pela necessária (com) vivência entre todos os seres é o nosso desejo imanente de auto regulação e expansão de nossos corpos/potências (Spinoza, EI). Neste sentido, naturalizar qualquer relação de poder que abate, fere, mata esses possíveis é CONTRA a "ordem natural das coisas".

Por isso, de minha parte, considero interessante pensar sobre a real existência de um "conselho" (tal qual o conselho presidido por Hades) que decidiu se apropriar de toda riqueza natural e também daquela produzida pelo homem, seja material e/ou imaterial, para se tornarem cada vez mais ricos e poderosos. Para ter esse poder de dominação o pequeno grupo que forma o "conselho" precisa manter viva uma besta violenta e fria que se alimenta de tristeza, sofrimento e morte. Essa besta é o capital e Thanatus, a morte, seu enviado! Como nos lembra Marx (1986, p. 24): "se o dinheiro vem ao mundo com uma mancha congênita de sangue em uma de suas faces, o capital vem pingando por todos os poros sangue e lama".

Em nova roupagem, "o processo de produção destrutiva do capital" (MEZSÁROS, 1989) submete modos de existência a efeitos da exploração desmedida do corpo terrestre pela eficiência da técnica; esfacela vínculos humanos e concentra poder e dinheiro nas mãos de poucos, em escala global. Assim, a árdua tarefa de Thanatus não se configura como processo de expiação de culpa, mas como projeto dos "Deuses" para se manterem no topo da cadeia social e abarrotar seus cofres de descartáveis. Estamos, pois, sob o domínio do conselho, da besta e da ameaça de morte!

A esse respeito podemos ainda recorrer a noção de capitalismo do desastre de Naomi Klein (2000). A autora nos chama atenção para o processo de obtenção de lucro e acumulação do capital produzido no/pelos desastres, em especial, os desastres socioambientais. Quem lucra com a derrubada de florestas e matas? Quem lucra com a queimada do pantanal? A morte do Rio Doce? O envenenamento de solos e lençóis de água? A fabricação de armas e guerras? O tráfico de animais? Quem lucra com as mortes e com a sobrevida dos afetados pelo SARS-CoV-2? Como afirma Klein (2000, p. 73): "[...] a suposição mais fundamental e acalentada da história oficial é a de que o triunfo do capitalismo desregulado nasceu da liberdade de que mercados não-regulados caminham passo a passo com a democracia". Ou seja, a narrativa e as doutrinas neoliberais nos fazem desenvolver a "ideia inadequada" de que estamos livres da besta na servidão.

Um segundo ponto de inflexão: a morte não é democrática ou imparcial! Thanatus obedece a ordem dominante. De fato, não morremos apenas de causas puramente biológicas, mas também em decorrência da violência, da fome, da falta de assistência, de dinheiro, de conhecimento, de acesso a serviços públicos e de bons encontros, bem como pela corrupção e a ganância, que resultam quase sempre em falta de ar, de água e de terra.

Centenas de milhares de mortes poderiam ser evitadas ao longo dos séculos que nos constituem. Mas, para atualizar a afirmação, tomemos como cenário o atual contexto pandêmico no Brasil e veremos que é a população pobre, trabalhadora e preta o segmento populacional mais atingido por óbitos resultantes da infecção pelo SARS-CoV-2 (IBGE, 2020).

A pandemia, no entanto, só acelerou e ampliou a tarefa de Thanatus. É esse mesmo segmento quem, historicamente, vai para o sacrifício junto com animais, plantas, mares, rios e outros modos de existência "inferiores" ou "recursos naturais", que se supõe serem inesgotáveis. É essa dinâmica produtora de morte uma das responsáveis pela tragédia anunciada que vivemos.

A história mitológica de Thanatus, no entanto, mostra que um dia ele e Hades (seu senhor) foram enganados duas vezes pela astúcia de um rei, um mortal: Sísifo. Isso foi possível porque Sísifo conhecia a existência do conselho e suas regras. Este é um terceiro ponto de inflexão: conhecer as ideias e movimentos que regulam a dinâmica da vida em sociedade é um imperativo para evitar a morte de muitos modos de existência.

Creio que esse momento em que vivemos é a tempestade perfeita para empreendermos esforços no sentido de promover espaços de (re) elaboração de nosso "Com Viver". Ao ameaçar o princípio do equilíbrio de forças, as ações da besta promovem movimentos, ideias e afetos desintegradores e letais que nos submetem a morte.

Não apenas a morte eterna, mas a insistente e dilacerante dor da morte em vida! Todavia, esse desequilíbrio também pode promover a composição de corpos políticos mais fortes e decididos a matar a besta e estabelecer novas formas de relações na direção do "Bem Viver" se reconhecerem a face autoritária, injusta e letal do "conselho dos deuses" e a forma como alimentam a besta, ordenando a morte.

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Psicóloga e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora
Adjunta da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPar).
Membro do NEXIN. Atua em psicologia comunitária e saúde coletiva. Suas
pesquisas tratam de desigualdade e intervenção psicossocial.

Banalização da vida: a sindemia do idadismo

"Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130. Não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar"[1]. Esta fala, nenhum pouco polida ou respeitosa, foi dita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião do Conselho de Saúde Complementar. Engajado na construção de um discurso higienista, responsabilizou o aumento da expectativa de vida - evento da longevidade - pela derrocada da gestão pública. "O Estado quebrou", declarou o ministro, que beira seus 72 anos e parece ameaçado pelo "absurdo" direito e projeto de vida do ser humano: as pessoas querem viver mais. Dentro da narrativa higienista que passa pelo idadismo e dialoga com a lógica eugenista, aparentemente o quesito que o separa das demais pessoas idosas é sua condição de classe social privilegiada. Além de querer mascarar o real déficit de governança e adaptabilidade do sistema ante necessidades da população, sua fala é antagônica às leis, diretrizes e estatutos que versam sobre os direitos das pessoas idosas.

Já no início de 2020, em abril, o ministro da Saúde da vez, Nelson Teich, polemizou com uma declaração[2] onde colocava em xeque o investimento que deveria ser comprometido para salvar a vida de pessoas idosas e a vida de pessoas jovens, sendo necessário fazer escolhas de acordo com a limitação financeira da área da Saúde, já que esforços em tratamento e recuperação de idosos poderiam ser mais onerosos que o empenho para salvar a vida de jovens. Numa ironia semântica da vida virtual, o vídeo "viralizou" nas redes, assim como todos os outros discursos incompatíveis com o direito à vida, direcionando nossos questionamentos sobre qual seria a face do verdadeiro vírus: aquele que, detentor da ação mais devastadora, determina à população condições inóspitas e insalubres de vida e possui o poder de escolha para decidir quem morre e quem vive.

[1] <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-estado-quebrou-e-que-vai-ser-impossivel-atender-demanda-crescente-na-saude.ghtml>

[2] <https://www.cartacapital.com.br/politica/teich-ja-sugeriu-que-salvar-idoso-em-vez-de-jovem-e-mais-carro-a-saude/>

Criticada e repudiada principalmente por entidades e movimentos de proteção e luta pelos direitos das pessoas idosas, os sentidos que compõem esta narrativa fazem parte da racionalidade capitalista que historicamente enreda intersubjetividades e dá corpo ao pensar, sentir e agir social. Nem todos estão de acordo com essa lógica, ainda assim ela produz e reproduz a malha social do preconceito, da inclusão perversa e do descarte. Irrefletida ou refletidamente, a práxis ganhou força nos últimos tempos. "Eu me preocupo com todas as vidas! Mas as vidas daqueles que viveram menos me preocupam mais. Aliás, penso que já estejamos no momento de estabelecer claramente regras para priorizar o uso dos recursos disponíveis: leitos, respiradores, etc." [3]. Esta foi a tétrica fala da deputada Janaína Paschoal nas redes sociais, um manifesto flerte com o geronticídio e a necropolítica.

Lamentavelmente o idadismo, ageísmo, estarismo, velhofobia está "em alta". Essas são algumas denominações dadas a preconceito, discriminação e exclusão de pessoas por sua idade. É "curioso" quando constatamos que a negação do humano histórico-social e seu processo de livre envelhecimento é a própria negação de si mesmo enquanto futuros idosos ou mesmo como indivíduos que já vivenciam esse processo, mas não se enxergam nele. A cultura do descarte, do antienvelhecimento, do que é considerado velho e improdutivo, além daquilo que impede o pleno funcionamento da máquina do capital, é constituída a partir de interesses dominantes, ao mesmo tempo que inclui o sujeito no frenético andamento da sociedade. Tudo sob o manto da ideia de cidadania, força de trabalho e construção de um país melhor.

Comumente, quando a criança passa ao momento da adolescência e o adolescente para o momento adulto, isto é considerado como desenvolvimento do ser humano. Mas quando o adulto passa a viver o momento convencionalizado como terceira idade ou velhice, este processo deixa de ser visto como desenvolvimento e ganha estigmas de perspectiva unilateral biologicista relacionada a perda, declínio, queda ou mesmo incapacidade.

[3]<https://revistaforum.com.br/noticias/vidas-idosas-importam-movimento-repudia-fala-de-janaina-paschoal-e-diz-que-e-geronticidio/#>

"Ao passo que não é num instante que ficamos velhos, quando jovens, não pensamos [...], que já somos habitados pela nossa futura velhice: ela está separada de nós por um tempo tão longo, que aos nossos olhos, confunde-se com a eternidade [...]" (BEAUVOIR, 2018, p. 10).

Assim como o fosso das desigualdades e seus desdobramentos foram desvelados e acentuados pela pandemia, também os estereótipos sobre envelhecimento e pessoas idosas se intensificaram ante esta crise sanitária que se transformou em colapso político no país. A desvalorização da vida experienciada nessa conjuntura social incidiu severamente sobre essa parte da população, ativos ou não, pessoas acima dos 60 anos sofreram com afecções geradas pela cultura do descarte, discursos e ações que percorreram pela contramão da potencialização da vida, concretizando no cotidiano pandêmico potências de padecimento.

"Esse tipo de discurso já existia antes da pandemia: os velhos são considerados inúteis, desnecessários e invisíveis. Mas agora está mais evidente. Políticos, empresários e até o Presidente da República já vieram a público dar declarações 'velhofóbicas'" (GOLDENBERG, 2020).

A pandemia, enquanto relações desequilibradas do ser humano com o meio e entre si, nunca deixou de ser uma crise política, historicamente o modo de organização social é determinante para o surgimento de crises sanitárias pelo mundo, no caso da covid-19 não foi diferente, "um vírus despertado pela depredação imposta ao ambiente, pela cobiça capitalista, espalhando-se no mundo pelas mãos da desigualdade social" (SAWAIA, 2020, p. 11). No Brasil o contexto de instabilidades e precariedades já existentes se tornou um "campo minado" para a maioria da população ante ações - ou a ausência destas - de uma conjuntura política colapsada, um cenário de guerra onde a vida perde seu valor, virando objeto de manobra política e garantia mercantil do sistema.

O fenômeno pandêmico que se tornou sindemia colocou em evidência a face de uma sociedade e de um governo que, atuando sobre o pano de fundo das desigualdades, revelam-se segregadores e hostis, ora por meio da satirização da covid-19, dos idosos e das pessoas que mais sofrem com ela, ora no disparo de discursos ostensivos e higienistas que minimizam e banalizam o sofrimento de toda uma população. É sob este tipo de perspectiva que vivem as pessoas idosas nesses tempos de necropolítica, objetificadas paradoxalmente como "coisa" velha e ao mesmo tempo infantilizados, considerados sem produtividade, tais e quais pessoas na iminência da finitude. São vistos os idosos ainda como portadores da figura da morte, relegados à classificação do mais fraco na espécie humana, que por força da natureza cede vez e espaço aos mais novos - estes balizados como os mais fortes.

Esse tipo de discurso incutido nas práticas das diversas mídias, governo e sociedade - de maneira velada ou ostensiva - carrega além de outros agravantes, a lógica da sobrevivência do mais forte, daquele que foi "escolhido" pela natureza ou pela divindade para perpetuar a espécie. Por meio de lógicas como essa, a morte de milhões de pessoas, em especial de idosos, ganha legitimação e aceitação na sociedade, fazendo parte da subjetividade concretizada em ações do cotidiano, tido como normal ou "novo normal", termos que já indicam a padronização de racionalidades moralizadoras e normatizadoras da vida em tecimento, como a naturalização da morte que exclui do movimento da vida todo contexto afetivo, relacional e social.

Na sindemia, é impossível descolar o cenário político vigente no país - e seu desempenho junto à pandemia - da afetividade sofrida pelas pessoas. Seguindo reflexões de Sawaia sobre o sofrimento ético-político, pensamos que o idadismo, como parte da construção subjetiva do sujeito, torna-se ameaça à existência, uma força de padecimento que "cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação" (2009, p. 369).

Em congruência com pressupostos de um projeto capitalista neoliberal, contabilizaram-se as "mortes biológicas", mas virou-se as costas para a morte da totalidade do indivíduo, e a não existência também é uma de suas faces, gerada na inclusão perversa, nas condições precárias de vida, no desamparo, na humilhação e no abandono. Estes são modos reais de morte, uma violência silenciosa (ou não), pulverizada no comum do dia a dia, naturalizando-se e legitimando-se cada vez mais.

Com efeito, no período pandêmico as vidas mais subtraídas dentro da lógica hegemônica neoliberal, que alimenta o idadismo, foram as vidas idosas, as quais "pagaram o alto preço": com a subjetividade que compõe seus corpos e, simultaneamente, com seus corpos que sofrem afecções constituintes e modificadoras da subjetividade, ou ainda que perecem como vítimas fatais sob ação de um vírus que é político. "Esse pânico não é só físico, mas também simbólico. Perdemos valor para a sociedade ao envelhecermos. Tanto valor que nos tornamos descartáveis [...] podemos morrer para 'salvar a economia' [...] os velhos vão morrer 'mais cedo ou mais tarde'" (GOLDENBERG, 2020).

O discurso depreciador da vida idosa, junto à postura de governantes que se eximiram da responsabilidade sociopolítica, criou um cenário conflituoso de interesses e embates políticos, inclusive entre sujeitos de ideologias semelhantes, que buscaram medir força e poder via afrontas verbais e estratégias de politicagem. Essa atmosfera bélica de manipulação da vida é geradora de um sofrer profundo, especialmente para as pessoas idosas. É um sofrimento ético e político. Está engendrado nas desigualdades sociais e no modo como estas são administradas a partir de interesses dominantes, obtendo como resposta afetiva o padecimento e a diminuição da potência de vida.

Conforme elucidada Sawaia, os afetos se dão como radar ético-político do sujeito e não há vida relacional ausente de emoção.

"Estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o 'cuidado' que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des)compromisso com o sofrimento do homem" (SAWAIA, 2001, p. 99). A dialética exclusão/inclusão - ou inclusão perversa - deprecia a pessoa idosa não somente em sua visibilidade social, mas antes em sua potência de ação, especialmente na relação com o Estado quando este destitui de idosos a condição de ser humano em movimento, histórico e social, sob justificativa da improdutividade. O colapso na saúde e a polarização do cenário político em detrimento da vida traduzem com maestria essa realidade.

O não reconhecimento e a não admissão desse sujeito por via do Estado endossa e legitima o preconceito estrutural e a negação de determinados grupos de pessoas, como as pessoas com mais de 60 anos, anulando institucionalmente a possibilidade de interações igualitárias entre sujeitos na sociedade. Essa negação já instaurada no contexto social revela o não "saber-se" no outro, em especial no mais velho, tornando-se dentro do cotidiano rotineiro um exercício replicante e irrefletido.

Um exercício que nega "naturalmente" a si mesmo e aos seus próprios direitos, pois o direito de um deve ainda passar pelo reconhecimento do direito de todos. A prática do não reconhecimento pode inferir no próprio saber da pessoa idosa, que passa a não se reconhecer enquanto sujeito de direitos - sem que este esteja atrelado à lógica da meritocracia - e não se saber ou não se reconhecer como sujeito dotado de potência para transformar realidades, como ser humano que é produto da sociedade, mas que também a produz na dialeticidade:

Diante da imagem que os velhos nos propõem de nosso futuro, permanecemos incrédulos; [...] não será mais a nossa pessoa quando aquilo acontecer. Antes que se abata sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros. Assim, pode-se compreender que a sociedade consiga impedir-nos de ver nos velhos nossos semelhantes (BEAUVOIR, 2018, p. 11).

Considerando que as desigualdades sofridas pelos jovens de hoje serão - mesmo que em outros moldes - as desigualdades enfrentadas quando forem os idosos de amanhã, vale ressaltar que políticas direcionadas a pessoas idosas, juntamente com o contexto de desequilíbrio e discrepância do país, tornam-se insatisfatórias em suprir necessidades de emancipação, realização, humanização e cidadania dos indivíduos.

De modo que há sempre uma lacuna de insuficiência entre as políticas redigidas e a realidade de vida do sujeito. A segurança e as condições de vida, que deveriam passar pela via do Estado, foram precarizadas na pandemia, quando, em isolamento, condições socioeconômicas e preconceito se combinaram em um calamitoso contexto de luta pela sobrevivência. Quando a "mão" do Estado já não alcança com eficácia seus idosos e não lhes confere o esteio necessário para reconhecimento, aceitação, amparo e possibilidades participativas no convívio social, o que lhes resta é a responsabilização e a culpabilização por sua própria situação em sociedade.

A maneira como a sociedade e seus governantes compreendem o processo de envelhecimento alimenta um modo de sociabilidade seletivo, excludente daqueles que são mais velhos. Esta é a sociabilidade do capital. Nesses tempos de sindemia, assistimos atônitos e despreparados a preciosidades sendo levadas de nós: vidas, alegrias e existências que se tecem nas relações do dia a dia, sem ao menos poder nos despedir, sem tempo para emergir, tomar fôlego, fortalecer-se e seguir.

A vida é um projeto constante para o ser humano, que vivencia e elabora no presente - em movimento historicamente dialético - a constituição de uma singularidade composta por sua história passada e matizada pelo projeto futuro de Ser, o que ratifica a todo sujeito, em qualquer momento da vida, sua condição de desenvolvimento relacional com os outros, com as coisas do mundo e consigo mesmo, sendo por isso um sujeito da ordem do vir-à-ser, do devir.

Diante da banalização da vida, a rejeição das vidas idosas lesa o indivíduo no que diz respeito a direitos humanos e direitos específicos, assim como na experiência singular do desenvolvimento constante que ocorre na relação estabelecida com o meio. Por ainda se saberem sujeitos em movimento, sentem na pele que há muita vida a ser vivida e muito a ser construído. Se na lógica do idadismo o ser humano possui "prazo de validade", para essas pessoas esse prazo não expirou.

Mesmo assim, elas sentem o abandono e a rejeição dentro de uma formação societária e governamental da qual também fazem parte. Mas incluídas perversamente elas são colocadas à margem da existência, como peso morto aos cofres públicos, como gasto e jamais investimento.

Carla de Almeida Vitória
Psicóloga, mestranda em Psicologia Social
pela PUC-SP. Integrante do NEXIN

O vazio das mortes: uma reflexão sobre a compaixão na necropolítica, sociedade neoliberal e do cansaço

Este presente ensaio teve por objetivo oferecer uma análise possível sobre a situação do Brasil durante a pandemia relativa às mortes pelo novo coronavírus durante os anos de 2020 até a data presente deste texto em 08/2021, e os discursos recorrentes de negação e desprezo destas mortes por parte da população e do poder político.

A partir de uma entrevista do filósofo Achille Mbembe, realizamos uma reflexão através da convergência de uma série de análises de diversos autores sobre o tipo de sociedade na qual vivemos, como o poder político funciona nela, que afetos circulam e quais subjetividades são produzidas, buscando compreender qual o lugar que a morte ocupa em nossa sociedade e nossa relação com os mortos dessa pandemia.

Desde o início, existiram discursos e ações negacionistas em relação à pandemia provocada pela covid-19 no mundo e no Brasil em relação à gravidade da doença, sua mortalidade e expansão, principalmente em solo nacional, tivemos diversas notícias de desinformação que espalharam boatos com o objetivo de minimizar e desprezar o perigo do vírus e as mortes decorridas delas, como as notícias nas redes sociais de que estariam sendo enterrados caixões vazios para aumentar as estatísticas[1], bem como falas negacionistas por parte do poder público ainda no primeiro ano da pandemia[2].

Chamaremos esta situação de "esvaziamento da compaixão" no tocante às mortes de milhares de pessoas em decorrência da covid-19, e, por extensão, de outras tantas mortes da população negra, comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, mulheres e populações em vulnerabilidade social. Achille Mbembe (2021) em sua entrevista para a FLUP Literária do RJ

[1] <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52584458>

[2] <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>

em 11/2020[3], apresenta diversos elementos de sua visão sobre o estado da situação atual do mundo contemporâneo. Em um dado momento, a entrevistadora o questiona sobre o motivo de algumas mortes da população negra provocarem mais comoção do que outras, ou, como em muitos casos, são ignoradas ou recebem desprezo.

Ao falar sobre a morte de George Floyd em 2020, jovem negro norte americano que foi morto através de asfixia por um policial racista, Mbembe diz que sua morte é um "escândalo contra o bom senso" por demonstrar, da maneira mais cruel, a falta do que ele denomina compaixão, isto é, a capacidade de um ser humano responder a um apelo de socorro do outro. O escândalo se dá, segundo ele, porque a compaixão seria um possível critério definidor daquilo que é ser humano, enquanto ser individual e social.

A partir desta fala, a apresentadora faz a pergunta sobre a razão de algumas mortes causarem uma repercussão maior mundialmente e outras permanecerem totalmente anônimas, uma causa importante, dirá Mbembe que, para ser possível que uma morte causada por homicídio afrontando ao bom senso transcenda a si mesma e afete outras pessoas, é preciso que haja uma comunidade que reconheça nesta morte este mesmo escândalo contra bom senso e dê um sentido simbólico de uma vida destruída a partir da violação de certos pressupostos morais e culturais, o que deixa a resposta do filósofo ainda mais instigante e reflexiva, é que a entrevistadora faz uma comparação entre as mortes de George Floyd, Marielle Franco e Claudia Silva, sobre o que haveria de tão intolerável em algumas mortes e outras não.

Acreditamos que Mbembe oferece uma explicação que não somente se refere à todo o processo de genocídio do povo negro, mas também para outras vidas e corpos, a partir do seu conceito de necropolítica que considera determinadas vidas e corpos como matáveis e descartáveis, e, ao final da sua fala, oferece um critério para uma definição do que seria ser humano. Podemos inferir a partir de sua fala pela pergunta da entrevistadora: haveria a falta de uma comunidade no Brasil que dê este sentido simbólico do genocídio do povo

negro, assim como de outros grupos sociais? E poderíamos estender isso também para as milhares de vítimas do coronavírus em meio a ações e discursos negacionistas em relação à pandemia, à morte provocada pelo vírus, aos mortos, à ciência e produção de vacinas?

Em primeiro lugar, devemos pensar sobre o lugar que a morte ocupa no mundo ocidental hoje. Para o historiador Phillipe Ariès (2003), teria existido um progressivo deslocamento do sexo enquanto tabu para a morte na sociedade ocidental. Já para Michel Foucault (2005), a questão da morte passa pela questão das tecnologias de poder. Para ele, a morte tornou-se privada e escondida não por um deslocamento de angústia, tabu ou repressão, mas por uma mudança nas tecnologias de poder, isto é, para o filósofo francês, aquilo que conferia à morte um destaque era o fato de estar diretamente ligada à sociedade de soberania, que detinha o direito de poder fazer morrer ou deixar viver, isto é, o poder soberano era aquele poder dramático, absoluto e espetacular que decidia mais sobre a morte do que a vida de seus súditos. Era também um processo ritualístico de transferência deste mesmo poder entre soberanos, o da terra e o divino e, por fim, um poder de arbitrar e julgar a vida e a morte no âmbito público e civil.

A sociedade de soberania será suplantada por novas tecnologias de poder da sociedade disciplinar que irá se instalar a partir do final do século XVII e ao longo do século XVIII. Aquele poder espetacular do soberano dará lugar a uma nova racionalidade e economia política a partir das técnicas de controle sobre o corpo, os comportamentos e gestos, o panoptismo, marcado pela vigilância, controle e correção. Será o novo circuito de micropoderes que funcionará a partir das instituições disciplinares que funcionarão em paralelo ao Estado. Os mecanismos de poder agora funcionam na produção do sujeito disciplinado e docilizado pelas técnicas disciplinares.

Durante a segunda metade do século XVIII em diante, Foucault dirá que uma nova tecnologia de poder irá surgir, não mais disciplinar, e que será a biopolítica.

Esta nova tecnologia de poder não exclui a disciplina, mas a integra e absorve na nova tecnologia de poder que será agora centrada no corpo espécie da população. O foco da biopolítica será o prolongamento e maximização da vida, a disciplina é uma anátomo-política centrada no corpo, a biopolítica será uma tecnologia de regulamentação da vida da espécie humana. De um lado corpo, disciplina e instituições e, do outro, população, processos biológicos e mecanismos regulamentadores.

Enquanto o soberano detinha o poder de fazer morrer e deixar viver, agora a biopolítica será aquela que faz viver e deixa morrer, e aqui entrará a questão da morte que há pouco mencionamos, sobre o seu progressivo desaparecimento. É que pelo funcionamento dessa nova tecnologia de poder o foco passa ser a vida, conseqüentemente, a saúde passa a ser o alvo de intervenção para controlar, corrigir, melhorar e mesmo eliminar diversos problemas, a morte estará no limite do próprio próprio poder, escapará dele[4].

Porém, Foucault irá evidenciar um paradoxo: como uma sociedade baseada na racionalidade política do biopoder, que irá elaborar toda uma série de regulamentação para promover a saúde e longevidade, eliminar a mortalidade e doenças, entre outras ações, é, também, uma sociedade e um poder que é capaz de realizar genocídios, tais como os vistos durante os séculos XX? Foucault dirá que o centro de funcionamento do biopoder será o racismo de Estado, o racismo que irá estabelecer critérios para um corte entre purezas e impurezas biológicas de raça, entre aquelas que devem ser preservadas e aquelas que devem ser eliminadas. Sendo assim, ao mesmo tempo que a biopolítica tem como foco a vida da população tem também a morte se exercendo.

[4] "Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito do privado do que há de mais privado. Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e se ensimesma, de certo morto, em sua parte mais privada. O poder já não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado." (FOUCAULT, 2005, pgs.295-296)

O conceito de biopolítica, todavia, para Mbembe (2018), não é mais suficiente para dar conta e explicar o funcionamento do poder na atualidade. Para o filósofo e historiador camaronês, a forma de poder contemporâneo elevou a uma escala e magnitude gigantescas a capacidade de matar, naquilo que ele chamará de destruição de mundos e criação de zonas de morte e a produção da existências de mortos-vivos. A essa nova forma de poder com tamanha destruição, ele dá o nome de necropolítica, a política de morte que, pela base do racismo, escravagismo e colonialismo, agora ampliados, define aqueles que devem ou não serem descartados, portanto, racismo este que amplia a lógica colonialista para todos os corpos e vidas.

Junto com a necropolítica, temos o que, para Dardot e Laval (2016), se trata de um novo ethos, isto é, uma nova modalidade de existência, o neoliberalismo, que produz o homem empreendedor de si, aquele que vê a si mesmo como uma empresa a ser autogerida e, por isso mesmo, autossuficiente. Para estes autores, o neoliberalismo produz um novo tipo de sujeito, através desse novo ethos e uma série de novos dispositivos de controle, que é totalmente centrado no eu e na valorização de uma "ética guerreira", do combate e da força.

O que define o neoliberalismo?[5] Uma lógica da competição - para o sujeito neoliberal, inserido em um mercado de trabalho que ofereceria a ele uma multiplicidade de oportunidades a qual ele, sozinho, deve ser capaz de aproveitar para alcançar o sucesso desejado à todo custo, ele deve ver todos os outros sujeitos como empresas concorrentes, a lógica da competição é a mesma lógica de funcionamento do empresariado e do capital, na disputa, absorção e mesmo eliminação da concorrência, para que uma empresa possa sair vitória, toda relação social absolutiza-se e, conseqüentemente, reduz-se à competição entre sujeitos-empresas. Ora, esse novo ethos que passa a estabelecer-se nas relações sociais exige de cada sujeito-empresa uma certa ascese sobre si mesmo, um trabalho de si sobre si para tornar-se competitivo diante das exigências do mercado.

[5] Ver especificamente o subcapítulo 9, "A fábrica do sujeito neoliberal", do livro citado de Dardot e Laval (2017)

Assim, é preciso que ele seja capaz de gerir as competências necessárias para obter os resultados almejados e, nesta forma de existência, o outro é visto sempre como uma empresa concorrente que precisa ser deixada para trás, superada ou até mesmo destruída como potencial impeditivo. O foco acaba poder ser o sujeito-empresa de forma individual na sua busca de aprimoramento pessoal através de aquisições de competências e habilidades para ser competitivo no mercado de trabalho e se destacar.

Esse novo ethos de uma sociedade neoliberal acaba por gerar uma precarização muito grande do trabalho, em que o discurso e as formas de trabalhos são destituídas de garantias e direitos básicos, o discurso do empreendedorismo da conquista do sucesso de forma individual provoca uma série de conflitos internos e mesmo transtornos de saúde física e mental.

A sociedade do cansaço, elaborada pelo filósofo sul coreano Byung Chul Han (2015), pode ser considerada como o estado atual da situação social, que tem como produção sujeitos fracassados e depressivos. Esta sociedade focaliza na maximização do desempenho do próprio eu, existe uma pura positividade do poder concentrado neste eu para eliminar toda e qualquer possível fraqueza e limitação, na busca da realização plena do próprio desempenho em qualquer atividade e área da vida.

Enquanto que na sociedade disciplinar existiria, para Han, um poder negativo e do dever, que produzia os loucos e delinquentes, na sociedade atual o poder é pura positividade, gerando uma hiperatividade e hiperatenção de um sujeito que necessita apreender tudo ao seu redor, estar sempre em movimento, onde “inovação”, “projeto”, “criatividade”, “motivação”, entre outros termos, são palavras de ordem, e, necessariamente, isto passa por um processo totalmente individual e do próprio sujeito, portanto, todo sucesso ou fracasso será considerado uma vitória ou derrota puramente pessoal, independentemente de aspectos sociais, políticos, psicológicos, etc, tal como para o sujeito-empresa, visto que ambas análises tomam a sociedade neoliberal como objeto principal.

São sujeitos de desempenho e de produção em busca incessante pela iniciativa e flexibilidade de si mesmos, e, novamente, tal como o sujeito-empresa, há toda uma ascese envolvendo este eu, a tal ponto que existe uma pressão pelo desempenho e na qual o sujeito passa a se sujeitar não mais apenas a um poder externo, mas a uma perpétua cobrança interna que incorra numa exploração de si mesmo sem limites.

O sentimento de fracasso é, então, experimentado como insuficiência e a depressão, como reconhecimento de um vazio que não foi preenchido pelos objetivos e metas, o fracasso e a depressão são sempre um sentimento de um cansaço solitário e individual, esta sociedade do cansaço e do desempenho isola definitivamente todos os sujeitos. A partir do que foi apresentado até agora, podemos nos perguntar: qual a relação entre a morte e necropolítica, com a sociedade neoliberal do sujeito-empresa e a sociedade do cansaço e desempenho? E como isto se relaciona à questão da compaixão e comunidade?

Pensamos que a necropolítica traz um estado de insegurança constante na criação de inimigos, do terror, em uma nova forma de racismo que abrange todos os corpos e vidas, a sociedade de inimizade[6] no interior da necropolítica promove um estado de exceção, de guerra e sobrevivência em relação a um outro estrangeiro e/ou estranho que é sempre potencialmente um inimigo, ou mesmo já concretamente colocado como inimigo a ser destruído para manutenção de ordem, paz e segurança, assim, a morte se torna vetor principal de funcionamento do poder político contemporâneo a partir do racismo, escravagismo e colonialismo citados anteriormente.

Dentro deste cenário do poder político, a sociedade neoliberal estaria intrinsecamente ligada ao funcionamento do necropoder, não somente pelas políticas implementadas no campo econômico e social, mas, como vimos, também pelo próprio ethos neoliberal, e aqui gostaríamos de destacar o elemento subjetivo

[6] Indicamos o capítulo “A sociedade de inimizade” de Mbembe (2017), especificamente o subcapítulo “O inimigo, esse Outro que sou eu”, em que o autor reflete sobre a questão do inimigo na política moderna a partir do pensamento de Carl Schmitt.

neoliberal dentro de um dispositivo de controle dos corpos e das vidas: o elemento de transformação dos sujeitos em sujeitos-empresas e de desempenho implica em uma modalidade de existência pela competição, em que a composição para produção de um comum torna-se impraticável, ou seja, o sujeito empreendedor de si tem o outro sempre como concorrente, dessa maneira, o desempenho e o cansaço produzem a depressão e o fracasso aprofundando o isolamento das pessoas.[7]

Com efeito, podemos dizer que a necropolítica funciona a partir dos dispositivos neoliberais e de desempenho, no interior da necropolítica os sujeitos estão apartados uns dos outros, por verem o outro como inimigo e ameaça a ser eliminada, como empresa concorrente e centrados no próprio eu, logo, a circulação de um afeto como a compaixão deixa de existir, já que todas as características citadas anteriormente impossibilitam do reconhecimento do outro como humano, a vida é passível de ser ignorada e desprezada.

Na necropolítica, não existe a possibilidade da comunidade, cada um está isolado em si mesmo, colocado num campo de guerra incessante entre si e diante do poder necropolítico, é um mundo da separação e extermínio[8], logo, a morte do outro só pode ser considerada como uma consequência natural e necessária dentro da lógica de extermínio e sobrevivência dos mais fortes dentro de um sistema de competição entre empresas e eus que se esforçam pelo maior desempenho possível, não há tempo para uma elaboração simbólica da morte do outro, de um luto, simplesmente porque não há reconhecimento do outro em sua humanidade.

[7] “Eles são violência porque destroem qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, sim, inclusive a própria linguagem” (HAN,2005, p. 71).

[8] “Talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja sobretudo o da fantasia da separação e, até, do extermínio. É o tempo dos que não estão juntos, que nada agrega: dos que não estão dispostos a partilhar. A proposta de igualdade universal, que, não há muito tempo, permitia contestar as injustiças substanciais, foi sendo gradualmente substituída pela projecção, muitas vezes violenta, de um “mundo sem” – “o mundo que se desembaraça” dos mulçumanos, que sobrecarregam a cidade, dos negros e de outros estrangeiros, que devem ser deportados, dos terroristas (ou suspeitos disso) que torturamos, pessoalmente ou por procuração, dos judeus que lamentavelmente escaparam às câmaras de gás, dos migrantes que vem de todo o lado, dos refugiados e de todos os naufragos, esses miseráveis cujos corpos estranhamente se assemelham a montes de lixo, processando-se em massa este cadáver humano, na sua decomposição, no seu fedor e podridão” (MBEMBE, 2017, p. 66)

É possível, inclusive, pensar em um elemento biopolítico subjacente à necropolítica, sobretudo na sociedade brasileira, quando existe um discurso naturalizante da sobrevivência do mais forte no apelo à saúde de atleta, de que o vírus é apenas uma gripezinha ou no reforçamento de que a imunização de rebanho seria um procedimento suficiente para resolver a situação independente das mortes decorrentes de tal processo.

Esse entrelaçamento que pensamos ser possível fazer entre necropolítica com sua maquinaria de morte e a criação de inimigos, a sociedade neoliberal e do cansaço, atingem seu apogeu em nossa sociedade por encontrar um solo fértil para crescerem, e este solo fértil se deve ao fato de vivermos em um país no qual existe o mito da não violência.

No Brasil, existe uma tendência a identificar violência com a criminalidade, apesar da violência possuir uma amplitude muito maior de significados, e ela ocorre pela existência do mito da não violência, que foi construído, segundo Chauí (2017), por uma historiografia declarando que a história brasileira foi feita sem movimentos sociais, lutas e reivindicações populares, ocultando que passagens históricas importantes foram realizadas através de golpes de Estado e sufocando a história de diversas revoltas e rebeliões que surgiram ao longo da nossa história. Para a filósofa brasileira, a violência física e a violência simbólica configuram um autoritarismo social da nossa sociedade, por uma série de mecanismos de distinção, jurídico, sociológico e inversão do real.

O mito subsiste apesar de tudo o que a televisão e os meios de comunicação mostram cotidianamente todos os dias da violência sofrida por diversos grupos da sociedade por parte do poder público, pois ele permite continuar a explicar de maneiras a distorcer o funcionamento do autoritarismo social ao ponto de justificá-lo e mesmo a desejá-lo, sendo que essas explicações são elas mesmo violentas, portanto, a estrutura da sociedade brasileira é ela mesma produtora de violência.

Outro elemento, para a filósofa, que contribui para esse autoritarismo social nas suas formas violentas físicas e simbólicas, é a existência da figura elaborada por Sérgio Buarque de Holanda, o homem cordial, que não distingue as fronteiras entre o público e o privado, ou melhor, invade o público com o privado através de aproximações íntimas, recusa dos rituais do público, o “jeitinho” e que conserva heranças da sociedade colonial escravista e hierarquizada, produzindo o que ela chamará de “micropoderes despóticos” na sociedade brasileira. A partir disso, podemos dizer que necropolítica, ethos neoliberal e sociedade do cansaço e desempenho, juntamente com o mito da não violência e o cordialismo como fundantes da sociedade brasileira, promovem e potencializam em larga escala o que a necropolítica já produz na sua maquinaria de morte: uma isenção de responsabilidade sobre a morte do outro [9], ela não é apenas desprezada e descartada, como tampouco há uma busca de reparação, uma tentativa de responsabilidade ou justiça sobre qualquer morte por parte do poder político ou de de outros cidadãos.

Todos as características dos nossos tempos e nossa sociedade levam, portanto, a um esvaziamento e circulação afetiva da compaixão e a inviabilização geral de construção de uma comunidade tal como pensada por Mbembe, na produção de um comum e de um reconhecimento do valor da vida e da morte, seja na compaixão dos que sofrem, seja no reconhecimento simbólico das mortes que poderiam ter sido evitadas.

Thiago da Silva Prada
Doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP. Professor, escritor e psicólogo. Contato: entredesevermes@gmail.com

[9] "Nestas modalidades, mais ou menos móveis e segmentárias de administrar o terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida - gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida, como pela maneira como acontece. Vida supérflua, portanto, cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como uma mercadoria e, ainda menos, humana - é uma espécie de vida cujo valor está fora da economia, correspondendo apenas ao tipo de morte que se lhe inflige. Regra geral, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a responder. Ninguém tem qualquer sentimento de responsabilidade ou de justiça no que respeita a esta espécie de vida ou a esta espécie de morte. O poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí sua indiferença aos sinais objectivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte dos seus inimigos, em princípio, não possui qualquer simbolismo" (MBEMBE, pgs. 2017 64-65).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillip. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 312p.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.(Escritos de Marilena Chauí, v 5). 320p.

Pierre DARDOT & Christian LAVAL. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382p.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis,RJ:Vozes, 2015. 78p.

MBEMBE, Achille. FLUP RJ, “O mundo de joelhos” – Achille Mbembe entrevistado por Iman Rappeti. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=3mWNaTYptB8>>, 21 de Janeiro de 2021.

MBEMBE, Achille. Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017. 243p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.

Por que refletir sobre alegria e felicidade em meio à fome, à crise sanitária e à tragédia política que experimentamos?[1]

O boletim "Expressões da Pandemia", desde seu primeiro número, vem destacando a análise dos afetos tristes que conectam cada cidadão e a cidade em uma rede de sofrimento, e especialmente analisamos o medo e a esperança. Também enfatizamos a saudade, a solidão, o ódio, a cobiça, a glória e a melancolia, entremeados com fugidios sentimentos de alegria. Não poderia ser diferente, neste momento, que o boletim se propusesse a apresentar as expressões da pandemia na forma dos afetos que vão se configurando frente ao avanço do SARS-Cov-2 e sua combinação perversa com a desigualdade social, com mesquinhos alvos políticos e articulações negacionistas e genocidas que transformaram questões de saúde em embate eleitoral, que redundaram em mais de 570.000 mortes e intenso sofrimento ético-político. Também refletimos sobre o risco desse clima afetivo, diante do descalabro, mudar o estado civil de uma sociedade em estado de guerra ou em solidão (Spinoza, TP).

No presente texto, o destaque é dado à alegria e à felicidade.

Primeiro porque elas compõem, aparentemente, o clima afetivo dominante do país. Ao final de julho/2021 começam a se destacar gratidão, esperança e alegria, afetos associados à vacina e ao seu avanço em termos de cobertura populacional, repositória da esperança de todos nós de continuarmos vivos, do reencontro e da volta à normalidade. Apesar dos obstáculos impostos pelo governo federal, essa alegria contagiou a todos que receberam a vacina, reforçando a confiança no Sistema Único de Saúde (SUS) e na ciência. As olimpíadas também ajudaram a fortalecer esse clima. Alegria e felicidade foram as emoções mais citadas pelos atletas ao expressarem críticas à ansiedade e à tensão a que são submetidos.

[1] Agradeço ao auxílio imprescindível de Juliana Berezoschi, sem o qual o texto não finalizaria, e a Danielle Nascimento, cujo projeto me ofereceu reflexões importantes.

Nossas duas jovens campeãs, as valorosas Rebeca Andrade e Rayssa Leal, encantaram a todos ao competirem, divertindo-se. A mídia divulgou bastante o agradecimento feito pelo nosso medalhista da natação, Bruno Fratus, à sua esposa e técnica pela frase lapidar que impulsionou sua confiança na hora da competição: "vá e seja feliz!".

Já a mais promissora medalhista de ouro, a americana Simone Biles, sensibilizou o mundo ao se recusar a competir em algumas modalidades da ginástica artística, afirmando que precisava pensar em sua saúde mental, o que recebeu apoio de várias celebridades e da mídia. Em síntese, somos seres que precisam de alegria! Foi este o brado das olimpíadas de 2021.

Não que antes os afetos alegres haviam desaparecido, eles estavam sufocados pela potência dos tristes. Em meio ao medo dominante, fagulhas de alegria acendiam aqui e ali, fugidias como a alegria de ouvir uma boa música, de saber que parentes e amigos estão bem de saúde, de receber um prato de comida, ou de comer quando se tem fome. Com a vacina, a alegria rompeu as nuvens das emoções tristes que cobriam as cidades, mas uma alegria que flutua na relação com os afetos tristes, sem substituí-lo, como falou uma jovem de 18 anos, ao ser vacinada: "dá uma alegria, mas continua a tristeza pelos entes queridos que morreram e o medo da contaminação de outras variantes".

Segundo porque os afetos alegres, conforme aponta Spinoza em sua obra "Tratado Político", têm papel político importante, tanto na resistência como no conformismo à ordem social desigual e injusta. Tais afetos podem assegurar aos governantes seus postos no poder, o que irá depender das manobras adotadas por ele.

De ahí la importancia para el Estado de generar mecanismos institucionales que aseguren lo mayor posible que la auto-regulación del cuerpo político se produzca mediante pasiones positivas más que por el ódio (CÁRDENAS, 2019, p. 39).

A História nos oferece inúmeros exemplos de estratégias utilizadas para distrair a população, conhecidas como políticas de "pão e circo", como teatro, lutas, feiras exóticas, espetáculos.

A felicidade está presente na Constituição Americana, que adota o lema da revolução francesa, "igualdade, fraternidade e liberdade", mas substituiu fraternidade por felicidade, em uma demonstração explícita que o objetivo da revolução americana foi consolidar o ato revolucionário, tendo como inalienáveis a liberdade, a felicidade e a igualdade.

Foucault também destaca tal papel, quando afirma que "a felicidade dos indivíduos é o grande objeto da sociedade civil", ao mesmo tempo que aponta os paradoxos da mesma:

[...] o que vincula os indivíduos na sociedade civil é o instinto, é o sentimento, é a simpatia, são os movimentos de benevolência dos indivíduos uns para com os outros, é a compaixão, é também a repugnância a outros indivíduos, é a repugnância à infelicidade dos indivíduos, mas é eventualmente o prazer que podemos sentir com a infelicidade de outros indivíduos de que vamos nos separar (FOUCAULT, 2008, p. 409).

Atualmente, a felicidade é estratégia central da racionalidade neoliberal da sociedade de mercado, uma normativa de avaliação da saúde e do bom desempenho no trabalho e impulso ao empreendedorismo. Ao contrário do velho capitalismo que a combatia como antagônica a seriedade moral e a dedicação ao trabalho.

Considerando a complexidade de sentidos políticos da alegria e do modismo, e para evitar o risco da armadilha da alegria servidão/alienada que reafirma o discurso pandêmico do poder, é preciso refletir sobre qual alegria estamos falando. Seria a alegria individualista motivada pela infelicidade dos outros, a alegria à serviço do aumento da produtividade e da saúde, as alegrias fingidoras ou ainda, as encobridoras dos problemas?

Para tal reflexão o presente texto orienta-se, como reiterado nos boletins anteriores, pela teoria ético-política dos afetos elaborada por Spinoza, o filósofo da alegria (CHAUÍ, 2011), aquele que rompe com o desprezo ou com a concepção negativa de felicidade, dominante na filosofia, que a levava em conta apenas na construção da moral. Também com aqueles que, ao contrário, a consideram como possibilidade mais perfeita do homem, a sua maior virtude, o que a torna sempre adiada, acessível ao homem somente após sua morte como Platão (MISRAHI, 2001).

Spinoza rotulava como superstição essa concepção das religiões dominantes a sua época de que a felicidade era alcançada após a morte como prêmio de uma vida de sacrifícios, sustentada na ideia de que se cresce na dor e na provação. Segundo ele, felicidade é direito natural de todos, base da vida ética e sua busca deve ser incessante, um sentimento que nenhuma autoridade consegue destruir, nem mesmo a pandemia da covid-19, com o isolamento e a crise política que a configura já revelou com clareza. O fato da pandemia, que "considerávamos no início ser uma corrida, ter virado uma maratona", conforme expressão de uma professora de psicologia da saúde belga, Elke Vam Hoof[2], que assessora o governo belga em questões psicossociais causadas pelo isolamento, permitiu que ela se transformasse em um grande experimento para que pudéssemos observar que o homem tem mais resistência aos bloqueios a sua potência de perseverar na vida do que a gente imaginava.

Spinoza elaborou uma teoria que trata os afetos não como vícios/pecados/virtudes ou méritos, mas enquanto elementos inerentes ao processo humano de existir e como radares éticos de nossa vida em sociedade. Felicidade não é só mera supressão das preocupações materiais e harmonia das almas, ela é fundamentalmente a base da liberdade e da justiça, um direito natural que deve ser a base do direito civil.

[2] <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57194633>

Um corpo que é somente afetado por tristeza encontra dificuldades para dar continuidade a sua potência de vida, caindo no desamparo e na melancolia, mas ele, junto com a mente, não aceita perder a condição afetiva que os favorece, e por isso reagirão à tristeza, indo em busca de alegrias. Assim, a análise da felicidade na perspectiva spinozista pode subsidiar práticas políticas que trazem à tona o centro vivo das potências individuais e coletivas de um corpo político. "Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome" (SAWAIA, 2001, p. 98).

Importante esclarecer que tais reflexões sobre alegria estão fundamentadas na teoria dos afetos de Spinoza que não a considera como vício/pecado, mas essência da virtude: "por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções" (E III, Def. III). Esta definição associa aos afetos a ideia de movimento, de passagem (*transitio*) de uma qualidade ética a outra que nossos corpos sofrem nos encontros constantes com outros corpos. Em outras palavras, a mente e o corpo humano sofrem grandes mudanças, passando ora a uma perfeição maior, ora a uma menor, *transitio* que é vivida na forma de afetos de alegria e de tristeza. A alegria é sentida pelo homem quando sua potência de agir e pensar é aumentada: "por alegria compreenderei, pois, uma paixão pela qual a alma passa a uma perfeição maior. Por tristeza, ao contrário, uma paixão pela qual ela passa a uma perfeição menor" (E III, prop. XI, esc).

Por isso, "tudo o que imaginamos conduzir à alegria, esforçamo-nos por promovê-lo, ao passo que nos esforçamos no sentido de remover ou destruir aquilo que repugna ou que imaginamos conduzir à tristeza" (E.III, prop. XXVIII).

Assim, o homem afetado de alegria nada mais deseja do que conservá-la, e esse desejo será tanto maior, quanto maior for a alegria. Por isso um "desejo que surge da alegria é mais forte, em igualdade de condições, do que o desejo que nasce da tristeza" (E IV, prop. XVIII).

Com essas reflexões, Spinoza demonstra que a alegria é uma grande força expansiva da natureza humana como afirma Ferreira (2014). Ela é o sentimento que temos quando nossa capacidade para existir com autonomia aumenta, bem como nosso desejo do comum.

Segundo ele, a felicidade é um direito natural de todos nós, indestrutível, por mais que as lutas políticas e as desigualdades atravessem nossos corpos. Ela representa o direito de viver e perseverar na existência, em outras palavras, de fortalecer o conatus, que segundo o filósofo é nossa potência de vida: genuína, singular, afetiva, criativa, mas que oscila de acordo com os encontros. Os homens não carregam a negação dentro de si, o desejo que os move não é de falta, mas de potência de vida, sempre determinado a agir para alimentar esta potência. "Por isso, a alegria nunca é diretamente má, mas boa; a tristeza, ao contrário, é diretamente má" (E IV, prop. XLI). O homem afetado de alegria nada mais deseja do que conservá-la. Já o homem afetado pela tristeza está sempre determinado a se afastar de tudo o que a causa.

Importante, repetir aqui a necessidade de cautela, para não rotular Spinoza de ingênuo e romântico, ou aproximá-lo da autoajuda ou da psicologia positiva. Ninguém foi capaz de denunciar como Spinoza de maneira tão veemente a perversidade intelectual, política e teológica que o homem é capaz de fazer ao outro homem e a si. Como ser de desejo e de imaginação, o homem não é anjo e em certas circunstâncias produz servidão, pensando ilusoriamente estar buscando a liberdade. Em relação a essa questão que atravessa todas as suas obras, Santiago (2011, p. 9), indica que ela dá a entender também que os homens buscam sua liberdade mesmo que produzindo a servidão, o que significa lembrar que os afetos não são

estados rígidos, são produtos das transições constantes que nossos corpos e mentes sofrem de acordo com as singularidades dos indivíduos, assim, muitas vezes alegria e tristeza convivem e se transmutam. A tristeza obriga o corpo a ir em busca de alegrias, bem como a busca da alegria pode promover a tristeza. A alegria é também uma paixão-alegria passiva, o que manifesta sempre uma impotência (FERREIRA, 2014).

Alegria e felicidade: os desafios à práxis e à pesquisa

Quem aceita com admiração as palavras de fogo de Spinoza (DELEUZE, 2002) e busca concretizá-las em pesquisas e práticas, enfrenta um problema que sintetiza todos os outros: a aparente transmutação da alegria em tristeza, ou melhor em alegria passiva-paixão, o que parece negar a proposição spinozista de que a alegria é uma força expansiva da natureza. Não poderia ser diferente, uma vez que:

1) são inúmeras as suas manifestações ou como fala Ferreira (2014) as "metamorfoses da alegria". Ela está presente nos corpos singulares de diferentes nuances e intensidades. Há tantas formas de alegria quanto diferentes tipos de corpos no mundo. Cada uma é vivida de acordo com a singularidade do sujeito, do seu contexto histórico de sua classe social, da qualidade de suas determinações, conhecidas adequada ou inadequadamente. Dessa forma, podemos afirmar que os afetos são atravessados pela desigualdade social;

2) elas são transitórias, não perenes, configuram-se em ato no processo incessante de encontros (bons ou maus) que nossos corpos e mentes sofrem. São as alegrias vãs, perecíveis, que acabam, como o efeito de entorpecentes, o consumismo, o prazer frente aos likes nas redes sociais; as festas sem limites, a gula, o desejo de recompensas; dentre outros tantos exemplos. São alegrias que se associam a desejos fugazes e que dependem de objetos fúteis. Mas que por sua vez, podem se cristalizar em buscas obsessivas, misturadas ao ódio e à vingança para manter essas alegrias ou, ao contrário, na melancolia (SANTOS, 2021).

Nessa condição, é preciso também considerar a alegria reativa, perversa, a alegria pela infelicidade do outros, por levar vantagens e por trapacear ou dos que saem às ruas gritando por medidas políticas que os mantem na servidão como a supressão de seus direitos civis[3]. São alegrias cindidoras, mobilizadas pelo desejo de desigualdade (RANCIERE, 2021)[4], de glória ou de alegria dos que tem culto pela morte e pela destruição do outro. A felicidade pós-moderna é outro exemplo por se basear em apelo ao individualismo, acompanhada do sentimento de que o outro é limite de minha felicidade e não condição dela (NASCIMENTO, 2021);

Essas ambivalências afetivas explicam a proximidade entre alegria e tristeza. A primeira não é uma entidade em si, antagônica ao sofrimento. Ao contrário, ela convive, em relação dialética, com os afetos tristes, formando uma unidade de contrários marcada pela variação da potência de cada um deles. Qualidade facilmente observável no contexto atual da pandemia em relação ao medo e a esperança, cuja oscilação entre o poder de um sobre o outro varia conforme a gravidade dos embates políticos, a oscilação dos números da pandemia, as descobertas científicas, outros acontecimentos contingenciais como as olimpíadas, a guerra do Afeganistão e a crise hídrica.

4) a alegria pode não ser totalmente boa como alerta Deleuze (2002), ao refletir sobre a teoria dos afetos de Spinoza, a quem ele considerava seu mestre. Ele cita, como exemplo, a alegria (*titilatio*), que ocorre quando apenas uma parte do corpo é afetada, causando um desequilíbrio na indissociabilidade entre mente e corpo, nos sujeitando a excessos e instabilidade de uma excitação danosa ao desenvolvimento de nossa autonomia;

Todas essas alegrias parciais, reativas, mentirosas são alegrias passivas ou paixão que advém de sua dependência a objetos externos. As pessoas enredadas nas alegrias passivas projetam a felicidade em bens e pessoas ou situação perecíveis como no sucesso profissional a qualquer custo ou no namorado(a).

[3] Deleuze e Guattari (2010, p.46-47) se debruçaram sobre essa problemática perguntando como é possível que pessoas gritem por mais imposto e menos pão.

[4]<https://www.revistapunkto.com/2021/01/loucos-e-sabios-jacques-ranciere.html>

Essa relação de dependência com o externo, carrega uma incerteza, um medo (e às vezes uma convicção) da perda da liberdade. Por isso, a alegria também envolve tristeza, pois na qualidade de afeto passivo, paixão, a alegria, assim como a tristeza pode motivar a busca de alegria manifesta sempre alguma impotência. A tristeza é sempre má, como avalia Spinoza, pois é fruto de uma negação do exterior a minha potência de vida, uma força que decompõe o meu corpo. Porém, pode existir um movimento afetivo de expansão nesse processo de enfrentamento. Por mais que tenha se originado de uma negação, ela pode, após uma série de alegrias levianas, tornar-se uma fonte de busca por alegrias mais fortalecedoras da potência de agir, lembrando que também pode não ocorrer como aponta Cárdenas (2019, p. 38):

A indignação como tal é um afeto necessariamente mau, já que leva ao ódio e à violência contra os que a causam, o que é contrário à exigência da razão de desejar para os outros o que desejamos para nós. No plano social, isto se expressa na discórdia e violência que se introduz nas cidades, sentimentos que levam a atos tão terríveis que acabam por tirar todo o valor dos efeitos positivos que eventualmente possam ter (tradução livre).

Felicidade como utopia

5) Nessa filosofia da ética nos afetos, frente a ambivalências é necessário adotar como norte da análise ética dos afetos a felicidade, entendendo sua especificidade em relação à alegria. Felicidade é a alegria que nos encaminha à comunhão com a totalidade (natureza) e ao comum, é um grau de excelência da alegria, que Spinoza denomina de beatitude. Ela não é polarizadora ou contingente, ao contrário, é fortalecedora do sentimento do comum, e os afetos a ela associados dependem de causas que estão mais próximas da disposição interna do corpo do que da condicionalidade de paixões externas. Ao contrário da *titillatio* - alegria- que diz respeito a algumas partes do corpo, ela envolve igualmente todas as partes de nossos corpos e mentes como a *hilaritas* (E V, prop. XLII) que é a alegria do corpo e da mente, por isso congrega tudo o que implica serenidade.

Felicidade não é só mera supressão de preocupações materiais ou harmonia das almas, felicidade é a experiência da própria perfeição, um estado pleno e contínuo de alegria, em que deixamos de ser passivos e ficamos dominados pelo "mais elevado contentamento que pode haver" (E V, prop. XXXII).

É importante ressaltar que essa alegria implica em conhecimento, nasce do terceiro gênero do conhecimento (E V, prop. XXXIII) "e isso com a mais alta ideia de si mesmo, e conseqüentemente também com a ideia de Deus\Natureza como causa". O filósofo coloca o conhecimento como critério de classificação dos afetos em ativos, não só porque nos oferecem ideias adequadas dos afetos, mas porque a contemplação da nossa potência de agir traz-nos alegria.

Para marcar tal concepção, vamos nos referir a ela como felicidade ético-política, o que não é uma simples mudança de terminologia, mas a possibilidade de ampliar o quadro referencial teórico dos afetos, na perspectiva crítico-política.

Pensar em felicidade nesta perspectiva significa considerar que ela não é luxo só aceitável para quem não sofre da fome. Ao contrário, ela é necessária para se perseverar na existência como homem e não como animal, para demarcar os nossos direitos naturais, uma utopia social que deve orientar nossa práxis e práticas cotidianas.

Não estaria, aqui, uma ambivalência analítica, se a felicidade é necessidade imanente, por que, no livro V da Ética, Spinoza fala que ela é apanágio do homem inteligente e livre e que só o sábio a alcança plenamente?

A resposta está no fato dele sempre manter os olhos bem abertos ao contexto histórico, afirmando que o caminho, que vai da tristeza e das alegrias passivas às ativas e à felicidade, é árduo e enfrenta fortes obstáculos impostos pelos que detém e querem manter o poder e a desigualdade.

Com essa concepção ontológica de felicidade, ele oferece uma ideia reguladora da forma como devemos trabalhar a alegria no processo de transformação social no enfrentamento das desigualdades. Uma felicidade que é alimentada na experiência cotidiana de alegrias ativas concretas como o favor (E IV, prop. LI), o amor, com o qual nos regozijamos quando não é excessivo (E IV, prop. XLIV), o contentamento íntimo ou reconhecimento do poder próprio (*acquiescentia in se ipso* – E III, DA, def. 25; E IV, prop. LII) que implica um acordo do homem consigo mesmo, com os outros homens e com o mundo.

Considerando o contexto sócio-político e econômico catastrófico, que a pandemia revelou em sua crueza, marcado por brados de ansiedade, medo, depressão, angústia, fome, morte, buscamos neste texto refletir sobre a qualidade política do afeto de alegria e pensar na pertinência de usar a felicidade como guia da pesquisa e da atuação da psicologia social e da crítica social. Falar de alegria neste momento significa fazer uma psicologia viva, humana, em meio aos acontecimentos fúnebres e amedrontadores, acreditando que eles não destruíram nossa potência de vida, e que, embora padeçam dos mesmos sofrimentos, os que sofrem a desigualdade social possuem a capacidade de afetar e de serem afetadas de diferentes e singulares maneiras.

Lembrando a tese de nosso filósofo[4], finalizamos este texto reafirmando que buscar a felicidade ético-política é um ato político, uma vez que ela é indissociável da liberdade e é resultante de uma decisão interior, autônoma, e não de obediência a um comando ou pressão externa, apesar das forças poderosas que atuam, historicamente, nesta direção.

Este texto é um apelo a uma política que se afetive (SANTOS, 2021) tendo como norte a felicidade ético-política.

[4] apresentada no Tratado da Reforma do Entendimento de que não há como promover transformação social sem promover mudanças afetivas, e que uma sociedade ética é a que permite a fruição eterna de uma suprema e contínua alegria (Ferreira, 2014)

Termino com uma reflexão minha, muito bem elaborada por Nascimento (2021, p. 123):

Estamos diante do que Sawaia (1999b, p. 105) nomeia de felicidade ético-política, que "é sentida quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade", também chamada de felicidade pública, que "é experienciada apenas pelos que sentem a felicidade como conquista da cidadania e da liberdade de si e do outro", e não apenas de bens materiais circunscritos.

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN

REFERÊNCIAS

- CÁRDENAS, Paulo. EL ESTATUTO DE LA REBELIÓN EN LA FILOSOFÍA POLÍTICA DE SPINOZA. In: GONZÁLEZ, Daniela Cápona; CASTRO, Braulio Rojas. Spinoza. XIV Coloquio. Repensar la potencia revolucionaria de la modernidad. Valparaíso, Chile: Autoedición, 2019. Cap. 2. p. 1-371.
- CHAUÍ, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa. SP, Cia. das Letras, 2011.
- COURTINE, Jean-Jacques. . A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DELEUZE, Gilles. Espinosa - uma filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: 34, 2010.
- Espinosa, B. (2008) Ética. Belo Horizonte: Autêntica.
- Espinosa, B.(1977) Tratado Político. Lisboa:Editorial Estampa.
- Spinoza, (2003) Traité de la réforme de l'entendement. Paris: Éditions Flammarion
- Ferreira, M.L. As metamorfoses da alegria. In Grasset, B; Fragoso, E; Itokazu, E; Guimarães, F, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Trad. br. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008
- MISRAHI, R. A. A Felicidade - ensaio sobre a alegria. DIFEL: Rio de Janeiro. 2001
- NASCIMENTO, D. C. da Silva: A questão do afeto: entre servidão e liberdade no discurso do sujeito empreendedor de si mesmo, 2021. Versão preliminar da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
- Rocha, R (órgão) Spinoza e as americas 1 Rio de Janeiro: ed UECE, 2014
- SANTIAGO, Homero Silveira. Entre servidão e liberdade. 2011. 200 f. Tese de Livre Docência - Curso de Filosofia, Depto. de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Fflch), Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo, 2011.
- SANTOS, Livia Maria Camilo dos. Caminho das ruas, caminho das pedras:: sinais de alegria nas violências contra moradoras de rua em são paulo.. 2021. 204 f. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUC-SP, 2021.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

POSFÁCIO

Uma palavra final de resistência

A pandemia, dentre as suas multifacetadas, escancarou ainda mais um traço característico da sociedade atual: a desigualdade. No Brasil, o Conselho Nacional de Saúde alertou para uma maior atenção aos protocolos de higiene e distanciamento social entre vulneráveis, como populações negras, indígenas, ribeirinhas, trabalhadores do mercado informal, pessoas em situação de rua, com transtorno mental, deficiência, soropositivos e comunidade LGBTQIA+.

Os impactos sociais da pandemia do covid-19 afetaram a todos e principalmente a moradores de áreas periféricas. Na Amazônia, por exemplo, muitas famílias foram impactadas nos seus empregos e fontes de renda, e a desigualdade social foi muito acentuada. Inúmeros postos de trabalho formais, já ameaçados no período pré-pandemia, foram extintos com o agravamento da doença, e muitos trabalhadores necessitaram adentrar na informalidade para manter o sustento familiar.

As populações rurais, os povos originários, a periferia e os vulneráveis, em geral, ficaram impossibilitados de plantar e colher, de vender e comprar, de barganhar e trocar, de ganhar dinheiro, além da impossibilidade de escoarem as produções por conta do fechamento das feiras, dos mercados e devido a precariedade da comunicação via telefone e internet em muitas áreas rurais da Amazônia, dificultando mais ainda o contato remoto com os consumidores.

Outro inimigo invisível, antes mesmo da covid-19, já acentuava os elevados níveis de pobreza e desemprego no Brasil: a desigualdade social. Estruturas físicas caóticas de hospitais, Unidades Básicas de Saúde, de ambulâncias; demissão de médicos cubanos; cidades interioranas desassistidas de UTIs e o desinteresse por parte do governo federal na compra pelas vacinas agravaram ainda mais essa crise sanitária.

Neste livro, abordamos tais questões, enfocando as dimensões humanas e sociais da pandemia. Estas foram investigadas e acreditamos que o foco para reverter esse quadro social caótico é a popularização da vacina e dos debates em torno da recuperação econômica do país, com o objetivo de imunizar brasileiros e retornar gradualmente as atividades econômicas.

Um trecho de um texto jornalístico de Ana Bueno é emblemático para pensarmos o agora. Ela escreve: "o fato é que foi necessário um inimigo invisível, o vírus, para dar visibilidade e fazer ecoar o grito de socorro de uma população vulnerável e marginalizada pela ausência de políticas públicas no combate às desigualdades sociais — grito esse que seguirá ecoando com ou sem pandemia".

O desafio está posto e fala alto a nossos ouvidos. É tempo de resistir e mudar o mundo.

Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade
Doutorando em Ambiente e Sociedade - UNICAMP. Professor do curso de
Administração - UFAM/ Campus Parintins. Pesquisador do Núcleo de
Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos - NEPAM/CNPq/UFAM.

